

CAROLINA VILLANOVA HEGUEDUSCH

DEPRESSÃO E CIDADE:
pare o mundo que eu quero descer!

ASSIS

2017

CAROLINA VILLANOVA HEGUEDUSCH

DEPRESSÃO E CIDADE:
pare o mundo que eu quero descer!

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestra em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientador(a): Prof. Dr. José Sterza Justo

Co-Orientador(a): Prof. Dr. José Artur Molina

Bolsista: CAPES

ASSIS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

H464d Heguedusch, Carolina Villanova
Depressão e cidade: pare o mundo que eu quero descer! /
Carolina Villanova Heguedusch. Assis, 2017.
99 f.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – Universidade Estadual Paulista
Orientador: Dr José Sterza Justo
Co-Orientador: Dr José Artur Molina

1. Subjetividade. 2. Depressão. 3. Cidades e vilas. 4. Me-
lancolia. I. Título.

CDD 152.4

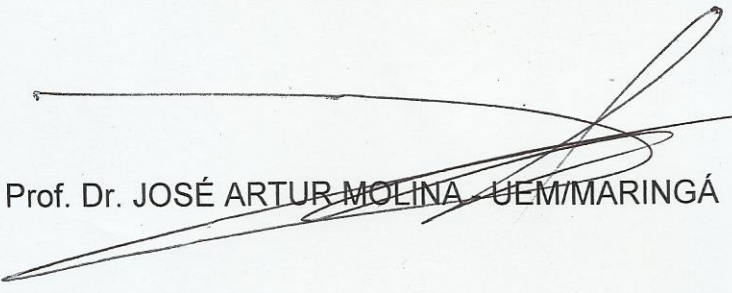
CAROLINA VILLANOVA HEGUEDUSCH

DEPRESSÃO E CIDADE: pare o mundo que eu quero descer!

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras – UNESP/Assis para a
obtenção do título de Mestrado Acadêmico
em PSICOLOGIA (Área de Conhecimento:
PSICOLOGIA E SOCIEDADE)

Data da Aprovação: 03/02/2017

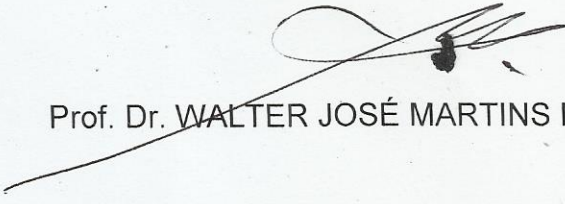
COMISSÃO EXAMINADORA



Presidente: Prof. Dr. JOSÉ ARTUR MOLINA - UEM/MARINGÁ



Membros: Profa. Dra. SÔNIA REGINA VARGAS MANSANO - UEL/LONDRINA



Prof. Dr. WALTER JOSÉ MARTINS MIGLIORINI - UNESP/ASSIS

Dedico essa dissertação à Marlene que mesmo
ao me deixar na eterna saudade, no seu cuidado
e ausência me fez um ser que sofre, ama e vive.

Agradecimentos

À toda minha família, mentira, toda nada. Só eu sei a raiva que passei nos grupos de watsap em tempos de impeachment/golpe. Mas agradeço sinceramente às minhas irmãs Lu e Dea, ao meu cunhado Luis Antônio, meus bebezinhos Bruna, Gabriel e Pedro, minhas razãozinhas de viver.

A meu pai que me ensinou que rir é mesmo um grande remédio. A ele, que me deixou o dom de seguir com leveza a passos firmes, esperar sem (tanto) medo, sorrir no fim e no começo, rir consigo mesmo da beleza trágica que pode ser a vida e que enfim, me ensinou a endurecer sem perder a ternura. Porque chorar e rir ao mesmo tempo é muito autêntico! Sigo seus passos, meu velho amado. Com alguns bons e maus desvios, é claro.

A Artur Molina e José Justo, que como um pai e uma mãe, respectivamente (rsssss), me deram uma linda oportunidade de recomeçar. Com quem eu pude ora contar ora seguir meus próprios passos, na medida certa... num saber pra além de textos, numa grande aventura que não resulta somente nessa dissertação, são passos de uma vida. Vocês são foda!

Aos professores Walter Migliorini e Sonia Mansano pelas sensíveis contribuições não só à dissertação diretamente como também a minha missão de escritora. Aos amigos Paulo Bezerra, Mateus Gruda, Felizardo, Cledione e Rapha Sanches por seus pitacos e conselhos valiosos.

A minha irmã Lulu sete vidas de quem a vida, por bem ou por mal, me fez ser irmã, filha e mãe.

Aos amigos de lá: Lai, Tamis, Camis, Sarita, Charlinhos, Vi, Rod, Ma que serão sempre sempre meus irmãozinhos tão amados que fazem da minha vida tão bonita e recheada de intensidades e memórias. Não paro de amar e de aprender com vocês.

Aos amigos daqui: Tassi, Fabinho, Elisinha, Talita, Laura, Ju Bessa, Dani Mezari, Bruno Joe, Paulinha, Melzinha, Bruno Pereira, Cris, Mateus lindo, que nas alegrias comemorativas e nos desesperos dos prazos e da vida real estavam sempre aí!

A meu amigo William pelas coisas boas e ruins e por toda caminhada de uma vida. Muito ajuda quem não atrapalha... brincadeira baby, hehe!

E é claro, não podia faltar, aos meus lindos e carinhosos companheirinhos(as) que fizeram do meu dia a dia solitário não tão sozinho e que me fizeram entender que a “velha dos gatos” pode manter seu charme e inteligência: Fuzilópi, Juba, Callissi, Jaqueline, Antônio, Aará, Curisco, Francisco, Richard, Saloba, Docinho, Perebinha ad infiituuu... E à minha linda e graciosa cuidadora e amiga que segurou umas barras pra mim: Juju Garcia.

Meus agradecimentos também à sessão técnica da pós-graduação da UNESP por toda assistência cuidadosa. Em especial Marcos, João e Sueli.

À CAPES pelo financiamento do estudo. A contribuição da agência foi fundamental para assegurar a dedicação exclusiva à pesquisa e à formação no mestrado.

Para finalizar, ao dr. Notebook pelo apoio técnico ágil nas horas mais inapropriadas. Porque as máquinas nos abandonam sempre nas horas mais difíceis!

Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
Ou foi o mundo então que cresceu.
(Chico Buarque)

Peço-te o prazer legítimo
E o movimento preciso
Tempo tempo tempo tempo
Quando o tempo for propício
Tempo tempo tempo tempo...
De modo que o meu espírito
Ganhe um brilho definido
Tempo tempo tempo tempo
E eu espalhe benefícios
(Caetano Veloso)

HEGUEDUSCH, Carolina Villanova. CIDADE E DEPRESSÃO: pare o mundo que eu quero descer! 2016. 99 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017

RESUMO:

A melancolia é uma antiga companheira da humanidade e por muito tempo foi vista como a *dor de existir*, origem da genialidade e da loucura, essência dos excêntricos, daqueles que não se encaixam nos padrões, daqueles que têm na sua melancolia a fonte de sua criação artística, o impulso que os leva a recheiar de sentido àquilo que os bem adaptados mal conseguem enxergar. Da loucura genial dos filósofos antigos à ação da bÍlis negra, da influência astral de Saturno à acedia cristã, da criação à inibição, a melancolia foi um tema que, desde a antiguidade, instigou a curiosidade investigativa do homem. Assim também acontece com a depressão nos mais diferentes discursos que a colocaram em destaque desde o século XIX, sobretudo, como uma patologia. Em que momento essa *dor de existir* se transformou em doença? Freud ([1930] 1996) referiu-se, certa vez, sobre a felicidade ser derivada de um contraste. Não um estado permanentemente estável e constante. A *dor de existir* pode ter se transformado em déficit por não combinar com os ideais de nossa cultura do desempenho e do bem-estar, disseminados pela modernidade. Os limites entre o que seja uma tristeza decorrente dos descaminhos que são próprios da vida e uma depressão passível de ser medicamentada são muito frágeis. Atualmente, ela é anunciada como o “mal do século” e dados nos mostram que ela está entre as principais causas de comorbidades e afastamento do trabalho, em todo o mundo. Salvo todas as imprecisões possíveis dessa intrincada discussão em torno das definições diagnósticas e das origens das depressões, bem como das intenções ideológicas eventualmente existentes na propagação desses dados, não há como não os levarmos em conta. Independentemente do que se está a chamar de depressão, essa apuração tem algo a nos dizer. O objetivo desse trabalho é investigar as relações da depressão com a experiência de compressão do tempo e espaço, típica da atualidade. Para tanto, recorreremos à intertextualidade para compor uma análise polifônica da depressão apoiada em autores e teorias de diferentes áreas do conhecimento. A tese é a de que a aceleração objetiva promove uma desaceleração subjetiva, ou seja, a experiência do turbilhão da vida citadina resulta num esvaziamento dos processos de subjetivações, trazendo consigo sofrimentos vividos como a experiência da perda de sentido da existência. Não somente no universo científico, mas também na mídia, predomina o discurso médico-biológico que atribui à depressão uma determinação fisiológica-orgânica dissociada de qualquer injunção psicossocial. Independentemente de predisposições orgânicas, a depressão parece denunciar o esvaziamento do sujeito, esvaziamento da subjetividade e a despotencialização da experiência pela via da aceleração do tempo e pulverização do espaço. A cidade é o *locus* ideal para a produção de tal compressão tempo-espaço e anulação do sujeito ou para a produção da vida nua, vida racionalizada, automatizada e administrada. Mas é desse vazio angustiante citadino, escondido na aparente agitação da cidade, que estão dadas as condições para um exame do contemporâneo que pode, por esse sintoma, apontar saídas e outros caminhos, outras espacialidades e temporalidades da vida urbana.

Palavras-Chave: Cidade. Depressão. Subjetivação.

HEGUEDUSCH, Carolina Villanova. CITY AND DEPRESSION: stop the world that i want to go down! 2016. 99 f. Thesis (Masters in Psychology) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017

ABSTRACT:

Melancholy is an old partner of humanity and for very long time it was seen as a *pain of existence*, origin of geniality and madness, essence of eccentrics, of those who don't fit the patterns, of those whose melancholy is the source of artistic creation, the impulse that takes them to fill of sense what the well-adjusted ones barely can see. From genial madness of the ancient philosophers to action of black bile, from the astral influence of Saturn to the Christian accidia, from creation to inhibition, melancholy has been a subject that instigated the human being's investigative curiosity since antiquity. The same thing happens with depression through the most different discourses that have highlighted it since the 19th century, comprehending depression mostly as pathology. In what moment that *pain of existence* turned to a disease? Freud ([1930] 1996) asserted once about happiness being derivative of a contrast. In other words, it is not a permanently and constant state. *Pain of existence* can be transformed in a deficit because it doesn't combine with the cultural ideals of performance and well-being that are widespread by Modernity. The boundary between a sadness caused by difficulties in life and a depression that can be medicated is too delicate. Nowadays, depression is announced as "the greatest evil of the century" and data show that it is among the main causes of comorbidities and take off from work around the whole world. Despite of all the possible inaccuracies of this complicated discussion about the diagnostics definitions and origins of depressions, as well as the ideological intentions that eventually exist in the transmission of those data, we cannot ignore them. Independently of what is being called depression, this debate has something to say about the topic. The goal of this research study is investigating the relationships between depression and time-space's compression experience. Therefore, we use intertextuality to compose a polyphonic analysis of depression supported by authors and theories from different knowledge areas. The thesis is the objective acceleration promotes a subjective deceleration, meaning that the busy experience of the urban-life results in a deflation of the subjectivation processes, bringing with it the sufferings lived such as an existence that lost its sense. Not only in the scientific universe, but also in mass media, the medical-biological discourse that assigns to depression a physiological-organic determination, dissociated of any psycho-social injunction, is dominant. Independently of the organics predispositions, depression seems to denounce the emptying of subject, the emptying of subjectivity and the potentiality decrease of experience through acceleration of time and pulverisation of space. The city is the ideal *locus* for the production of such time-space compression and subject annulment or for producing the naked life, rationalised, automated and managed life. But in this distressful empty city lifestyle, hidden within the apparent agitation of the city, is given the conditions for an exam of the contemporary that, because of this symptom, can show the ways out and other paths, other spaces and temporalities of urban life.

KEY-WORDS: City. Depression. Subjectivation.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1- Epidemia depressiva	10
1.2- A depressão não existe	11
2. Apontamentos Metodológicos	17
3. Intertextualidade entre Psicanálise e Ciências Sociais	25
3.1- A noção de sujeito	27
3.2- A noção de sintoma	29
4. Cidade e Subjetivação	32
4.1- É a cidade somente o concreto?	32
4.2- Psicologia e cidade	37
4.3- Subjetivação e cidade: a temporalidade da vida citadina	40
4.4- Subjetivação e cidade: ausência da experiência	41
4.5- Subjetivação e cidade: uma nova comunicação	46
4.6- Concreto, aço e vidro: inconsciente e poesia!	51
5. Depressão	55
5.1- Da melancolia à depressão	55
5.2- Dois grandes paradigmas	57
5.3- É transtorno de Humor ou tristeza?	61
5.4- Revisitando <i>Luto e Melancolia</i>	64
5.5- Depressão na atualidade	65
5.5.1- A hipótese da depressão enquanto estrutura	66
5.5.2- A hipótese da depressão enquanto metáfora do psiquismo	69
5.5.3- Ausência, inibição e dor moral: diálogos possíveis	74
6. Concluindo... Cidade e desaceleração subjetiva: uma experiência do vazio	78
REFERÊNCIAS	91

1. INTRODUÇÃO

1.1 – Epidemia depressiva (ou a famigerada depressão)

O sofrimento psíquico manifesta-se atualmente sob a forma da depressão. Atingindo no corpo e na alma por essa estranha síndrome em que se misturam a tristeza e a apatia, a busca de identidade e o culto de si mesmo, o homem deprimido não acredita mais na validade de nenhuma terapia. No entanto, antes de rejeitar todos os tratamentos, ele busca desesperadamente vencer o vazio de seu desejo [...] sem se dar tempo de refletir sobre a origem da sua infelicidade. Aliás, ele já não tem tempo para nada, à medida que se alongam o tempo de vida do lazer, o tempo do desemprego e do tédio. O indivíduo depressivo sofre ainda mais com as liberdades conquistadas por já não saber como utilizá-las (ROUDINESCO, 2000, p.13).

É desse modo que Roudinesco inicia seu texto *A sociedade depressiva* (2000). É comum, hoje em dia, escutarmos expressões como “a depressão é o mal do século” ou “estamos vivendo a era das depressões”. Podemos até, ponderadamente, afirmar que todas as pessoas, nos mais diversos lugares do mundo, já testemunharam, em algum aspecto, por menor que pareça, a depressão. Seja na avaliação recebida por algum amigo, colega de trabalho, ou familiar, ou em uma reportagem de televisão, uma personagem de filme ou de livro, uma manchete de revista estampada na banca, uma conversa cotidiana, uma leitura de autoajuda, etc. É comum dizer estarmos deprimidos no cotidiano fatigante, nas frustrações correntes, nas tristezas habituais. Dizemos isso quando nos sentimos cansados de enfrentar nossas pequenas lutas diárias, ou, mais além, quando sentimos um desencantamento, uma sensação de que tudo a nossa volta perdeu o sentido, e de que viver é esperar, e esperar é torturante porque o futuro parece oco. Ou então, quando se pergunta para alguém “e aí, como você está?” e ele responde “estou bem, mudei de remédio!”. Há nesses enunciados, nesse saber compartilhado, muita veracidade.

Em Outubro de 2012, a Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou um documento informando que, atualmente, a depressão afeta mais de 350 milhões de pessoas em todo o mundo, estando entre as principais causas de incapacitação. Por esse motivo, o título *A depressão, uma crise mundial* foi o tema do Dia Mundial da Saúde Mental, em 2012. O referido documento da OMS aponta, que há indícios de que em 2020 ela alcançará o segundo lugar dentre essas causas, perdendo somente para a cardiopatia isquêmica, e que, em 2030, será o fator mais associado a comorbidades em todo o mundo (OMS, 2012). No Brasil, segundo dados do Dataprev de 2009, a depressão está entre as três principais causas de afastamento do trabalho,

perdendo somente para lesões provocadas em serviço e por doenças (osteomusculares) relacionadas às atividades laborais desempenhadas (JARDIM, 2011)

Esses relatórios evidenciam que a depressão tem se tornado uma grande preocupação mundial, uma questão de saúde pública, principalmente quando passa a mostrar suas despesas e prejuízos à tão cara cultura da produtividade. Não é à toa que a ONU publicou, no início desse ano, um estudo realizado junto ao Banco Mundial, que afirma que a depressão e a ansiedade custam à economia global 1 trilhão de dólares por ano. A matéria divulga também que a cada dólar investido tem-se um retorno de quatro, atestando os benefícios econômicos de se investir em serviços de saúde mental que representam, em média, três por cento do orçamento dos governos (ONUBR, 2016).

Não nos faltam dados que cientificam, ao colocar em números, aquilo que suspeitávamos sem descartar a hipótese de que todo esse discurso social em torno da depressão possa estar intimamente relacionado a tais “confirmações estatísticas”. Esse universo é complexo demais para o entendermos com base na relação causa-consequência. Devem ser levadas em conta todas as imprecisões possíveis dessa intrincada discussão em torno das definições diagnósticas e das origens das depressões, bem como as intenções ideológicas eventualmente existentes na propagação desses materiais. Independentemente do que será aqui chamado de depressão, essa apuração tem algo a nos dizer.

Não é sem efeito que a depressão se coloca hoje como um grande enunciado na nossa vida social e de modo geral bastante presente nos meios de comunicação, nas conversas cotidianas, na literatura e nas artes, nos livros de autoajuda, nas discussões de políticas públicas de saúde, tal como ocorre na produção científica.

1.2 – A depressão não existe

A era das depressões também tem endereço na produção científica (BIRMAN, 1999, 2003; EHREMBERG, 2004; KEHL, 2009; ROUDINESCO, 2000; SAFATLE, 2004), sendo um tema amplamente estudado pelos cientistas e que tem se mostrado com maior frequência nas últimas décadas. Em nosso trabalho de levantamento bibliográfico sobre esse assunto, uma das primeiras constatações a que chegamos é a de que esse tema possui natureza bastante complexa. Existe uma grande diversidade de abordagens que, por vezes, quando a pesquisa possui um viés mais clínico, assume distintas perspectivas diagnósticas e terapêuticas.

Esse levantamento que realizamos – do qual não pretendemos abranger o vasto campo das publicações sobre o assunto – com a leitura de artigos científicos, dissertações e teses, permitiu-nos identificar algumas linhas de pesquisa.¹ Observamos que uma grande maioria de artigos, orientados pela perspectiva da psiquiatria biológica, tipificam a depressão conforme as definições do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), da Associação Americana de Psiquiatria e/ou Classificação Internacional de Doenças (CID), da OMS e que, portanto, seguem a lógica tríplice da hereditariedade, da disfunção hormonal e do tratamento quimioterápico.

Dentre esses, existe uma superabundante quantidade de pesquisas que relacionam a depressão com as chamadas *situações de risco* ou causas associadas: gênero, idade, e outras doenças orgânicas (depressão e comorbidades clínicas). Depressão em idoso, depressão em mulher, depressão e alguma síndrome, são muitas as pesquisas (quantitativas) nesse âmbito (DEL PORTO, 1999; FLEK et al, 2009; MADEIRA et al, 2012). Há também um numeroso grupo de produções que desenvolvem e aperfeiçoam instrumentos diagnósticos de depressão.²

Embora menos numerosas, existem pesquisas que explicam a depressão a partir do modelo comportamental (ABREU, 2011; FERREIRA; TOURINHO, 2013; MATOS; OLIVEIRA, 2013) e trabalhos que analisam a depressão associada ao conflito psíquico, baseados nas diferentes abordagens psicanalíticas. Nesses casos o debate também é intenso e a produção numerosa, muitas são as discussões sobre a definição do que seja depressão, em vista da proximidade de variados termos (depressividade, depressão psicótica, afetos depressivos, melancolia, etc.), no entanto, podemos antecipar que na maioria dos estudos, a depressão é entendida como um sintoma no interior da neurose. Abordaremos dessa questão mais adiante.

1. Em um amplo levantamento bibliográfico que se estende desde o ano de 1993 até 2006, Gonçalves e Machado (2007) concluem que, devido à sua relevância, o estudo da depressão tem chamado a atenção de uma quantidade significativa de pesquisadores. Remontando a história da depressão no Ocidente, desde a melancolia associada à bile negra na Antiguidade até os anos 90, considerados a Década do Cérebro, as autoras apontam que no século XXI, com raras exceções, a depressão é considerada uma doença mental, assim catalogada nos manuais.

2 Em sua dissertação sobre a *produção científica sobre depressão*, Marcelo Aros (2008) fez uma análise de resumos de trabalhos publicados entre 2004 e 2007, com objetivo de averiguar os avanços na produção de instrumentos diagnósticos de depressão, e foram por ele detectados 66 instrumentos, sendo que os dois mais citados são a *Escala de Depressão* de Hamilton, e o *Inventário de Depressão* de Beck (instrumentos estruturados por escalas ou questionários com objetivo de determinar diagnóstico com base em pontuações).

Mesmo se tratando de produções mais tímidas - sem deixar de serem ruidosas, visto que produzem grandes repercussões nas reflexões sobre o tema - algumas pesquisas relacionam a depressão ao cultural, ao social e ao histórico, que também não significa que as aqui já citadas não desempenhem necessariamente essa leitura. O que queremos dizer é que existem pesquisas que colocam essa relação como ponto norteador de seu estudo. Há diferenças também entre elas, mas o que elas têm em comum é o questionamento do estatuto patológico atribuído à depressão e a preocupação em refletir criticamente sobre o lugar histórico-social-cultural em que ela se situa.

A exemplo de Barbosa (2008) que, de modo simples e enfático, diz considerar a depressão um tema bastante complexo, mesmo que haja certa compressão biologistista nas teorias e terapêuticas, é possível abordá-la enquanto sintoma social. Isto porque qualquer que seja a carga biológica ou genética, ela expressa as dificuldades do viver na sociedade, estando assim, intimamente ligada ao modo como os indivíduos respondem às configurações e transformações do mundo refletidas nas subjetivações. Podemos aqui já afirmar que nossa pesquisa está mais próxima desse último grupo. A depressão da qual trataremos aqui não é entendida como patologia ou mesmo sintoma individual, nossa proposta é justamente aventar outras possibilidades de pensar esse tema sem abrir mão da sua nomenclatura.

Podemos chegar, a partir de todos esses discursos e contando com o intenso debate entre os dois grandes paradigmas que investigam a depressão - a psiquiatria e a psicanálise - com as discussões infundáveis no interior de um deles - de que não existe nenhum consenso em torno do que ela realmente seja. Muito pelo contrário, esse é um terreno bastante divergente e intrincado. E apesar, ou mesmo por conta da psiquiatria deter uma hegemonia no estudo sobre a depressão e buscar incansavelmente defini-la em termos únicos e exatos, é que nos aventuramos a entrar nesse amplo e diversificado grupo e estudá-la, na tentativa de farejar novas rotas e, talvez, embaraçar ainda mais a pretensão de verdade. Como bem coloca a autora:

A depressão domina a humanidade nesse fim de século XX e início do século XXI, tornando-se inclusive um meio privilegiado de compreensão do homem contemporâneo. As diferentes abordagens propostas para dar conta desse universo mórbido apenas refletem a complexidade do ser humano e o caráter redutor de cada leitura (PERES, 2010, p.26).

O objetivo principal dessa pesquisa é a investigação das relações da depressão com a experiência de compressão do tempo e espaço, típica da atualidade. A hipótese central é a de que a aceleração do tempo e o encolhimento dos espaços - que marcam a vida na atualidade, segundo Harvey (1989) - acabam por figurar dessubjetivações, ou o que pode ser aqui um

oximoro subjetivações dessubjetivantes, isto é, subjetivações vestidas pelo silêncio, pela inexpressividade, pela ausência de sentidos, pelo isolamento.

A dessubjetivação nos remete a alguns fenômenos bastante discutidos atualmente e que podem ser entendidos como reflexos dessas manifestações subjetivas marcadas pela ausência de sentidos, pela desvitalização que seja o tédio, a monotonia, as ansiedades, o stress, indo até às compulsões, às hiperatividades, ao pânico, e às depressões. É importante também definirmos que esse espaço-tempo singular do contemporâneo se expressa em um lugar: a cidade. Desse modo, podemos desenvolver a ideia de que a cidade é produtora de dessubjetivações depressivas. Voltaremos a tratar dessa noção de dessubjetivação.

Em resumo, a tese é a de que a aceleração objetiva promove uma desaceleração subjetiva, ou seja, a experiência do turbilhão da vida citadina – compressão espaço-tempo da atualidade – resulta em um esvaziamento dos processos de subjetivações, trazendo consigo sofrimentos vividos como a experiência da perda de sentido da existência.

Dessa maneira a depressão se torna paradigmática. O modo de existir depressivo pode nos dizer sobre o modo de existir na contemporaneidade. Para tanto, precisamos nos desconectar desse correlato depressão, tristeza e abatimento, e levar em conta as leituras de autores como Joel Birman (1999; 2013) e Maria Rita Kehl (2009), que nos indicam a depressão como um empobrecimento da vida psíquica. Nas palavras de Birman (2005, p. 12) “uma experiência de desposseção de si”.

Paradigmática pode ser considerada a depressão, se levarmos em conta seu alargamento nos discursos sociais mais variados e seus indicadores estatísticos. Mas como já foi possível perceber no levantamento da literatura científica sobre o assunto, ainda é a sua abordagem enquanto uma questão orgânica que predomina no discurso vigente. Não somente no universo científico, mas também a mídia em sua grande maioria de matérias sobre depressão, a delimitam nesses termos, sendo determinada enquanto uma experiência estritamente individual e desendereçada.

Diante desse cenário, justifica-se a importância de avançar nesse estudo visando compreender essa questão como fenômeno extremamente complexo e desafiador que expressa as mazelas decorrentes de modos de subjetivação estreitamente vinculados às condições de vida da atualidade. Mas entre as justificativas, a que prevalece está no fato de a depressão ainda ser dada como uma questão exclusivamente médica pela suspeita de essa assertiva ser uma questão própria da medicina e o discurso dominante em torno do assunto estarem encadeados na própria fabricação dessa epidemia depressiva. A ciência – enquanto discurso privilegiado que é – produz a sociedade na mesma medida em que é por ela produzida, em uma via dupla. Sendo

assim, organizamos essa pesquisa em alguns capítulos e tópicos teóricos que consideramos serem essenciais para a discussão final.

Seguido do capítulo introdutório, temos dois capítulos dedicados às diretrizes da pesquisa. No segundo, denominado *Apontamentos metodológicos*, procuramos dispor sobre os instrumentos e estratégias que utilizamos para a construção desse trabalho: a interdisciplinaridade e intertextualidade além de discutirmos brevemente sobre o nosso posicionamento, ou melhor, sobre o lugar de onde falamos enquanto pesquisadores.

O terceiro capítulo, *Intertextualidade entre psicanálise e ciências sociais*, concentra-se em abordar os motivos e a pertinência dos nossos referenciais teóricos e, mais do que isso, a relevância das conversas entre esses para atingirmos nosso objetivo. Pensamos a interação da psicanálise com outros campos como a sociologia, a geografia e a filosofia considerando a ideia de que é possível tecer esse diálogo. Além dessa comunicação ser proveitosa para refletir sobre o tema aqui tratado, que já se coloca como interseccionado, é também uma tentativa de alargar esses campos de conhecimento. Porém, antes de tudo, nesse capítulo temos uma diferenciação, ou melhor, um recorte sobre qual psicanálise se trata. A ideia aqui é colocar uma ponte entre as fronteiras dos dois capítulos teóricos principais: o *Cidade e subjetivação* e o *Depressão*, dois temas centrais da pesquisa, dos quais pretendemos conectar

No quarto capítulo *Cidade e subjetivação*, apresentamos algumas orientações a partir das perspectivas de diversos autores de variadas áreas do conhecimento, sobre os principais aspectos que discutimos em torno do tema subjetivação e cidade. Nele, desenvolvemos questões sobre a história da cidade moderna e sobre como (e se) a psicologia tem pensado, produzido e atuado na cidade. Arriscamos ainda lançar algumas argumentações sobre a relação entre subjetivação e cidade pontuada na relação da temporalidade própria à vida citadina, além de outros aspectos discutidos sobre a vida urbana.

O quinto capítulo, *Depressão*, destina-se à apresentação de noções essenciais ao debate sobre a depressão na atualidade e de como ela se apresenta nos principais paradigmas que a significam e a traduzem, tanto no discurso científico quanto no social. Buscamos traçar um caminho entre os vários possíveis para abordar o assunto. Isso porque, como dissemos, o nosso tema já foi e continua sendo amplamente estudado, assim, esse capítulo pode se apresentar de diversas maneiras a depender da ênfase na pesquisa bibliográfica. Nosso trajeto foi construído no sentido de dar ferramentas para pensarmos a depressão como pretendemos, ou seja, desatá-la do discurso puramente patológico ou mesmo clínico para refletirmos sobre sua relação com a vida na cidade. Dessa forma, o capítulo cinco tem início com um breve apanhado histórico, percorrendo um pouco do curso que se deu da melancolia até a depressão nos discursos

científicos. Trazemos também um pouco da discussão em torno da hegemonia médica no trato da depressão e da medicalização como saída mais apontada para o problema. Ao fim e, a partir da produção teórica de dois autores contemporâneos - Maria Rita Kehl e Pierre Fédida - apresentamos um entendimento mais assertivo da depressão e sua diferenciação com outros fenômenos, como o luto e a melancolia.

O sexto e último capítulo, *Cidade e desaceleração subjetiva: uma experiência do vazio* destina-se à conclusão do trabalho. Na tentativa de operar a interdisciplinaridade, buscamos conectar os temas depressão e cidade em torno de diversos eixos trazidos ao longo do trabalho. Procuramos trilhar caminhos possíveis entre os dois principais capítulos que, à primeira vista, podem parecer distanciados mas, tentamos costurá-los numa narrativa de modo que se conectem depressão e cidade. Sabemos que estamos em um campo tumultuoso e arriscado. Poderíamos tratar aqui de afetos mais correntes como o tédio, porém, retirar as depressões desse lugar restrito e pensá-las em conjunto com outros saberes, enquanto sinalização de algo maior, de algo próprio da nossa forma de viver, é o que justifica a nossa empreitada.

Nos perguntamos como a melancolia que, por muito tempo, esteve associada à criação e à elevação espiritual se transfigurou, ao longo da história, em doença. Hoje podemos nos perguntar: o que acontece para que aquilo, que antes era estímulo para invenção de sentidos à existência, tenha se tornado uma espécie de sofrimento sem representação?

Veremos que, tanto Kehl (2009) quanto Fédida (1999;2002), irão ressaltar a relação da depressão e sua temporalidade própria – seu tempo parado – com o ritmo de vida a que estamos sujeitos. Ou seja, há uma condição, um choque entre o tempo subjetivo, o tempo do psiquismo, o tempo das possibilidades de criação e representação com o tempo social, o tempo produtivo de nossa cultura. A depressão parece se arranjar nesse encontro. Nas palavras de Kehl (2009, p. 238), o deprimido “sofre dos efeitos da pressa do Outro”.

A depressão, da forma aqui compreendida, parece denunciar o esvaziamento do sujeito, da subjetividade (ou dessubjetivação), a despotencialização da experiência pela via da aceleração do tempo e pulverização do espaço. A cidade é o *locus* ideal para a produção da compressão tempo-espaço e da anulação do sujeito para a produção de uma vida nua, vida racionalizada e automatizada. É desse vazio citadino angustiante, escondido na claridade do dia que cega e que aparece na noite monótona, entediante e repetitiva, que estão dadas as condições para um exame do contemporâneo que pode, por esse sintoma, apontar saídas e outros caminhos, outras espacialidades e temporalidades.

2. APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Primeiramente, como já dito, o presente trabalho define-se, convencionalmente, como pesquisa teórica, “dedicada a formular quadros de referência, a estudar teorias, a burilar conceitos” (DEMO, 1995, p. 13). Sendo assim, recorreremos a fontes da literatura científica – livros, artigos, dissertações e teses – para construir uma argumentação sobre as relações da depressão e sobre as condições de tempo e espaço da atualidade. Tais relações são examinadas sob o pressuposto, também calcado na literatura científica já consultada, de que depressão não se configura como um fenômeno psicológico isolado ou multilateral, mas que expressa condições de existência dadas na atualidade.

O título “Apontamentos metodológicos”, foi escolhido a partir da crença de que a metodologia de um trabalho científico pode ser entendida como uma discussão problematizante, de caráter mais complexo que métodos e técnicas, definida como uma “discussão teórica, inquirindo criticamente sobre as maneiras de se fazer ciência” (DEMO, 1995, p. 12).

Mesmo porque, entendemos que a ideia de método carrega consigo uma compreensão de que empregando passos de um roteiro ou manual, chegaremos sempre a um saber verdadeiro e total sobre dado problema, esquema herdeiro do positivismo que tem nas ciências naturais o modelo absoluto. Tal configuração parece-nos, principalmente nas ciências humanas, um tanto desvantajosa, não só por uma impossibilidade epistemológica mas também por uma perspectiva política e ética diante do conhecimento e da sociedade. No entanto, ainda consideramos importante apontar para o espaço de onde se fala, como, por exemplo, um lugar teórico fortalecido por um posicionamento ético, sobre a noção de mundo-sujeito que trazemos na nossa leitura sobre o tema de pesquisa. Uma metodologia, como disse certa vez um colega em sala de aula, entendida não como tesoura mas como bússola.

Considerando que a discussão metodológica exige uma constante reformulação teórica e dos caminhos pelos quais a pesquisa ainda irá percorrer, não pretendemos, com isso, esvaziar o rigor ou a consistência, tão pouco chegar a uma teoria final. Compartilhando da assertiva de Demo (1995, p. 13), partimos da noção de que “só pode ser científico aquilo que se mantiver discutível. Nada de dogmas. Nada de posições rígidas. Nada de proselitismos”.

Sabemos que a ciência moderna nasce a partir do rompimento com outros conhecimentos saberes que até então eram valorizados – o senso comum, os mitos, as crenças, os saberes populares – e se torna um “aparelho privilegiado de representação do mundo” na sociedade moderna, passando por um processo de dogmatização e atingindo seu auge no século

XIX como hegemonia do pensamento ocidental (SANTOS, 1989, p. 23). Inaugura-se, então, um novo paradigma que pretende ser o único detentor da verdade: transforma o eu/tu em sujeito/objeto, sendo o segundo subordinado ao primeiro. Seu critério de verdade reside na objetividade, no distanciamento, na separação entre teoria e prática, no universo dos quantificáveis e na desqualificação das qualidades, na profissionalização e especialização do conhecimento (saber e poder). Sua racionalidade é instrumental e seu discurso é rigoroso e anticriativo (SANTOS, 1989).

Essas cisões assentadas na ciência moderna, como sujeito/objeto, singular/universal, derivam de uma distinção fundante da ciência que é a separação natureza e sociedade. A primeira é tida como um objeto passivo e a função do conhecimento é desumanizar a natureza, separar-lhe do homem, ou seja, instrumentalizar e controla-la em função do homem, reduzindo-a a matéria-prima de um saber instrumental. Porém, toda essa construção da dogmatização da ciência também conduziu-a a sua grande crise. De acordo com Santos (1989, p. 66)

...esse homem desnaturalizado não é um homem qualquer, uma entidade abstrata [...] Em termos sociológicos, esse homem é a burguesia, a classe revolucionária que transporta em si o espírito do capitalismo e que vai utilizar da relação de exploração da natureza para produzir um desenvolvimento das forças produtivas sem precedentes na história da humanidade. Daí que a relação de exploração da natureza seja a outra face da relação de exploração do homem pelo homem.

As distinções entre ciência e tecnologia, entre as ciências aplicada e pura, passaram a não conseguir mais negar a crise da ciência, de sua pretensa neutralidade diante do papel hegemônico que ela vinha operando na sociedade: sua produção ideológica já não resolvia sua produção material. Um processo que teve início na década de 1940 com a ligação da ciência à máquina de guerra e sua crescente industrialização, onde as universidades vão perdendo espaço para o governo, para a indústria e para os laboratórios, culminando, então, em uma grande crise na década de 1960 (SANTOS, 1989).

A crescente complexização das sociedades ocidentais em conjunto com a perda da fé na ciência tornaram inevitáveis os questionamentos sobre as suas verdadeiras funções. Foi um período de grandes mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais a que se dedicam diversos estudos e autores conferindo-lhes nomeações diferentes dependendo das perspectivas de leitura (pós-modernidade, ultramodernidade, modernidade reflexiva, sociedade do risco, sociedade humorística, sociedade depressiva, etc.). Foi também um cenário produtor de

diversos movimentos sociais com reflexos tanto na sociedade em si quanto na produção teórica sobre ela.

Levando-se em conta essas rupturas da ciência tradicional que flexibilizaram as fronteiras rígidas até então estabelecidas e que abriram as disciplinas e especializações para o diálogo, é que temos como base epistemológica do método a chamada interdisciplinaridade. A ideia de buscar algo comum (ou que pode ser comungado) entre disciplinas, teorias e autores de diferentes campos do saber vem do intuito em poder usar as tangências e interpenetrações entre as diferenças como forma de produção de conhecimento ou de inovação.

A discussão em torno da interdisciplinaridade surge nas décadas de 1960 e 1970, juntamente com a crise da ciência e de sua excessiva estratificação disciplinar em suas fronteiras rigidamente fiscalizadas. Ela faz frente às ciências objetiva, racional e impessoal, que partem da separação sujeito e objeto, e ao conhecimento disciplinar especializado, restrito e fragmentado (TRINDADE, 2003).

O interesse da interdisciplinaridade é, antes de tudo, “ultrapassar o saber compartimentado e distante do sujeito social” (MINAYO, 2010, p. 439). Para Santos (2008, p. 74):

Nisso reside, aliás, o que hoje se reconhece ser o dilema básico da ciência moderna: o seu rigor aumenta na proporção direta da arbitrariedade com que espartilha o real. Sendo um conhecimento disciplinar, tende a ser um conhecimento disciplinado, isto é, segrega uma organização do saber orientada para policiar as fronteiras entre as disciplinas e reprimir os que as quiserem transpor. É hoje reconhecido que a excessiva parcelização e disciplinarização do saber científico faz do cientista um ignorante especializado.

Hilton Japiassu e Ivani Fazenda foram os primeiros autores a trazerem esse tema para o Brasil. Japiassu, em 1976, com seu livro *Interdisciplinaridade e patologia do saber*, mantinha seu debate em torno da questão epistemológica e da necessidade da interdisciplinaridade para o conhecimento e para a pesquisa: “A interdisciplinaridade aparece como símbolo da anti-ciência, do retorno ao vivido e às dimensões sócio-históricas da ciência” (JAPIASSU, 1976, p. 54). Ivani Fazenda, por sua vez, enquanto professora de história no ensino fundamental, atém-se mais à questão da interdisciplinaridade no ensino (FAZENDA, 2002).

Há quem considere que a interdisciplinaridade se apresentasse como moda nas universidades nesse período e que Japiassu, assim como outros autores, buscava criar uma superdisciplina, um método que pudesse resgatar a ciência de sua crise (ALVES;

BRASILEIRO; BRITO, 2004). Japiassu (1976), pretende a interdisciplinaridade como método, mas antes disso e principalmente, ele a coloca como uma reflexão epistemológica que se tornou indispensável – “corresponde a um nível teórico de constituição das ciências e a um momento fundamental de sua história” (JAPIASSU, 1976, p. 51). Apesar de seu entusiasmo, parece não seduzir-se pela vontade de “saber tudo”, “desconfiemos do enciclopedismo!”, exclama em seu texto (p. 42). Ele assegura que o objetivo não é produzir uma superdisciplina e nem um discurso universal, mas lidar com um problema concreto no qual a interdisciplinaridade está longe de ser uma cura para todos os males, ou uma salvação da ciência. “Evidentemente, não se trata ainda de postular uma nova síntese no saber. O que importa é constatar todo um esforço por aproximar, comparar, relacionar e integrar conhecimentos. Isto já é bastante significativo” (p. 52).

Nessa pesquisa, pretendemos com a interdisciplinaridade, escapar dos particularismos e dos dialetos científicos. Não se trata de harmonia, e sim de conflito; de possibilitar o debate entre os campos de saber. “Não anular as diferenças e nem homogeneizar o conhecimento” (ALVEZ; BRASILEIRO; BRITO, 2004, p. 146), tal como nos traz Japiassu (1994, p. 2):

Nas tomadas de decisão, precisamos aceitar confrontos de distintos pontos de vista que não utilizam nem os mesmos critérios nem os mesmos pressupostos. Porque, em última instância, essas decisões não decorrem tanto de conhecimentos, mas de opções éticas e políticas.

Sendo assim, apesar de as várias discussões em torno do tema da interdisciplinaridade terem ganhado força no período de crise da ciência e, como já apontamos, por isso partirem de motivos afins, elas nem sempre são concordantes. Não há um consenso em torno da interdisciplinaridade. Além de ser uma noção um tanto subjacente e indefinida e, por vezes, não corresponder à situação em que é empregada (reflexão epistemológica, prática de ensino, equipe de trabalho), ela também avizinha outras acepções do mesmo modo imprecisas, como a transdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e a pluridisciplinaridade.

Para Japiassu (1976), a interdisciplinaridade é uma necessidade que nasce junto à patologia que se encontra o saber, mas suas propostas não permanecem somente no campo da reflexão epistemológica, elas partem para o âmbito da prática também no sentido de produzir um método interdisciplinar de pesquisa. Por outro lado, alguns autores recusam a ideia da interdisciplinaridade enquanto método de pesquisa, assim como rejeitam a proposta das equipes

multidisciplinares por acreditarem que assim se mantém as divisões cartesianas entre o sujeito que detém o saber e a verdade sobre o outro/objeto (ALVES; BRASILEIRO; BRITO, 2004).

Apesar desse dissenso em torno do tema e de sua colocação em prática, em um aspecto acordamos:

será mesmo preciso tê-lo, no momento em que se constata, segundo Japiassu (1996), que a ciência ou algumas teorias científicas renunciaram às pretensões de totalidade e completude, e que a ciência busca a universalidade da prática e não de uma teoria afirmada aprioristicamente? (ALVES; BRASILEIRO; BRITO, 2004, p.140).

Sobre a presente pesquisa podemos afirmar que a interdisciplinaridade não se conforma como método propriamente dito. Ela não estabelece um corte da realidade, tão pouco procedimentos de investigação e de interpretação como se propõe um método. Podemos compreendê-la então, como uma tendência norteadora da pesquisa.

Apesar de utilizarmos autores que anseiam a interdisciplinaridade enquanto uma possibilidade de unidade do saber, não compartilhamos desse desejo. Tanto por acreditarmos em uma impossibilidade intrínseca a esse intento, quanto e principalmente, por não vislumbrarmos uma perspectiva ética desse propósito (geralmente ligada à concepção de que “sujeito” detém a verdade sobre o “objeto”, e assim ambicionará a curar, classificar, avaliar, etc.).

Estamos longe de pretender um caminho total e verdadeiro, ao contrário, defendemos uma modesta trilha, uma entre as possíveis para chegar a um saber entre os possíveis. Temos a consciência de que nosso tema aqui é quase um lugar comum. Não estamos a perseguir o ineditismo mas, levando em conta que a grande maioria dos estudos está sob a guarida de um pensamento hegemônico e interessado, contamos que nosso percurso alcance outra compreensão. Isto é, assumindo nossa simples façanha é que alcançaremos algo original, porque nenhuma trilha é igual a outra, há nela aquela paisagem naquele tempo e aquele que caminha naquela paisagem naquele tempo.

Não se tratam, pois, de transcender disciplinas, nem de mirabolar novos métodos e conceitos híbridos, mas simplesmente de fazê-las interagir na busca de um sentido novo: “Transformar essas fronteiras em territórios propícios para os encontros” (TRINDADE, 2003, p. 42).

Além da interdisciplinaridade, outra dimensão epistemológica presente nesta pesquisa diz respeito à intertextualidade, tal palavra é de raiz latina e significa *inter* (no interior de dois) e *textus* (fazer tecido, entrelaçar) (CORRALES, 2010).

Intertextualidade foi uma expressão cunhada em 1969 por Julia Kristeva, no interior de sua teoria literária para exprimir a absorção que um texto faz a outro: “Todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto” (KRISTEVA, 1979, p. 68). Kristeva parte da noção da linguagem essencialmente dialógica de Bakhtin para tratar da produção de um texto a partir da intertextualidade, que deriva então dessa propriedade dialógica da linguagem (CAVALCANTE, 2009; ARAUJO; LOBO-SOUSA, 2009).

Diante desse quadro, a linguística textual incorpora o postulado dialógico de Bakhtin ([1929] 2004, [1953] 1997), de que um texto (enunciado) está sempre em diálogo com outros textos, para relacionar ao fenômeno intertextual em sentido amplo (*lato sensu*), constitutivo de todo e qualquer discurso como tacitamente aceito. Na prática, porém, o fenômeno intertextual é analisado em sentido restrito (*stricto sensu*), quando um texto remete a outros textos efetivamente produzidos, sendo necessária, portanto, a presença de um intertexto, um já-dito que faz parte da memória discursiva dos leitores/ouvintes, ainda que alguns destes não o reconheçam (ARAUJO, LOBO-SOUSA, 2009, p.569).

Cavalcante (2009) cita Barthes para mostrar sua consonância com a definição de intertextualidade por Kristeva, em que, segundo esse, todo texto é um intertexto, visto que é o campo em si da redistribuição da linguagem:

A intertextualidade, condição de todo texto, seja ele qual for, não se reduz, evidentemente, a um problema de fontes ou influências; o intertexto é um campo geral de fórmulas anônimas, cuja origem raramente é detectável, de citações inconscientes ou automáticas, dadas sem aspas (BARTHES apud CAVALCANTE, 2009, p. 11).

A intertextualidade entendida primeiramente como propriedade do texto literário, foi se estendendo para a compreensão da produção textual em outros contextos como a relação existente entre textos de um mesmo campo ou de campos diferentes. Em nosso caso, ocupamo-nos com a intertextualidade na produção do texto acadêmico. Ela se tornou um problema pensado por diversos autores e diferentes disciplinas principalmente a partir da década de 1970. O fenômeno da intertextualidade se manifesta como “fundamentalmente, implicado na experiência humana de construção de sentido”, não se restringindo aos textos literários, ou artísticos e sim, relacionado com a própria natureza do texto (CAVALCANTE, 2009, p. 12).

Além desse sentido geral da intertextualidade, podemos observar esse fenômeno em um âmbito mais específico. É o que faz Genette (2006) ao categorizar diferentes formas de

intertextualidade em seu livro *Palimpsesto*. A mais comum, e tão cara ao texto acadêmico, é a famosa citação em que há uma “referência precisa” entre aspas. Ele define também o plágio como um “empréstimo não declarado” de outra referência e a alusão como uma forma de intertextualidade “menos explícita e menos literal” (GENETTE, 2006, p. 8).

Um ponto relevante e que frequentemente aparece nos estudos sobre intertextualidade na produção acadêmica é a questão da autoria e do plágio. A intertextualidade na literatura científica obedece a critérios mais rigorosos, “é um território de sutilezas” (MIRANDA; SIMEÃO; MUELLER, 2006, p. 5). Justamente por se colocar numa posição arriscada, de um lado o consenso de que a escrita científica sempre recorre ao conhecimento que o autor tem do assunto relacionado a outros textos e outros autores e, de outro, o perigo de se apoderar indevidamente de ideias alheias (MIRANDA; SIMEÃO; MUELLER, 2006; SILVA, 2008), ou seja,

A literatura científica, sempre eivada de citações e modelos teóricos e metodológicos de contexto, teria ainda mais dificultada a identificação do que seria verdadeiramente “original” e único de um texto determinado. Daí que o plágio repousa quase sempre na imitação do formato e/ou na cópia óbvia de textos alheios sem citação (MIRANDA; SIMEÃO; MUELLER, 2006, p. 5).

Portanto, juntamente com a ideia de interdisciplinaridade, usaremos a prática da intertextualidade no sentido de compor um texto na compreensão de que ele sempre é “tensão com outras vozes sociais” (ORLANDI apud SILVA, 2008, p. 364). Essa composição é um trabalho contínuo de colocação do sujeito com seus estilos e suas significações, mas nunca um fechamento, afinal sempre há os espaços vazios onde o outro se coloca de modo a interpretar, refutar, complementar...

Como dissemos, nossa intenção com este trabalho é tratar da questão da pesquisa, partindo não da interpretação de um recorte por meio de conceitos puros de uma teoria única, mas buscando compreendê-la a partir do que ela nos diz com suas múltiplas vozes. Talvez a questão se inverta nesse momento. Não se trata do que a teoria nos diz sobre assunto, mas em que ele pode transformar o nosso saber ou, mais modestamente, em nossa produção de conhecimento. Por isso a resposta à questão de que lugar partir ao olhar para o problema não abarca uma teoria, senão o próprio problema ou aspectos dele. Por ser uma pesquisa teórica, essa pretensão fica ainda mais difícil, já que não dispomos de manifestações diretas da realidade. Porém, tendo isso em vista que procuramos costurar o texto dessa dissertação (no uso de autores e teorias que partem desse princípio), acreditamos que a interdisciplinaridade e a intertextualidade são as estratégias mais afinadas para esse propósito.

Não há saber que não seja localizado, que não seja transitório. A nossa intenção aqui não é buscar soluções ou respostas, mas refletir sobre recursos alternativos possíveis de se ler a questão, produzir “um bom trabalho possível”. Usar de disciplinas primas autores que conversam em um caminho que não seja nem do ecletismo nem do purismo positivista.

Portanto, orientados pela noção de interdisciplinaridade e de intertexto como formas legítimas de produção de conhecimento, buscamos pôr em diálogo, mediante um exame das obras levantadas, autores e teorias que possam compor um intertexto capaz de conectar a depressão com as condições de existência da atualidade, fazendo dela um analisador dos sintomas sociais do nosso tempo. De modo que assim, dialogando em campos mais extensos, como a sociologia, a geografia, a filosofia e a psicanálise, possamos ampliar o horizonte da psicologia e avançar no entendimento da depressão enquanto produção subjetiva em relação à organização espaço-temporal da vida citadina contemporânea.

3. INTERTEXTUALIDADE ENTRE PSICANÁLISE E CIÊNCIAS SOCIAIS

Como dissemos na introdução, esse capítulo também faz parte da elucidação dos caminhos e diretrizes da pesquisa. Por esse motivo, pensamos que seria melhor trabalhá-lo antes de entrarmos nos capítulos teóricos centrais. A psicanálise, em seu estatuto teórico e epistemológico, será aqui contemplada com o intuito de definir argumentos essenciais da pesquisa, como suas noções de sujeito e de sintoma, e as perspectivas ética e política que decorrem. “Poder sustentar a existência do saber inconsciente através da convocação da subjetividade como desejo – eis um dever ético que a psicanálise propõe ao mundo” (QUINET, 2008, p. 20).

Nosso objetivo com este capítulo é, justamente, tentar levantar as questões e justificativas nas quais colocamos a psicanálise como campo do conhecimento, como já dito, em diálogo com outros, na construção da argumentação em torno do nosso tema. Principalmente porque nosso intento aqui é discutir a depressão enquanto um analisador social e não propriamente como uma manifestação clínica. Além disso, quando dizemos psicanálise não podemos perder de vista que, ao colocá-la assim de modo genérico, não podemos pensá-la como um todo coerente. O mais correto seria colocá-la no plural, visto que abrange um vasto e divergente campo do conhecimento. Dessa maneira, é preciso deixar claro o recorte utilizado neste trabalho.

No capítulo sobre a depressão, abordaremos alguns autores que já fazem essa interlocução da psicanálise com outros campos do saber. Autores que pensam sobre fenômenos da atualidade a partir do pensamento psicanalítico em relação com outros saberes numa reflexão crítica. Como forma então, de evitar equívocos e confusões parece pertinente considerar que a psicanálise, ou seja, seu estatuto teórico e epistemológico, será manejada enquanto instrumento (e não método) para se realizar os objetivos propostos pela pesquisa. Para sermos mais precisos, nossa construção textual pautará especialmente sobre a leitura de dois autores que tratam a depressão na atualidade: Maria Rita Kehl, psicanalista brasileira contemporânea que deriva da psicanálise Freud-Lacan na sua leitura clínica e social, e Pierre Fedida, psicanalista francês, também contemporâneo de formação filosófica, que fez uma articulação entre fenomenologia e psicanálise para pensar as questões da clínica atual. A finalidade desse capítulo é justificar a pertinência desse recorte para construção de nossa argumentação, assim como, tentar certificar a legitimidade que a psicanálise oferece enquanto campo de conhecimento, para produção desse diálogo com o social.

A complexidade de pensar a psicanálise na pesquisa deriva também do fato de esta ser um método clínico terapêutico e um conjunto de saber em contínua expansão e reformulação, estando esses dois elementos em constante relação, ou seja, a psicanálise é um saber e uma prática que se articulam e se sustentam. A produção do saber através do método psicanalítico, apesar de numerosa e heterogênea, também se estrutura na lógica do inconsciente e no método da interpretação e, necessariamente, haveria de ocorrer efeitos psíquicos nos sujeitos envolvidos, a produção de saber também demanda transformações (ALBERTI, 2008; ELIA, 2000; MEZAN, 2006).

Em seu artigo, Rosa (2004) se propõe exatamente a problematizar essa investigação do social por meio do saber psicanalítico, o que ela vai chamar, retomando Lacan, de psicanálise “extramuros”, entendida como a psicanálise enquanto teoria e método para além do campo clínico. Mesmo que seu trabalho esteja focado no método psicanalítico, ou melhor, em pesquisas em psicanálise (ainda que por outros meios que não sejam os clínicos), considera-se que suas reflexões são, por agora, proveitosas. A autora ressalta a importância de se aprofundar nos debates relacionados a essa questão, e destaca alguns equívocos mais comuns a esse tipo de prática, entre eles, a generalização, podendo ser entendida como a errônea correlação entre indivíduo e sociedade, tendo como causa e consequência a descaracterização de conceitos.

Rosa (2004) ao longo de seu artigo enuncia a indissociabilidade entre indivíduo e sociedade para todo o constructo da psicanálise e, mais ainda, retoma o quanto a investigação do social e da cultura como meio de compreender essa relação (indivíduo-sociedade) sempre esteve presente na obra de Freud. Mesmo havendo um afrouxamento dessa intenção de Freud pela tradição psicanalítica, essa foi, mais tarde, retomada mais intensamente por Lacan.

Joel Birman, em uma conferência realizada no final de 2009, retoma a tese de Lacan, onde esse afirma o inconsciente como sendo transindividual, ou seja, seu registro está para além do indivíduo, comprometendo-se com o lugar histórico e social. O sujeito em psicanálise não pode ser entendido somente por sua dimensão interior, pois ele perpassa o indivíduo e se constrói em comunhão com essa exterioridade (cultura, sociedade, tempo histórico). Sendo assim, “o que Freud chama de mal-estar sempre se apresenta em nível de indivíduo (sintomas, sofrimento do indivíduo) e em nível social (sintomas sociais)”. De outro modo, Rosa (2004, p. 340) reitera “que, se na análise do sintoma deve-se escutar o não-dito do discurso dos sujeitos, cabe acrescentar a força de determinação dos não-ditos dos enunciados sociais”.

Este, como já mencionado, é o espaço da discussão metodológica e de como a psicanálise se constitui uma teoria de referência às problemáticas dessa pesquisa. Acreditamos que seja recomendado e proveitoso destacar as noções e conceitos fundamentais relacionados

aos objetivos da pesquisa, e do porquê foram convocados. Além do mais, essas noções da psicanálise que, a partir de agora, serão exploradas é que a retiram desse estatuto rígido e inflexível como é por vezes compreendida.

3.1 – A noção de sujeito

Elia (2000;2010) mostra como, tal qual a ciência, essa categoria é moderna e como o sujeito para a psicanálise se aproxima ao mesmo tempo que se distancia da concepção de sujeito para ciência. A noção de sujeito, segundo o autor, é um constructo fundamental à psicanálise, “é, antes, do tipo que mais se impõe ao trabalho teórico do psicanalista do que dele decorre como construção” (ELIA, 2010, p.13).

Já sabemos que Freud, impulsionado pelo cientificismo de sua época, ansiava, ao menos até um dado momento de sua obra, construir a psicanálise nos moldes da ciência ideal; aquela, enquanto tal, nasce derivada da prática médica, mas ao mesmo tempo rompe com seu discurso, a “subjetividade excluída do discurso médico é privilegiada no discurso psicanalítico, já que é a possibilidade de articulação entre o sintoma e a história do sujeito” (ALBERTI, 2008, p. 48). Esse rompimento é que inaugura uma nova concepção de sujeito e, mais além, uma nova noção de sintoma bem diferente da noção médica ou da presente em psicologias. Esse é o ponto em que se vê a perspectiva ética da psicanálise na qual essa pesquisa se atrela.

Por que, então, essa afirmação de Elia (2000), retomando Lacan, de que a psicanálise deriva da ciência ao mesmo tempo que a ultrapassa? A resposta está localizada exatamente na noção de sujeito suscitada pela psicanálise; a psicanálise não está inclusa na ciência, e sim deriva desta, “porquanto resulta de uma operação de subversão desse campo pelo viés do sujeito” (ELIA, 2000, p. 21).

Voltemos então onde tudo começou. Alberti (2008) coloca que, assim como Galileu operou o modelo da ciência moderna pela Física matemática, Descartes o fez pelo que chama de *viés da subjetividade*; foi com ele que, pela primeira vez, a questão do saber se volta ao próprio agente do saber (ELIA, 2010). Sabemos que a marca da modernidade é a quebra das tradições, tendo a ciência como sua protagonista, e é com as incertezas ocasionadas pelos cortes da modernidade e da ciência nos saberes até então estabelecidos, que Descartes inaugura o *Cogito penso: logo sou*, que pode ser colocado da seguinte maneira: “não posso não estar certo de que, ao duvidar de tudo, inclusive do fato de que estou duvidando, continuarei duvidando, e assim a única certeza que posso ter é a de que duvido” (ELIA, 2010, p. 9). O sujeito é aonde ele pensa. Nesse sentido é que Elia (2010), retomando Lacan, vai afirmar que a medida em que

a ciência moderna faz emergir o sujeito, ela extrai suas “qualidades”, no mesmo momento em que ela faz nascer o sujeito, ela o retira de seu campo de operações. Por isso é que a psicanálise deriva ao mesmo tempo em que ultrapassa a ciência e sua noção de sujeito cartesiano. Porque o sujeito da psicanálise é esse mesmo trazido à tona por Descartes – em sua dúvida e angústia – é aí que emerge o sujeito, do “instante pontual em que duvida”, no momento em que se despoja do saber, “onde algo de sua verdade irrompe”, abalando a estrutura do eu (ALBERTI, 2008, p. 58).

O grande movimento impulsionado pelo Cogito de Descartes foi de separar, em um momento preciso, o saber da verdade, e esse é o ponto em que a psicanálise se agarra, nessa incompletude descartada pela ciência que é totalmente operante. É importante ressaltar que a psicanálise também não irá retomar essas “qualidades empíricas” as quais as ciências humanas terão como objeto. Nesse sentido é que a psicanálise deve à ciência, e deriva desta, daquele sujeito que apareceu lá na dúvida que tanto abalou Descartes e de que fala a psicanálise (ALBERTI, 2008; ELIA, 2000). Elia (2010, p. 13) reforça que “a grande revolução da psicanálise é que esta passa a criar modos de operar com esse sujeito”, e esse sujeito trazido pela psicanálise é o sujeito do inconsciente elevado ao estatuto de detentor de seu saber, de seu saber inconsciente.

O sujeito do inconsciente não é, em si mesmo, pobre ou rico, branco ou negro, tampouco – e aí se situa talvez o ponto mais escandaloso da descoberta freudiana – homem ou mulher. É em sua relação com a alteridade, em que para ele consistem a linguagem, a família, a sociedade, enfim, todos os elementos do que Lacan denominou o Outro, que o sujeito vai sexuar-se, definir-se homem ou mulher, e definir também seus demais atributos (ELIA, 2000, p.26)

Deste modo, foi a psicanálise quem permitiu que as neuroses deixassem o lugar como doenças médicas para serem entendidas como resposta do sujeito aos impasses de sua sexualidade (ELIA, 2010). Por este motivo é que se reclama à psicanálise essa pesquisa, por considerar que sua noção de sujeito, e os efeitos ético e político que dela derivam, é nodal à perspectiva que ansiamos apontar.

Ressaltamos que ambos os conteúdos – noção de sujeito e de sintoma – estão de tal modo entrelaçados no entendimento psicanalítico, que essa divisão aqui feita é meramente esquemática.

3.2 – A noção de sintoma

Assim como a questão do sujeito, a noção de sintoma é fundamental à psicanálise e também traz uma postura de subversão em relação às concepções de sintoma presentes na medicina, ou nas psicologias. Por esse motivo, também, é que o sintoma pode ser entendido como a política da psicanálise (ALBERTI, 2011); esse é o ponto a ser destacado nessa discussão. Não é o caso de ampliar a investigação sobre tal conceito, visto que a categoria de sintoma tanto em Freud como em Lacan passa por várias transformações ao longo da construção de suas obras, o que não significa que uma versão negue a outra, mais complexiza do que subtrai (QUINET, 2008). Então, nos atemos a essas distinções sobre a noção de sintoma que a psicanálise produz, e nos efeitos dessas em correlação com a perspectiva pretendida a essa pesquisa.

Na medicina, segundo Quinet (2008), o significado de sintoma é doença-patologia, e essa revelação é feita a partir da leitura do médico que possui o saber sobre a verdade daquele sintoma que ali se apresenta. Já para a psicanálise, o sintoma também se configura como um sinal, mas não um sinal de doença e sim de sujeito. “Onde há sintoma há sujeito”; sendo assim, o sintoma não pode ser generalizado, quantificado e decifrado a partir de um manual, já que o que é para um, não é o mesmo para outro: “cada sintoma pede um novo saber sobre ele” (QUINET, 2008, p.120). Além disso, sua forma é a mesma de outros processos dito “normais”, como os sonhos ou os lapsos, contribuindo para uma quebra nessa barreira entre o normal e o patológico. O sintoma, para psicanálise, não revela a verdade de uma doença, mas sim que ali há um sujeito do inconsciente.

O psicanalista escuta o sofrimento e descobre que não deve eliminá-lo, mas sim criar uma nova posição diante do seu sentido. O sintoma é realização do desejo, o lugar da verdade do sujeito, uma mensagem, um enigma a ser decifrado; nele está o cerne da subjetividade (ROSA, 2004, p. 341).

Um sintoma-queixa pode, então, deixar de ser uma queixa e continuar sendo um sintoma, uma saída criativa, uma metáfora do sujeito endereçada ao laço social (XAVIER, 2013). É uma expressão de outra coisa e não se deve curá-lo nem extirpá-lo do sujeito, pois ele é também esse sujeito. Assim, o sintoma para psicanálise, como sua noção de sujeito, está inteiramente implicado na relação com o laço social.

As clínicas do sintoma não têm para trabalhar senão a estrutura do sintoma ou seus tipos. É que, além dos tipos de sintomas, há as formas de sintomas. Essas

formas do sintoma se impõem a nosso exame desde que nós saímos das concepções estreitamente psicológicas ou médicas do sintoma. É notável que, a exemplo de Freud, Lacan não tenha jamais cedido à facilidade de reduzir o sintoma a seus valores estritamente psicológicos. Acrescentaremos que não somente ele não cede a essa tentação, mas que produz os elementos de doutrina que permitem desvincular o sintoma das aderências médicas que se conservaram no próprio *corpus* freudiano. Nessa perspectiva, é a teoria do discurso, como fundamento do laço social, que permite a articulação do sintoma ao cultural e ao social (ASKOFARÉ, 2011, p. 111).

Já a discussão em torno da noção de sintoma social seja talvez mais complexa e, certamente mais polêmica, por abranger diferentes concepções dependendo dos autores e de suas abordagens (ROSA, 2004), visto que, como Freud mesmo já assinala em 1921,

Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social (FREUD, [1921]1996, p.81).

A indagação que surge depois de todo esse percurso pelo qual passa o entendimento do sintoma para psicanálise é a seguinte: qual sintoma não seria um sintoma “social”?

Pensando para a compreensão a que buscamos nesta pesquisa em torno da depressão, a ênfase pretendida é a de que essa epidemia depressiva (deixando de lado, por agora, a importantíssima investigação do processo pelo qual tal discurso foi construído e sob qual bases diagnósticas, o que poderia constituir em uma relevante pesquisa micropolítica) denuncia uma especificidade dos laços sociais na atualidade.

Melman (1992), em seu estudo sobre as toxicomanias, as eleva ao estatuto de sintoma social, não somente pelas estatísticas envolvidas nessa questão, mas por acreditar que as toxicomanias vêm dizer uma verdade velada pelo discurso dominante da nossa sociedade. Tal sintoma social se apresenta mais ameaçador justamente porque ataca a estabilidade do próprio laço social. Para o autor, quanto mais hipócrita for uma sociedade, quanto mais ela anuncia a liberdade individual e direitos dos homens, quando são, de fato, aparências, e quanto mais as escolhas se restringem e as condutas já são previstas, mais intensas são as manifestações desses sintomas. Um sintoma social é “a verdade de nossa sociedade” (MELMAN, 1992, p. 96).

Bem, como dissemos, o objetivo desse capítulo é pontual. Por isso não pretendemos nos alongar muito nessa discussão já que ela não é central à pesquisa, mas confiamos nela a importância de demonstrar a pertinência de utilizarmos pensadores da psicanálise. Justificamos

a convocação dos autores utilizados para a argumentação em torno do tema. Nesse sentido, o território teórico da psicanálise do campo Freud e Lacan, em diálogo com as teorias do social, possibilita-nos não somente desnublur pontos possíveis de se entrever o fenômeno da depressão, como também, por sua perspectiva dialética, formular questões que podem provocar movimentos no sentido da produção de conhecimento também para psicanálise em suas interdisciplinaridades.

4. CIDADE E SUBJETIVAÇÃO

4.1 – É a cidade somente o concreto?

Se no início do século XIX o número de pessoas vivendo nas cidades era de 1,7 por cento da população mundial, atualmente, segundo dados do relatório da ONU, *Perspectivas da Urbanização Mundial* (World Urbanization Prospects) de 2014, esse índice subiu para mais da metade dos habitantes, sendo que a Ásia e a África juntas contam com 90 por cento da população residente em zonas rurais (SANTOS, 1988; UNRIC, 2014). Portanto, como se refere Santos (1988), a urbanização é um fenômeno mundial e é na cidade que o homem se produz.

Ainda de acordo com a ONU, a população urbana cresceu em um ritmo acelerado desde a metade do século XX, passando de 746 milhões para 3,9 bilhões atestando como o Projeto de Modernidade pode também ser considerado projeto de cidade.

Impulsionadas pelas revoluções industriais e sociais dos séculos XIX e XX, as cidades modernas foram se tornando o centro da vida humana, principalmente em torno da indústria e do comércio. O homem moderno renovado, liberto das crenças turvas e desapegado das tradições, nega seu passado em suas loucuras fáusticas e empreendimentos megalomaniacos. A cidade é seu mais novo feito e morada. O campo já não dá conta desse homem da liberdade e do progresso, iluminado pela razão e ciência. As cidades modernas passaram a ser o lugar do trabalho livre, do projeto de uma nova sociedade edificado por uma classe social ascendente que ali se afirmava -a burguesia – que estampava a promessa do progresso moderno mas que, aos poucos, foi apresentando sinais de falência.

Na transição do feudalismo para o capitalismo, quando as terras pertencem aos senhores feudais, a cidade aparece como o lugar do trabalho livre. O burgo, lugar onde o trabalho livre é possível, concentra os artesões; o pedreiro, o alfaiate, mas também os comerciantes. Este lugar, a cidade, se diferencia do campo, entre outros motivos, pela possibilidade desse trabalho livre. A cidade aparece, então, como uma semente de liberdade (SANTOS, 1988, p. 19).

Nos séculos XIX e XX, as transformações foram intensas e velozes, a cidade carregou consigo uma nova forma de paisagem e organização social totalmente diferente da anterior. Industrialização, desenvolvimento do comércio, dos transportes, da ciência e da tecnologia, divisão do trabalho, aceleração do ritmo de vida, explosão demográfica, luta de classes, comunicação de massa, movimentos sociais, estados nacionais mais poderosos, um mercado capitalista mundial, novas instituições; tudo isso configurou um novo cenário e uma nova forma

de vida. Isso não quer dizer que a cidade, ainda hoje, não viva sob a lógica da mutação permanente, mas que a modernidade, em cinco séculos, produziu mais transformações que nas dezenas de séculos anteriores. Mesmo tendo feito o pacto de destruição das marcas do passado, do legado histórico, ela foi também produtora de uma gigantesca tradição própria (BERMAN, 1986).

Apesar de a urbanização ser um fenômeno mundial, ela acontece em forma e tempo diferentes nas variadas regiões do globo. O que se tem em comum é o crescimento intensivo da população. Enquanto nos séculos anteriores a população sofreu uma longa demora para crescer e se desenvolver, nos modernos ela tem se duplicado e, com junto dela, uma diversidade de culturas, credos e níveis sociais passaram a conviver em um todo comum.

As migrações são também responsáveis por essa mistura da humanidade e pelas diferenças no fenômenos da urbanização. No início das colonizações, por exemplo, os grandes fluxos migratórios eram dos países velhos para as colônias. Mais tarde esse movimento se inverte, a migração passa a ser mais intensa dos países pobres para os mais ricos pela busca de melhores condições de vida. Também soma-se a esses, as migrações dentro de um mesmo país. Os países subdesenvolvidos são caracterizados por uma urbanização mais tardia e apresentam, nos últimos anos, um crescimento mais violento e uma elevação demográfica realmente explosiva, como é o caso do Brasil, influenciando na forma como o espaço social se organiza (SANTOS, 1988). Santos (1988, p. 16) afirma que:

...o espaço do homem, tanto nas cidades como no campo, vai tornando-se um espaço cada vez mais instrumentalizado, culturizado, tecnificado e cada vez mais trabalhado segundo os ditames da ciência. [...] Tudo isso se dá em um quadro de vida onde as condições ambientais são ultrajadas, com agravos à saúde física e mental das populações. Deixamos de entreter a natureza amiga e criamos a natureza hostil.

Nas últimas décadas ocorreram inúmeras transformações e rupturas nos níveis social, político, econômico e cultural. Com o pós-guerra e a intensificação das desigualdades, o projeto moderno de uma sociedade livre e de racionalidade científica passou a ser desacreditado. A cidade não fica imune à essas transformações. Para Harvey (2008), um grande marco dessa entrada no que ele vem a chamar de pós-modernismo tem data e hora marcadas: a demolição do conjunto habitacional *Pruitt Igoe* em St Louis, em 1972. Esse imenso conjunto habitacional na periferia da cidade foi uma maneira encontrada pelo poder local de resolver os problemas relacionados a favelas que se espalhavam pelo centro da cidade e as condições de moradia das

peças de baixa renda da região. Porém, como vários dos projetos megalomaniacos da modernidade, o engodo dessa empreitada não funcionou e se reverteu em um dos lugares mais violentos da cidade, que precisou ser demolido em 1972. A ideia associada à criação desse conjunto habitacional era do ideal da *máquina da vida moderna* de Le Corbusier, símbolo da arquitetura modernista aplicada sob os parâmetros da racionalidade funcional e do controle (HARVEY, 2008, p. 45).

No século XIX, a organização das cidades ficava a cargo de dirigentes municipais, das igrejas e dos médicos higienistas, que acreditavam que o espaço da individualidade e da organização promovido pela nova vida na cidade traria um bem estar para toda população. Contudo, foi no século XX, com o surgimento da especialidade dos urbanistas, que isso é posto em prática, já não mais associado, necessariamente, à ideais sociais, mas enquanto uma atividade concreta no espaço urbano. É nesse mesmo período que se tem o Movimento Modernista na arquitetura. Inspirados pela técnica e pelo progresso, os planejadores das cidades com suas obras grandiosas, reconstruíam e modificavam o espaço em recusa ao passado tradicional – Le Corbusier, Bauhaus (GUIZZO, 2008).

O urbanismo surge, então, junto com outras ciências (psicologia, geografia, ciências sociais), a partir de uma lente binária que possibilita ver o mundo através de um sujeito que contém a verdade. O sujeito poderá conhecer *a priori*, já que ele possui em si a capacidade de conhecer, e isso possibilita ao indivíduo criar projeções espaciais, imagens da cidade futura, ou seja, modelos. Apenas será possível propor um modelo de cidade porque entende-se o sujeito com essa capacidade de dizer a verdade: ele pode dizer como as cidades devem ser antes mesmo de haver a experiência delas (GUIZZO, 2008, p. 53).

O urbanismo contemporâneo, levando em conta todas as transformações comentadas, também passa a questionar os projetos ideais e totais de cidade. Atém-se mais à organização do tempo que do espaço e se preocupa com a cidade existente (GUIZZO, 2008). O urbanismo contemporâneo das *cidade-colagem* tira de campo as obras gigantescas inspiradas em um sonho de uma sociedade em harmonia, onde o homem seria capaz de resolver todos seus problemas. Por outro lado, há quem aponte críticas a esse movimento, onde a paisagem urbana é formada por um monte de partes desconexas, “justaposição de artefatos efêmeros”, uma “liberdade em que não predomina a diferença e sim o contraste e a desigualdade” (GOMES, 2004, p. 3).

Outra situação um tanto quanto atual que modifica toda paisagem e vida urbana, é o fortalecimento de um mercado capitalista mundial. A globalização, ao mesmo tempo que complexifica a dinâmica urbana, tende também a homogeneizar. Assim como complexiza o

debate em torno da questão. Para Milton Santos (1994), o global separa o que o local une; unificação e fragmentação são processos aparentemente antagônicos mas que convivem nas consequências da globalização.

De que vale indagar qual a fração da natureza que cabe a cada indivíduo ou a cada grupo, se o exercício da vida exige de todos uma referência constante a um grande número de lugares? Ali mesmo, onde moro, frequentemente não sei onde estou. Minha consciência depende de um fluxo multiforme de informações que me ultrapassam ou não me atingem, de modo que me escapam as possibilidades hoje tão numerosas e concretas de uso ou de ação. O que parece estar ao alcance; de minhas mãos é concreto, mas não para mim. O que me cabe são apenas partes desconexas do todo, fatias opulentas ou migalhas. Como me identifico, assim, com o meu entorno? [...] *Ontem*, o homem se comunicava com o seu pedaço da natureza praticamente sem mediação, *hoje*, a própria definição do que é esse entorno, próximo ou distante, o Local ou o Mundo, é cheia de mistérios (SANTOS, 1994, p. 6).

Pode ser uma questão pertinente o fato de a globalização não excluir mas fazer conviver o global com as culturas locais em uma cidade multicultural, de qualquer modo, é estranho pensar que decisões que implicam diretamente nossas vidas possam ser tomadas a tantos quilômetros de distância. Podemos pensar também que as culturas locais ainda que mantidas, são desenraizadas, tornando-se artefatos de “museus”, não fazendo mais parte do tecido coletivo das vidas que ali existem. São espetacularizadas, apreciadas pelos seus como algo distante, sem conexão, sem *aura*.

Segundo Harvey (2006), entre as consequências políticas, econômicas e sociais diretamente relacionadas a essa fase do sistema capitalista mundial, está a transformação das governanças urbanas que passam de "administrativas" para "empreendedoras". Governança não se refere, para o autor, a governo, pois a administração urbana é feita por inúmeros agentes sociais com forças de ação diferentes, (líderes empresariais, comerciantes, aliança de classes, industriais, empresariado imobiliário, instituições educacionais e religiosas, organizações sindicais, movimentos sociais, partidos políticos, etc.). Entre as principais consequências dessa mudança está a parceria público-privada que está em busca, principalmente, de novos e maiores investimentos. Um tipo de acordo onde o público assume o risco e o privado o benefício. Essa forma de gestão também prioriza atuações com maior ênfase no espaço físico ("novo centro cívico, parque industrial", melhoria na imagem da cidade) do que no território (moradia, educação); "é especulativa, e, portanto, sujeita a todos os obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento especulativo, ao contrário do desenvolvimento racionalmente planejado e coordenado." (HARVEY, 2006, p.173)

Por outro lado, se a globalização parece homogeneizar o mundo, homogeneidade e heterogeneidade constituem um paradoxo que ainda convive na cidade. Aliás, apesar de todos os esforços modernistas, a heterogeneidade sempre compôs a cidade não só nos seus aspectos materiais, como também na sua forma viva. Essa composição de diferenças é vista na paisagem das cidades, seja em tempos diferentes convivendo no agora, seja em contradições sociais materializadas na forma-cidade. A cidade é um "conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço" (SANTOS, 1988, p. 24).

Essa combinação de vários mundos em um único lugar se dá também na forma viva da cidade, na simultaneidade e infinidade das relações que se atravessam, nos diferentes meios de habitar, viver e enxergar a cidade. Todas essas micro realidades fazem da leitura urbana algo intrincado, porém, mais verdadeiro do que uma ideia totalizante. A cidade viva acontece, é impossível capturá-la. Se, por um lado, ela segrega, fragmenta, isola, desaponta, por outro, ela cria, coletiviza, inspira, encanta. A cidade é *porosa*, como nos lembra Benjamin (1987, p. 148),

...construção e ação se entrelaçam uma à outra em pátios, arcadas e escadas. Em todos os lugares se preservam espaços capazes de se tornar cenário de novas e inéditas constelações de eventos. Evita-se cunhar o definitivo. Nenhuma situação aparece, como é, destinada para todo o sempre; nenhuma forma declara o seu 'desta maneira e não de outra'.

A cidade é somente o concreto? Essa é uma questão que aponta para diversos caminhos. O que nos vem à cabeça quando pensamos ou imaginamos a cidade? Asfalto, trânsito, multidão, ruídos, poluição, pressa e solidão? Convivência, oportunidades, arte e fartura? Já ressaltamos aqui que a cidade é heterogênea nas suas variadas paisagens, nos seus diferentes tempos presentificados e nas possíveis sensibilidades que ela desperta, em um movimento permanente de transformação.

A cidade não para! Já dizia Baudelaire que “a forma da cidade muda mais depressa do que o coração de um infiel” ([1857]2012, p. 449), de modo que, diante das infundáveis dimensões de análise que ela nos permite, tencionamos buscar compreendê-la enquanto processo e não como forma: a forma revela, mas também oculta. A cidade é como um espaço de “relações múltiplas entre lugar, edifícios, permanências e história. Esse sentido coloca a cidade como obra aberta e que se constitui no presente” (ROSSI apud CARLOS, 2001, p. 74). Entre os diversos paradoxos que convivem na cidade está a combinação de ordem e caos expressa na paisagem e na vida citadina (CARLOS, 2001). Sabemos que ela é mantida por certa ordem, tanto na organização do tempo cronológico como nos ritmos do trabalho, do transporte,

do seu funcionamento como um todo, nos contratos concretos ou não, nas leis, nas instituições. Por outro lado, não necessita muito para percebermos que, junto com toda essa ordem, o caos também se faz presente, basta pararmos um instante para tentar apreender a cidade e perceberemos, assim, que ela vive em um movimento próprio, nunca estático.

Nossa intenção aqui, frente a todo esse levantamento de questões, é seguir o curso da investigação da cidade na sua produção de modos de viver, de sensibilidades e modos de ação, ou seja, pensar a cidade enquanto produtora de subjetivação.

4.2 – Psicologia e cidade.

Análise sobre o fenômeno urbano [deve contemplar] uma crítica à formulação do saber sobre a cidade, porque é impossível separar a produção social do espaço da cidade da produção de um pensamento sobre a cidade (CARLOS, 2007, p.19).

A ideia dessa discussão parte da questão de que a cidade foi, por muito tempo, tema de estudo de muitas áreas do conhecimento como a sociologia, a antropologia, a geografia e, em especial, a arquitetura e urbanismo que, na virada do século XX, acompanharam a ciência moderna e suas ramificações em disciplinas. O urbanismo se consolida assim, como detentor do título de especialista e de exclusividade em se pensar e planejar as cidades (GUIZZO, 2008).

Com base em uma pesquisa nas produções de psicologia, percebe-se que esta chega um pouco tarde a esse debate, como nos coloca Neto (2004) em seu artigo *Os processos de subjetivação e os novos arranjos urbanos*, no qual nos aponta uma possível explicação para esse tardar. Segundo o autor, essa demora se dá pelo mesmo motivo que o urbanismo é visto enquanto saber legítimo para se pensar a cidade, ou seja, a psicologia nascente também se amparava nesse modelo de ciência ramificada, e para ela, foram destinadas as questões de interioridade, dos estudos psíquicos, em separação dos estudos sociais. Essa questão que abrange subjetividade e cidade entra no antigo debate individual e social a respeito das binaridades da ciência moderna que também fazem parte das psicologias nascentes de então.

Com o desenrolar do século XX e suas profundas mudanças sociais e rupturas com o modelo de ciência moderna, essa separação foi sendo questionada, de modo que, algumas psicologias passaram a compreender cada vez mais as experiências subjetivas e sociais que estariam de tal modo atreladas que seria impossível pensá-las separadamente. Esse conceito de

interioridade ou de subjetividade identitária foi perdendo um tanto de espaço nessa discussão. Em contrapartida, as noções de produção de subjetividades ou subjetivações foram se tornando cada vez mais favorecidas, mas não na totalidade do que se entende por psicologia. Essa ainda é uma questão problemática e digna de muitas discussões internas.

Entendemos que o debate subjetividade e cidade necessita de uma abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar, mas quando falamos da importância dessas psicologias - que efetuaram rupturas porque as outras poderiam fazer o velho papel de sempre (descrições, definições, classificações, normatizações) - pensarem a cidade, é na ideia de que elas trariam para o debate os seus diferentes sentidos e significações. Pensar a cidade como lugar de produção e de subjetividade.

É curioso que, em nossa pesquisa bibliográfica, nos deparamos com uma dissertação da área de arquitetura e urbanismo que fez seu mestrado em psicologia justamente porque queria pensar essa arquitetura não material das cidades, ou seja, seus sentidos e suas produções subjetivas. No século XIX, segundo a autora, as questões urbanas ganham espaço na vida dos sujeitos modernos, o crescimento caótico das cidades trazem à tona questões de higiene, habitação, de mercado e circulação de pessoas e mercadorias; toda uma nova organização da vida humana se faz ali e com ela novas necessidades. No século XX o urbanismo ganha fôlego, amparado por essa motivação organizacional e na crença na ciência moderna que se fortalecia até então, a crença de que a ciência nos traria toda e qualquer solução (GUIZZO, 2008)³.

Como colocamos no início do capítulo, em meados do século XX, acompanhando todas as mudanças nos cenários político, econômico, social e também as rupturas da ciência, o urbanismo passa a negar esses modelos universais de cidade e se volta para a já existente, não mais para projetos de urbanização futura, mas considerando a importância da participação das populações nessa discussão. Guizzo (2008) ressalta a importância na produção desse saber sobre a cidade, da aliança dos arquitetos com outros campos do conhecimento:

Com essas novas considerações – que afirmam a cidade existente como aquilo que importa –, parece inevitável que o urbanismo volte a sair de um domínio específico dos arquitetos e passe a ser discutido por outros campos, como sociologia, psicologia, geografia, antropologia (GUIZZO, 2008, p. 70).

³ Sugiro a leitura da dissertação de mestrado de Iazana Guizzo, *Micropolíticas Urbanas: uma aposta na cidade expressiva*. Nesta, a autora busca justamente pensar o espaço para além de sua materialidade, como produtor de subjetividades, e faz um cuidadoso retrospecto da história da ideia de subjetividade e da história do urbanismo.

Essas rupturas na ciência e suas disciplinas que nos conduzem a novos questionamentos, não são restritas ao urbanismo e à arquitetura, mas conduzem um movimento um tanto quanto geral. A antropologia social contemporânea também desloca seu olhar sobre o urbano: “a cidade a partir dos cidadãos, deslocando do objeto para o sujeito, não o que é a cidade e sim o que faz a cidade”, a cidade pensada como um processo que se faz a cada instante “através da inserção e da experiência dos cidadãos no cotidiano da metrópole” (SARAIVA, 2012, p. 2). Na geografia também é possível testemunhar tais anseios, essa disciplina que sempre esteve mais direcionada às questões topográficas, à carta física da cidade ou mesmo aos seus aspectos mais materiais e econômicos-sociais, passa então a explorar novos lugares de análise, como na obra de Ana Fani Carlos (2001, p. 70) sobre a cidade:

Aqui nos propomos a analisar o espaço enquanto condição, meio e produto da reprodução da sociedade, o que nos leva necessariamente a discutir o papel do homem enquanto sujeito, percorrendo sua vida, valores, culturas, lutas, ansiedades e projetos, portanto o homem agindo. Logo pensar o urbano significa pensar a dimensão do humano.

Nesse caminho, Milton Santos em *A natureza do espaço* (1966) já nos falava de uma diferenciação entre tecnosfera e o que ele vem a chamar de psicosfera, ressaltando esses sentidos e significações em torno da vida na cidade pelos cidadãos:

Ao mesmo tempo em que se instala uma tecnosfera dependente da ciência e da tecnologia, cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases, uma psicosfera. A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicosfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas - tecnosfera e psicosfera - são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas (SANTOS, 2006, p. 172).

Nesse sentido que, a psicologia em diálogo com outras áreas do conhecimento, pode muito contribuir para o pensar sobre a cidade, não apenas na sua materialidade, mas pensar seus outros sentidos, significações, modos de vida e de sensibilidade, ou seja, pensar a cidade enquanto produtora de subjetivações. Com atenção em suas particularidades, suas diferentes versões, seus fragmentos e tempos.

4.3 – Subjetivação e cidade: a temporalidade da vida citadina

O mundo de hoje parece existir sob o signo da velocidade. O triunfo da técnica, a onipresença da competitividade, o deslumbramento da instantaneidade na transmissão e recepção das palavras, sons e imagens e a própria esperança de atingir outros mundos contribuem, juntos, para que a ideia de velocidade esteja presente em todos os espíritos e a sua utilização constitua uma espécie de tentação permanente... a velocidade como uma necessidade e a pressa uma virtude. Quanto aos demais não incluídos, é como se apenas fossem arrastados a participar incompletamente da produção da história (Milton Santos, 2002, p. 163).

Gostaríamos, neste tópico, de atrever-nos a fazer algumas considerações sobre a relação subjetivação e cidade. Para isso, usaremos um aspecto específico da vida na cidade moderna que é sua temporalidade própria. Essa temporalidade rompe bruscamente com a temporalidade da vida anterior a cidade. Um ponto em que muitos dos autores que usaremos aqui concordam é que a cultura atual, cada vez mais, sinaliza a supremacia das questões relativas ao tempo em relação às questões relativas ao espaço.

Quando falamos de uma experiência temporal inaugurada pela vida na cidade, necessariamente convocamos as concepções de tempo e espaço. As definições e sentidos dados a essas concepções ao longo da história são ilimitadas, mas aqui precisaremos agarrar-nos a pelo menos uma forma de sentido para que possamos tomar uma posição em relação à ela. Primeiramente, estamos falando de uma relação espaço-tempo-social, ou seja, produzido e significado a partir das práticas humanas. “Dessa perspectiva materialista, podemos afirmar que as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social” (HARVEY, 2008, p.189). Da mesma maneira que essas práticas materiais mudam geográfica e historicamente, esse tempo e espaço social também se alteram em suas produções.

A partir daí, parece-nos útil e oportuno usar desse pensamento sobre a cidade, juntamente com a noção de subjetivação, que rompeu com as binaridades de que falamos anteriormente, a noção de espaço de Milton Santos. Em alguns de seus livros o autor constrói uma noção de espaço que leva em conta o objeto e a ação justamente por esses não poderem ser compreendidos e vividos separadamente.

A definição de espaço de Milton Santos não se confunde com a ideia de lugar - localização absoluta em um mapa; bem longe disso, essa ideia associa tempo e espaço conferindo vida e construção permanente. Por isso, ele faz a diferenciação entre espaço e paisagem. Paisagem é o conjunto dos elementos naturais e artificiais que compõem o lugar, aquilo que apreendemos com a visão. Espaço é a relação dessa paisagem com a vida que está ali, a relação dos fixos com os fluxos, ela prevê o movimento, o processo, nas suas palavras “o espaço contém o movimento” (SANTOS, 1988, p. 25). “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2006, p. 66), por isso, a paisagem é transtemporal, se faz do passado e do presente; já o espaço é sempre o presente se transformando permanentemente. Assim como a noção de subjetivação, a noção de espaço é interessante porque não parte de um estado fixo, fechado e limitado, não parte de uma concepção pré-existente, de um tempo parado, não tem forma, não pode ser fotografado, não se faz de dentro para fora e vice-versa; ela é relação permanente.

Quando falamos de temporalidade própria da cidade, queremos dizer que essa está fundada em uma lógica de tempo da velocidade, não somente no ritmo das transformações pelas quais ela passa, pois “as cidades modernas não envelhecem, deterioram-se” (MATOS, 2009, p. 156). Mas também pelo próprio ritmo da vida citadina que rompe bruscamente com o ritmo de vida no campo ou da vida em outros tipos de povoamentos anteriores a forma da cidade moderna.

A cidade é mesmo parte essencial do projeto de modernidade, herdando seus arranjos. Como Berman (1986) descreve, a modernidade estreia uma nova experiência “nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, ‘tudo o que é sólido desmancha no ar’” (BERMAN, 1986, p. 15). Logicamente que há diferenças nos compassos entre uma cidade pequena e uma megalópole, no entanto, não há como negar que a vida citadina inaugura uma nova temporalidade, e essa repercutirá diretamente nos modos de viver e nas subjetivações. Nossas investigações em torno da subjetivação e vida citadina, a certo modo, guiam-se às voltas dessa particularidade.

4.4 – Subjetivação e cidade: ausência da experiência.

*Eu vou indo e você, tudo bem?
 Tudo bem eu vou indo correndo
 Pegar meu lugar no futuro, e você?
 Tudo bem, eu vou indo em busca
 De um sono tranquilo, quem sabe ...
 Quanto tempo... pois é...
 Quanto tempo...
 Me perdoe a pressa
 É a alma dos nossos negócios
 Oh! Não tem de quê
 Eu também só ando a cem (Paulinho da Viola, 1970).*

Declínio da experiência e vivência individual são duas propriedades características da vida na cidade moderna. Simmel, já em 1902, trazia-nos uma visão da vida na metrópole que ainda permanece bastante atual. Apesar de ser um sociólogo dos tempos em que a ciência ainda se preocupava com metanarrativas, Simmel atentava para os detalhes e os processos, para a microsociologia, negando uma concepção totalizante da cidade e entendendo-a como uma constante relação de criação mútua com os cidadãos. Por esse motivo, não era bem quisto pela sociologia tradicional de sua época, e talvez por isso também, sua leitura sobre a vida mental nas cidades permaneça ainda tão pertinente.

Simmel acompanhava de perto o veloz crescimento de Berlim na virada do século XIX, e em um misto de admiração e estranheza, compreendia as principais consequências desse acontecimento na organização da sociedade e da vida humana. O primeiro grande empasse que o cidadão depara-se, segundo ele, é em acomodar-se em sua individualidade e promover sua especialidade frente à convivência agora tão mais aglomerada. Sabemos que o estado ou a categoria do indivíduo não é natural, ela é um constructo social inaugurado, a certa medida, pela modernidade, e posto em prática na vida cidadina. Quanto mais tentava diferenciar-se da massa de seus iguais, o sujeito cidadão moderno, na exigência de especialização, mais dependente ficava das funções de outros. “Os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face as esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica da vida” (SIMMEL, 1973, p. 11).

A vida na cidade exigia também um investimento na intelectualidade e na racionalidade em detrimento das emoções e sentimentos, com o intuito de defender o homem das mudanças velozes exteriores vividas como descontinuidades, e da interação com tantas pessoas desconhecidas. “A intelectualidade, assim, se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana” (SIMMEL, 1973, p. 13). A racionalidade, herdada também das ciências naturais, era a maneira de organizar a vida prática nas cidades; a agregação de

tantas diferenças pessoais e distâncias em um mesmo organismo complexo e a economia do dinheiro exigiam esquemas fixos no tempo (pontualidade, relógios, calendários), nas medidas, nos acordos, entre outros. Muito diferente do que acontecia no ambiente campestre, nas grandes cidades as relações eram objetivas, impessoais, mensuráveis, racionais. Um arranjo que nos remete à clássica distopia de Godard de 1965: Alphaville.

Outro explorador das particularidades da vida citadina, um autor moderno, como nos fala Berman (1986), e que assim como Simmel, em um tom ensaístico também nega a ideia total de cidade apostando na leitura de seus fragmentos, é Walter Benjamin. Em *Experiência e Pobreza* de 1933 (1987a) e em *O Narrador* de 1936 (1987b), Benjamin, um importante filósofo crítico da modernidade, anuncia o declínio da experiência na sociedade moderna. Ele escrevia em meio a uma Alemanha devastada pela Grande Guerra e pela Grande Depressão que se seguira, e acuada com a Segunda Guerra que já sinalizava. “Os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha”, Benjamin escreve ressaltando a incompatibilidade do “frágil e minúsculo corpo humano” junto ao caos da guerra com seu avanço técnico (1987a, p.115). Assim, o homem moderno e desiludido se põe a rejeitar a figura do homem tradicional, e termina aquilo que a Renascença, de certo modo, já havia começado, afinal, de que serve o patrimônio cultural se esse já não se liga a nós por meio da experiência? questiona Benjamin. O homem moderno dirige-se “ao contemporâneo nu, deitado como um recém-nascido nas fraldas sujas da nossa época” (1987a, p.116). Apesar dessa negação do velho impelir ao novo, Benjamin (1987) conclui que ficamos pobres, abandonamos um a um em nossos patrimônios culturais, devoramos homens e culturas, e agora nos encontramos exaustos e em estado de miséria.

A transmissão da experiência aos mais jovens por meio de provérbios, histórias e narrativas, encarnada pelas figuras dos marinheiros viajantes e agricultores enraizados da Antiguidade, ou pelos artífices da Idade Média, torna-se impraticável na vida citadina moderna, na sua particular organização espaço-temporal. Isso porque, a experiência necessita de uma duração no tempo, de um relaxamento ocioso, passada entre pessoas que têm vínculo entre si, em que tal narrativa fará parte da memória de quem a recebe, e fornecerá, ao mesmo tempo, um saber existencial e prático que lhe guie. “Um conselho, fiado no tecido a existência vivida, é sabedoria” (BENJAMIN, 1987b, p. 65).

O ritmo de vida nas cidades, principalmente no trabalho, não admite essa temporalidade própria da experiência, não permite o narrar, tampouco o ouvir, tudo hoje é desligado e paira sem sentido na descontinuidade das linhas de nossas vidas, simples e soltas vivências, “pois passou o tempo em que o tempo não importava” (BENJAMIN, 1987b, p. 70). É nas cidades

que surgirá, segundo Benjamin (1987b), a principal forma de comunicação da dominação burguesa: a informação que, de vida curta, só tem valor enquanto nova, dispensa interpretações, ou seja, possui funções bem diversas das perenes e maleáveis narrativas, “forma artesanal de comunicação” (p. 69).

Agamben, que é também tradutor de Benjamin na Itália, vai mais longe, e considera que o homem contemporâneo não é pobre em experiências, ele simplesmente foi expropriado delas, incapaz que é de produzir e transmiti-las, humanidade que substituiu o provérbio pelo slogan publicitário, “[...] nós hoje sabemos que, para a destruição da experiência, uma catástrofe não é de modo algum necessária, e que a pacífica existência cotidiana em uma grande cidade é, para esse fim, perfeitamente suficiente” (2005, p. 21).

A filósofa brasileira Olgária Matos, também estudiosa de Benjamin, percorre um caminho semelhante nas suas leituras da contemporaneidade e da vida nas cidades, mas adiciona a elas alguns elementos essenciais. Essa organização institucional do tempo que se inicia na Modernidade e, de certo modo, se intensifica na passagem da sociedade de produção-acumulação para a sociedade de mercado-consumo, é a forma mais alta de dominação e alienação burguesa, já que destitui o “espaço da experiência” – “o homem é expropriado do uso e dos sentidos de seu tempo” (MATOS, 2010, p. 149). Perdem-se as rédeas de como conduzir o seu próprio tempo, assim, o homem é mais agido do que agente.

Para Matos (2009), uma vida onde todas as dimensões são reduzidas a valor econômico e a essa aceleração do tempo que caracteriza a vida contemporânea nas grandes cidades, elimina a possibilidade de vínculos mais duráveis e profundos, essenciais para a experiência, sendo esta sempre compartilhada. A vida contemporânea segue a lógica de um tempo “fatalizado pela ordem das urgências” (MATOS, 2009, p.93), e por isso, se funda a partir do paradoxo: excesso e frustração. Um excesso que exauri, exaustão, não cansaço, já que esse poderia ser mais criativo. Exaustão como “hiperatividade vazia e também destrutiva”, uma atividade que se torna outro modo de passividade resultando em obesidades, violência, guerras, bulimia e formas de excesso, conforme sublinha a autora (MATOS, 2009, p.103). Esse diagnóstico acerca do contemporâneo pode evocar também à sociedade depressiva, descrita por Roudinesco (2000), e a sociedade humorística, de Lipovetsky (2005), já que ambas, apesar de aparentemente antagônicas, articulam esse excesso produtor de vazio, essa sociedade apressada, porém, inapetente. Discutiremos isso mais a frente.

Essa perda simbólica, a nível particular, se estende ao todo social também empobrecido de significações, já que essa temporalidade organizada institucionalmente impede “a construção de uma subjetividade democrática, pois esta é a experiência de uma história e de uma identidade

comuns, na medida em que esta identidade designa um espaço de objetivos e significações partilhadas” (MATOS, 2009, p. 92). Identidade aqui não aparece enquanto uma essência fixa no tempo, mas como uma narrativa compartilhada. A experiência transmitida não pode ser entendida como perpetuação da tradição e nem do poder, pois está relacionada com algo de um fio que nos conecta com algo de nossa história e que nos fornece orientações para vivermos a vida prática, sobre caminhos e formas de segui-los, nos fornece referenciais.

Simmel (1973) já alertava sobre as consequências de um tempo produtor de excessos quando a cidade ainda não estava tão imersa nessa lógica temporal pouco mais perversa que a atual. Ele vem dizer que a intensificação dos estímulos nervosos inaugurada pela vida nas cidades viria a produzir algo mais além da racionalidade e da reserva do sujeito citadino: o *blasé*. Esse fenômeno psíquico descrito resulta desse estado de intenso excitação devido aos estímulos que não cessam e sobrecarregam a pessoa na medida em que ela não tem mais meios de recuperar sua força de reação, deixando-a em um estado de embotamento, sentindo-se incapaz de expressar suas emoções.

Outra fonte desse fenômeno é a economia do dinheiro, tornando este o nivelador de todas as coisas onde valores e significados são agora quantificáveis. Para o *blasé* tudo parece “num tom uniforme e fosco” (p. 16). Essa desvalorização do mundo objetivo se alastra para as personalidades que percebem-se com similar inutilidade. Apesar de ressaltar também a liberdade da vida nas cidades e as produções de individualidades (nas personalidades, nos artistas), Simmel (1973) a caracteriza como local da solidão.

Essa espécie de “mal do homem citadino”, representado pela figura do *blasé* de Simmel (1973), nos remete a essas subjetividades exaustas de que fala Matos (2009). Retomando-a então, esta considera que a monotonia, ou tédio crônico (para ela, tédio mantém uma dimensão de futuro e é aristocrático, enquanto monotonia é das massas), é a consequência dessa desapropriação que sofremos do uso e dos sentidos do nosso próprio tempo e se figura hoje não como fenômeno individual, mas como um fenômeno da história social e cultural. “Experiência alucinatória de um tempo plasmado no presente raso e sem história” (MATOS, 2010, p.150).

Na monotonia sentimos um tempo esvaziado em suas significações, sentimos como se o passado tivesse passado rápido demais e o presente estivesse durando uma eternidade, como se vivêssemos todos em uma espécie de errância sobre a Terra, girando em círculos como o *Homem das multidões* de Poe (1993), uma consequência direta da ausência de experiência. Como desenvolvimento desse “tempo patológico”, ou desse “presente perpétuo”, resulta o desejo de “matar o tempo”. “Na monotonia o tempo não passa pois está alienado na perda de sentido das ações” (MATOS, 2009, p.103). Como, tão belamente, coloca Baudelaire (2012) ao

dizer do *spleen* – ou tédio baudelairiano: “Nada iguala o arrastar-se dos trôpegos dias, quando, sob o rigor das brancas invernias, o tédio, taciturno exílio da vontade, assume as proporções da própria eternidade” (BAUDELAIRE, 2012, p. 391).

Essa noção ou conceito de experiência teve origem em Benjamin e continuou a ser explorado pelos autores Olgária Matos e Giorgio Agamben. Experiência, como colocamos há pouco, se diferencia da vivência, enquanto uma simples resposta aos estímulos. Experiência, no sentido que abordamos aqui, remete à ordem da memória e da transmissão. Por isso, não exploramos a dimensão de ser uma experiência outra ou uma experiência despotencializada pela vida cidadina. Essa discussão seria pertinente se estivéssemos a tratar da experiência como um conceito mais generalizado. Por esse motivo, preferimos trazer a ideia da ausência da experiência na vida cidadina pela leitura dos autores citados.

Resgatar o espaço da experiência, além de ser o resgate do político à medida que esse exige uma temporalidade de duração própria que não condiz com a velocidade contemporânea, é também uma retomada da significação e dos sentidos da vida. A impossibilidade da experiência faz com que nossas incertezas existenciais – que nos fariam transformar e seguir com mais recursos os caminhos sinuosos da vida – sejam vividas disfarçadas de insegurança, de medo e caímos em remorsos e penitências por não pertencermos ao “coro dos contentes”.

4.5 – Subjetivação e cidade: uma nova comunicação

O tema desse tópico tem sido bastante discutido atualmente. Nosso objetivo com ele, é trazer questões relacionadas às formas comunicacionais predominantes na cidade contemporânea por acreditarmos que essas se relacionam intimamente com as produções subjetivas cidadinas. A comunicação cidadina hoje, assentada principalmente nas novas tecnologias da comunicação e da informação, se baseiam, também em uma temporalidade inédita, ainda mais veloz, com diferentes consequências nas nossas formas de viver e se relacionar: a simultaneidade entra em jogo!

Paul Virilio, filósofo e urbanista francês, que tem discutido bastante o efeito dessas novas tecnologias nas relações interpessoais e nas relações das pessoas com a cidade, cunha o termo *dromologia* em seu livro *Velocidade e Política* de 1977, como um novo suporte de análise da sociedade capitalista moderna. *Dromos* é um prefixo grego que significa corrida, assim, *dromologia* seria, grosso modo, o estudo da velocidade – agora enquanto um equivalente-riqueza (Virilio, 1996).

A velocidade seria, então, a principal lógica regente de nossa sociedade atual, por isso ganha essa importância política. A partir daí, Virilio nos traz diferentes compreensões que parecem bastante significativas por nos encorajar reflexões, de como essa velocidade se expressa ou se materializa no funcionamento da sociedade tecnológica pós-industrial. Em uma primeira fase, ele apresenta a velocidade materializada nos meios de transporte que tem como princípio básico encurtar distâncias. Segundo Virilio (1997), o que importa a partir daí é chegar ao ponto desejado. Todo percurso é resumido em partida e chegada, limitando também todos os acontecimentos que se dariam nesse trajeto. A corrida é devoradora do percurso, é o fim das experiências da viagem, fim do processo, da memória. O autor faz um paralelo com o metropolitano excluindo o passeio pela superfície da cidade, o contato com suas marcas e a extinção de suas narrativas. Ele alerta para os prejuízos de uma temporalidade ainda mais veloz presentificada nos meios de comunicação atuais.

Esse novo tempo tecnológico dos meios de comunicação é o máximo de velocidade a que se podia chegar, segundo Virilio (1997), porque é a velocidade que tende a zero, é a velocidade da luz: a temporalidade instantânea, significando de vez o colapso do espaço. “A velocidade tende a zero, para a menor duração das coisas, sejam elas objetos, memórias, territórios ou as suas relações” (DIAS, 2005, p. 235). Essa net-cidade enquanto espaço virtual da comunicação exclui a presença do corpo vivo em prejuízo das trocas intersubjetivas, pelo instantâneo do sujeito virtual; as *medias* inundam e sufocam o espaço público, a cidade real se perde, assim como o corpo social.

Todo el problema de la realidad virtual es, esencialmente, negar el *bic el nunc*, negar el "aquí" en beneficio del "ahora". [...] (la realidad virtual) entraña una considerable amenaza de pérdida del otro, el ocaso de la presencia física en beneficio de una presencia inmaterial y fantasmagórica (VIRILIO, 1997, p. 46).

Outra interpretação da cidade atual que, de certa maneira, se liga a essas compreensões de Virilio, é a de Marc Augé na sua concepção de *não lugar*. Apesar dela não pressupor a virtualidade, também é pautada no paradoxo: constante interação e perdas nas interações subjetivas. Esses *não lugares* que recheiam as cidades modernas, seriam espaços funcionais organizados racionalmente que objetivam facilitar a circulação, o consumo e a comunicação em um mundo com essas dimensões; o tempo no *não lugar* é a atualidade, a urgência do momento, o que importa é chegar ao objetivo a que se pretende (embarcar, comprar alguma coisa, sacar dinheiro); as interações são rápidas, artificiais e, geralmente, sem o outro físico, e

quando presente, esse outro físico responde em um automatismo indiferente. Os não lugares são altamente codificados e abarrotados de informações que nos direcionam como uma máquina gigante em funcionamento (AUGÉ, 2012).

Em diálogo com as análises de Simmel (1973), os não lugares ainda funcionam sob a mesma lógica organizativa da cidade moderna, mas contando aí com alguns requisitos tecnológicos bem mais desenvolvidos. A função desses não lugares é a de promover uma maior racionalização da organização em um encurtamento do tempo gasto, mantendo nossas vidas, como já dizia Simmel (1973), impessoais, objetivas, calculistas e agora bem mais automatizadas. A questão é: não podemos “perder tempo”; mas que tempo é esse que perdemos? Se nos detivermos nas exposições de Olgária Matos talvez concluamos que esse tempo que correríamos o risco de perder não está mais sob nosso domínio, não é o nosso tempo que perdemos, e sim tempo produtivista.

A premissa de Augé (2012) é a de que a supermodernidade, assim como as cidades supermodernas, é definida pelas grandes superfícies, pelas máquinas automáticas e ocupações provisórias, como são os espaços das rodovias, aviões, ônibus, aeroportos, parques, centros de consumo. Nesses espaços as pessoas parecem estar em constante movimento como se tudo parecesse passar fora do lugar, não em um espaço de relação, mas de solidão e similitude.

A hipótese aqui defendida é a de que a supermodernidade é produtora de não lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a 'lugares de memória', ocupam aí um lugar circunscrito e específico (AUGÉ, 2012, p. 73).

A diferença desses lugares antropológicos, cada vez mais escassos, é que neles predomina a experiência; as relações são mais constantes, as interações com o lugar mais recheadas de significados, são mais simbólicos do que codificados; “assim como os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não lugares criam tensão solitária” (AUGÉ, 2012, p. 87). Segundo Augé, poderíamos até relacionar o não lugar ao lugar não simbolizado, enquanto o lugar antropológico estaria relacionado ao lugar simbolizado, mas isso seria defini-lo como puramente negativo e que segundo ele, não existe o não lugar em sua forma pura; ou seja, há relações que atravessam os não lugares como, por exemplo, as relações das pessoas que neles trabalham. Se pensarmos em uma rodoviária, o grande fluxo de pessoas indo e vindo é o que caracteriza seu movimento diário, aquela massa de gente passando por ali. Mas há as pessoas do cotidiano daquele lugar, os funcionários das lanchonetes e dos guichês e

trabalhadores da limpeza, trocando relatos entre si, acostumados com um espaço ou outro, onde encontram-se nas horas de descanso, onde comem suas marmitas, fumam um cigarro e conversam. Existem também aqueles personagens citadinos que não trabalham no local, mas na sua errância cotidiana lá acomodam-se por algumas horas do dia e se tornam conhecidos. Todo esse movimento diários dessas pessoas pertencem àquele lugar. Visto por esse ângulo, podemos considerar que um não lugar pode ser atravessado pelo lugar antropológico o que também faz da cidade um grande borbulhar de vida!

A cidade do não lugar de Augé (2012) é aquela recheada de vazio, de interações fugazes e automáticas; uma cidade ainda material, não como a net cidade de Virilio; as relações se dão em uma realidade concreta em que há cada vez mais um afastamento de si e onde as pessoas se posicionam como expectadoras de um espetáculo. As interações são com textos, com mensagens em suportes nos dizendo como agir, para onde ir, o que fazer (“pegue a fila da direita”, “proibido...”, “obrigado por usar nossos serviços”); dispositivo que “tece a trama dos hábitos, educa o olhar, informa a paisagem [...] fabricam o homem médio” (AUGÉ, 2012, p. 99).

O diálogo, a interlocução entre falantes, a polissemia, a produção simbólica e a criação praticamente desaparecem nos *não lugares*, substituídos por sinais indicativos de localizações e direções a serem seguidas. Semelhante ao trânsito nas rodovias, a vida em trânsito nas cidades – nos não lugares – também é comandada por um conjunto de sinais que dirige as movimentações e ações dos citadinos, de forma automatizada. É possível se deslocar de um lugar para outro na cidade e realizar operações em muitos locais sem ter que travar qualquer diálogo com alguém, basta seguir as indicações de um GPS ou de placas, letreiros, mensagens e imagens icônicas várias. Por exemplo, é possível realizar compras em supermercados sem trocar qualquer palavra com alguém, da mesma forma que se pode realizar operações bancárias num caixa automático, nesse caso, sendo possível, ainda, dar um sorriso sugerido pelo aviso da existência de uma câmera naquele local.

Virilio (1997) em sua ideia de net-cidade alerta para a desertificação da cidade real. Castells (1999), apesar de descrever a cidade em seus *espaços de fluxos*, em que o espaço e o tempo social foram transformados pela tecnologia da informação e onde poderíamos até mesmo ver semelhanças com a net cidade e com os *não lugares*, não avista o fim ou o apocalipse da cidade. Ele leva em conta o esvaziamento do centro urbano em suas funções e relações e salienta uma nova forma de constituição: a cidade informacional. Virilio (1997), por outro lado, afirma que vivemos uma contaminação dromosférica, uma poluição da velocidade que provoca a sensação de enclausuramento em um espaço que foi comprimido pelo tempo. Para ele, a net

cidade é o colapso da cidade pela perda subjetiva, já que sujeitos virtuais tornam-se terminais e entre eles não há encontro, somente ligação. Há também uma perda na dimensão política com a extinção desse corpo social vivo, uma vez que a democracia exige uma reflexão em comum, uma demora que se perde na instantaneidade da comunicação. A instantaneidade extingue a reflexão e torna-se refém da adesão.

Precisaríamos pensar mais, é verdade, mas vivemos no vazio do pensamento, ao qual podemos acrescentar o vazio da ação e o vazio do sentimento. Atualmente, como em todas as épocas em que o autoritarismo é a prática de extermínio da política, os cidadãos são chamados diariamente ao treinamento do ódio. Sabemos que nenhum afeto é totalmente espontâneo, que nenhum sentimento é natural. O treino para o amor ou para o ódio se dá pela repetição dos discursos. É preciso repetir e aderir, copiar, imitar. Falar por falar. Repetir o que se diz na televisão e nos meios de comunicação. Ficar muito tempo ouvindo a mesma coisa para dizê-la de qualquer jeito. Ou dizer sem sequer saber o que se diz. No gesto do mero “compartilhar” sem ler que se tornou fácil (tanto quanto o “comprar com um clique” pela internet) sabemos que estamos na mera reproduzibilidade da informação que nada quer dizer. Fugimos do pensamento analítico. Fugimos do discernimento que ele exige (TIBURI, 2015, p. 2).

Virilio (1997) vai mais longe, aponta um cenário futuro onde, para além de simulacros tecnológicos substituindo nossas significações e simbolizações, passaremos a substituir – a partir dos avanços tecnológicos nas áreas da biotecnologia e nanotecnologia com suas próteses sensoriais – também nossas funções perceptivas. A materialidade do corpo será, cada vez mais, deixada de lado por uma interface que vivenciará sensivelmente o mundo sem a experiência presencial tradicional. Essas são questões que desafiam nossas reflexões fenomenológicas e éticas. Há quem diga que Virilio seja um tanto quanto dramático na tragicidade de sua análise mas ele se defende dizendo:

Me gustaría subrayar el hecho de que la palabra "dramaturgia" se opone para mí a la palabra "taumaturgia". El taumaturgo es aquel que ha hecho milagros o que pretende hacerlos. Hoy en día, todos los taumaturgos se maravillan ante cualquier objeto técnico, ya sea el Bóp, Internet o un-microordenador de reconocimiento de voz. Los reyes taumaturgos son numerosos y nadie los denuncia. Frente a los taumaturgos sólo existe el dramaturgo, aquel que no está contra los hechos aunque desea mostrar su drama, desea mostrar que algo se pierde (VIRILIO, 1999, p. 55).

4.6 – Concreto, aço, vidro: inconsciente e poesia!

*Não trabalhei em Domingo,
ainda que nunca fui Deus.
Nem de Segunda a Sábado
porque sou criatura preguiçosa,
contentei-me com olhar as ruas
onde trabalham chorando
pedreiros, magistrados, homens
com ferramentas ou com ministérios.*

*Fechei todos meus olhos de uma vez
para não cumprir com meus deveres,
essa é a coisa
sussurrava-me a mim mesmo
com todas minhas gargantas,
e com todas minhas mãos
acariciei sonhando
as pernas femininas que passavam voando.*

*Depois bebi vinho tinto do Chile
durante vinte dias e dez noites.
Bebi esse vinho cor de amarantho
que nos palpita e que desaparece
em tua garganta como um peixe fluvial.*

*Devo agregar a este testemunho
que mais tarde dormi, dormi, dormi,
sem renegar de minha má conduta
e sem remordimentos,
dormi tão bem como se chovesse
interminavelmente
sobre todas as ilhas
deste mundo
furando com água celeste
a caixa dos sonhos. (Preguiça de Pablo Neruda, publicado
postumamente em 1973)*

Exagero ou não, podemos refletir sobre análise desses teóricos que o horizonte citadino, existindo sob a lógica de uma temporalidade veloz e comprimida, interfere nas suas experiências, nas suas produções subjetivas.

A simultaneidade (como lógica espaço-tempo atual) é diferente do *tempo presente*, do *aqui e agora* que já requer uma presença. Esse é um tempo real localizado em um espaço real no qual parece existir um estado de alguma coisa. Simultaneidade parece ser ainda mais distante de *tempo oportuno* – *kairós*; nesse, não existe passado, presente e futuro num tempo linear, está entre o “ainda não” e o “nunca mais” indicando aí existência de um tempo único – oportuno – como uma chance que não se deve perder. *Kairós* é o tempo da consciência pura; por mais efêmero que aparente, parece trazer consigo a ideia de presença, talvez uma presença

maior por ser presença-consciência (MATOS, 1995). Poderíamos afirmar que a simultaneidade não é local, mas somente temporal. E questionar: a comunicação instantânea é instantânea no seu encontro? A pessoa que recebe, recebe ao mesmo tempo que a pessoa emitiu? Pode ser que não, dada as intermitências do tempo na lógica da net-cidade. Assim, não há encontro. Essa simultaneidade parece pairar em algum espaço-tempo vazio. Vazio ainda de encontro, de presença, de corpo vivo, de troca e produção subjetiva.

Assim como o percurso da viagem se resumindo a sair de um lugar e chegar a outro, ou melhor dizendo, a extinção desse percurso comprimindo o tempo e o espaço de modo a não permitir uma duração dos acontecimentos, das lembranças vividas em espaços singulares, o definhar do passeio pela superfície da cidade também é correlato dessas consequências. Comprime-se a memória e sua riqueza de significações e referências fazendo encolher as produções subjetivas possíveis. O movimentar-se na cidade exigindo-se prático e racional empobrece a vida subjetiva.

Na tentativa de sair um pouco desse cenário fatalista, podemos lançar uma proposta micropolítica - no sentido mais simples do termo - enquanto estratégia pessoal e prática de rever condicionamentos e operar resistência diante disso. Podemos pensar em retomar o espaço da cidade, assim como Certeau (1998) nos coloca na invenção do cotidiano, *retomar o espaço de si*, encontrar caminhos possíveis de traçar que fujam do código espacial prescrito, na invenção de outras espacialidades.

Como nos inspiram Chnaiderman e Hallack, autoras do ensaio *Estranhas Urbanidades* (1995) que relata a tentativa de uma outra forma de experienciar a cidade, o vaguear como a “busca permanente da cidade subjetiva”.

A rua povoou-se de estranhos personagens. Ganhamos outros olhos. No momento iniciático, um homem com um bastão, à minha frente. Criou-se um novo canal de televisão no planeta Terra. Medo. Entrar na padaria sem ser para tomar café, ir até a banca de jornal sem ser para comprar nada, falar com o fruteiro da esquina sem precisar de fruta. Na calçada, estranha geografia. Pessoas atravessam a rua, desviando-se. O que antes parecia imóvel, baila. A cidade não é mais só cimento. Existem casas invisíveis, castelos com torres lindas, a paisagem é absolutamente outra. O medo só pode ser vencido na intensidade do encontro. Os medos se gestam na intensidade do encontro (CHNAIDERMAN; HALLACK, 1995, p. 39)

O medo parece ser um afeto abundantemente espalhado pelas ruas das cidades. Os mitos dos perigos que a cidade representa são diariamente e massivamente propagados pelos discursos midiáticos de segurança pública. Muito mais do que impossibilitar essa experiência subjetiva

da cidade, esses discursos funcionam como ferramentas de exclusão e opressão. Por isso se torna tão difícil falar sobre o assunto.

A convivência nos espaços públicos, as cadeiras na calçada, as crianças jogando na rua, as conversas de portão foram ameaçadas pela desconfiança que se tem de tudo e todos. Esse clima de insegurança vai impossibilitando a convivência com a alteridade e as experiências de coletividade. Os círculos se fecham entre seus comuns. Instaura-se uma paranoia generalizada e a *agorafobia* surge como mais uma forma de sofrimento compartilhado. É da riqueza conquistada ao transgredir tal obstáculo que trata esse relato. Práticas de espaços que fogem das armadilhas e dos muros decretados como crença e que operam como resistência e transformação.

Essas práticas dos espaços sobrepujam o conceito de cidade. Esse, procura capturar o plural e o movimento, ele é organização racional, extingue “poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam” (CERTAU, 1998, p. 173). O conceito lida então, com um não-tempo ou com um sistema estático. Dota a cidade de um nome próprio, como um sujeito universal. Visa o progresso (tempo) em detrimento do espaço em um procedimento de gestão e eliminação. Por isso a catástrofe e a crise desse modelo de pensar e gerir a cidade. No entanto, a crise desse modelo hierárquico (ou panóptico) de gestão da cidade, causada pelos resíduos que esse mesmo sistema cria e que lhes escapa, não significa que não haja mecanismos de poder, ou melhor, de controle. A exemplo da teorização de Foucault, há uma organização disciplinar, dos “detalhes”, uma maquinaria menor e, por vezes, mais eficiente. Apesar disso, Certau (1998, p. 174) vai rastrear os “procedimentos – multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos – que escapam à disciplina”.

Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operações” (“maneiras de fazer”), a “uma outra espacialidade” (uma experiência “antropológica”, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade *opaca e cega* da cidade habitada. Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível (CERTAU, 1998, p.172).

O caminhante na cidade! O caminhar pela superfície da cidade pode ser uma maneira de “apropriação presente do espaço” (CERTAU, 1998, p. 178). O espaço pode ser organizado por possibilidades e impossibilidades, onde é permitido transitar, onde é proibido, seja por uma regra ou por uma impedição material (um muro, por exemplo). Mas o caminhante tem mais recursos para improvisar no espaço. Certeau (1998, p. 178) recuperou o exemplo de Charles Chaplin que ao brincar “faz outras coisas com a mesma coisa e ultrapassa os limites que as

determinações do objeto fixavam para seu uso. [...] Volta certos lugares à inércia ou ao desaparecimento e, com outros, compõe ‘torneios’ espaciais ‘raros’, ‘acidentais’ ou ilegítimos”.

O caminhar traça o tecido urbano em diferentes intensidades, a depender do percurso ou do caminante, ou de algo mais. “A caminhada afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita, etc...” (CERTAU, 1998, p.179).

A gesta ambulatória joga com as organizações espaciais, por mais panópticas que seja: ela não lhes é nem estranha (não se passa alhures) nem conforme (não recebe delas a sua identidade). Aí ela cria algo sombrio e equívoco. Ela aí insinua a multidão de suas referências e citações (modelos sociais, usos culturais, coeficientes pessoais). Aí ela mesma é o efeito de encontros de ocasiões sucessivas que não cessam de alterá-la e de usá-la como o brasão de outra, ou seja, o que carrega aquilo que surpreende, atravessa ou seduz seus percursos (CERTAU, 1998, p.180).

O flunar, apesar de parecer em um primeiro momento uma vivência solitária ou desconectada, também pode ser visto como estratégia de experimentar a cidade em uma temporalidade própria. Benjamin já dizia que se perder na cidade é uma arte! O *flaneur* que se aventura solto e desocupado pela cidade, sem direção, caçando atalhos, criando mistérios, subverte o lugar - ou o não lugar - em narração viva, transforma a escassez de significações em abundância de sentidos, povoa novamente a cidade morta, recheando-a de histórias e personagens.

5. DEPRESSÃO

5.1 – Da melancolia à depressão.

O quadro *Melancolia* pintado em 1894 por Edvard Munch, reflete bem a imagem que se tem da melancolia: o sujeito com o olhar distante, a cabeça baixa, indiferente ao horizonte borrado, tão submerso em seus pensamentos e sofrimento. Munch foi um artista conhecido pela sua tristeza profunda e pelo gosto de expressar estados da alma em suas pinturas. Sua vida foi marcada por grandes perdas, sendo elas próximas umas das outras: sua mãe, sua irmã, seu precioso amigo, seu pai e seu irmão.

A melancolia, enquanto *dor de existir*, origem da genialidade e da loucura, essência dos excêntricos pertencente àqueles que não se encaixam nos padrões e nas normas e aos espíritos virtuosos que nela têm a fonte de sua criação artística, o impulso que os leva a recheiar de sentido tudo aquilo que os bem adaptados mal conseguem enxergar. Essa ideia de melancolia associada à elevação espiritual datada de muitos séculos. Os artistas, os poetas, os filósofos e os espiritualistas eram vistos como melancólicos em sua natureza, como se a existência de cada um deles estivesse mais próxima de uma verdade maior e, por isso, pudessem dizer das dores, dos sofreres, dos sentimentos, de modo a captar as entranhas da criatura humana.

“Poetas! Amanhã ao meu cadáver. Minha tripa cortai mais sonora! Façam dela uma corda e cantem nela. Os amores da vida esperançosa!” (AZEVEDO, [1983], 1996, p.96). Trecho do poema *O poeta moribundo*, de Alvares de Azevedo, uns dos principais nomes do ultrarromantismo no Brasil, movimento que exaltava os sentimentos arrebatadores, o amor impossível, a boemia, a dor e a morte; vítimas do *mal do século*, como era chamada a melancolia, o tédio, o vazio deixado pelo fracasso racionalista do iluminismo

Vemos aí a melancolia associada à criação. Em que momento a dor de existir se transformou em doença? (PERES, 2010)

Melancolia é um termo que tem origem na Grécia Antiga e se referia à tristeza, mas associada, como já foi dito, à ideia de introspecção, loucura, genialidade e elevação espiritual. No entanto, comumente, o termo é atribuído a Hipócrates. Ele atribuía à melancolia o estado de atuação de uma substância, a “bílis negra”, de onde também deriva seu nome (do grego: *melas* negro e *cholé* bílis). Ele descrevia o humor humano com base na atuação de quatro substâncias diferentes, esta então, seria a responsável pelo humor triste. Mas antes dele, alguns autores diziam que Aristóteles já usava do termo melancólico para se referir àquele dotado de

genialidade e loucura, como era a própria natureza do filósofo: um estado natural, um humor próprio que o faz mais profundo, sábio e criativo, ou uma disfunção interna, um humor patogênico que o desvia da normalidade (PERES, 2010; TEIXEIRA, 2012).

Pinel, no século XVIII, foi o primeiro a empreender uma tentativa de definir a melancolia em termos médicos a partir de uma aceção psiquiátrica, estabelecendo uma nosografia a partir de alguns sintomas específicos que comporiam seu quadro. No século seguinte, a psiquiatria fecha o debate com Kraepelin, que a delimita enquanto uma psicose maníaco-depressiva, descrevendo um quadro clínico completo. Deste momento em diante passou-se a associar o termo depressão à melancolia. A nomenclatura da depressão entra em cena a partir daí (MONTEIRO; LAGE, 2007; PERES, 2010).

Questões como unidade ou heterogeneidade do fenômeno depressivo, fundamentos psíquicos e/ou neuroquímicos, neurose ou psicose, estrutura unitária particular ou afeto básico, definições etiológicas e distinções dos quadros, definições dos termos, epidemia atual, doença da alma ou da natureza humana etc., são temas que envolvem os pesquisadores da área da saúde em problemas com os quais a humanidade se debate há muitos séculos. O debate em torno dos estados depressivos acompanha a humanidade pelo menos há dois mil e quinhentos anos, como se pode observar nas obras dos filósofos, escritores trágicos e médicos da Grécia antiga. Desde essa época longínqua se debate sobre as suas causas e definições, e os termos *melancolia* e *depressão*, usualmente os mais associados ao campo dos estados depressivos, são portadores de problemas para os quais até hoje se permanece sem respostas e consenso (TEIXEIRA, 2012, p. 11).

Desde o fim do século XIX ao começo do XXI, os debates acerca da depressão vão se colocando com mais intensidade, principalmente em torno de dois grandes paradigmas: a psicanálise e a psiquiatria biológica. A partir de dois principais pensadores de origem: Sigmund Freud e Pierre Janet, respectivamente (PERES, 2010).

A primeira, muito embora colocando ênfase na idéia de *conflito*, não deixa de apontar para o seu caráter estruturante, e a segunda, para uma noção de insuficiência, uma deficiência inata. Freud abre o caminho da intervenção psicanalítica e psicoterapêutica e Janet fortalece a visão psiquiátrica do *déficit* orgânico e biológico. O esforço diagnóstico e terapêutico acaba por estabelecer dois grandes grupos, um liderado pelos psicanalistas e psiquiatras de orientação psicanalítica, como são denominados, e outro agrupando os psiquiatras que, seguindo uma tradição kraepeliana, procuram enfatizar menos as causas etiológicas e mais a sintomatologia, através de modelos padronizados, descrições de síndromes e enumeração de sintomas (PERES, 2010, p. 27).

Discutiremos mais sobre os dois paradigmas no próximo tópico. Neste momento, a questão que se coloca é que a partir daí o termo depressão passa a ser utilizado amplamente e com variada significação. Seja um estado afetivo comum, uma tristeza profunda que nos arrebate quando passamos por um acontecimento doloroso, uma frustração no trabalho ou na vida amorosa, como quando perdemos alguém a quem tínhamos muita estima; seja um sintoma compondo diferentes quadros clínicos, como esquizofrenia, alcoolismo, neurose; seja a definição de uma síndrome, uma patologia associada a sintomas específicos que definem um quadro clínico; ou mesmo uma doença, podendo daí derivar diversas definições a depender da corrente científica que lhe toma como objeto (TEIXEIRA, 2012).⁴

Da loucura genial dos filósofos antigos, da ação da bilis negra, da influência astral de Saturno, da acedia cristã, da criação à inibição, a melancolia sempre foi um tema essencial na curiosidade investigativa do homem, seja pelo seu estranhamento ou seu encantamento. Esse debate e curiosidade parecem ter sido transportados à depressão. Até os dias de hoje o termo ainda permanece refém da impossibilidade de um discurso unívoco. Apesar da pretensa unicidade científica da psiquiatria biológica nas suas incansáveis empreitadas em confeccionar manuais com seus critérios de classificação.

5.2 – Dois grandes paradigmas

Como vimos, a depressão é exemplar quando se trata de problemas e questões envolvidas com diagnóstico, dada a multiplicidade de abordagens no seu entendimento e propostas terapêuticas como imprecisões no interior destas (ASKOFARÉ; ALBERTI, 2011).

No entanto, existem dois grandes paradigmas que se dedicam intensivamente ao trato das questões que envolvem o tema da depressão e que abrangem grande parte dos estudos sobre ela, temos aí um dos principais desacordos que rodeiam esse debate. Falamos da psicanálise e da psiquiatria. Grosso modo, a primeira pressupõe uma argumentação diagnóstica em torno do conflito psíquico, enquanto a segunda tende a explicá-la a partir de funcionamentos

4. Sugerimos a leitura da tese de doutorado de Teixeira (2012), intitulada *Das Neuroses de Transferência às Neuroses Narcísicas: contribuições aos fundamentos da teoria freudiana da melancolia*, em que este se dedica primorosamente nessa tarefa de remontar toda história dos termos melancolia e depressão; e ainda faz um amplo apanhado das definições diagnósticas acerca da depressão.

neuroquímicos. A psicanálise prevê, de modo geral, sua ação por meio da psicoterapia enquanto a psiquiatria aposta na administração de psicofármacos.

Ocorre também que essa dissonância envolvendo a depressão, como já indicamos, não se dá somente entre essas por suas posições contrárias, mas as discordâncias acontecem até mesmo no interior de um mesmo paradigma, como acontece com a psicanálise.

Diferentemente do que ocorre na psiquiatria, a psicanálise em sua história não apresenta em si um consenso em torno da depressão. Isso se expressa em diferenças que ainda dialogam, ou em perspectivas que se opõem totalmente, mesmo que grande número desses autores tenham partido de um interlocutor em comum: Sigmund Freud. Algumas produções utilizam o termo “estados depressivos” justamente por conta das variadas definições e caracterizações em torno desse tema e das aproximações que ainda mantém com outros, como luto, melancolia e tristeza. Grande parte dos autores da psicanálise se detém mais à melancolia e consideram a depressão como um sintoma no interior da neurose (TEIXEIRA, 2012).

Apesar da grande relevância dos estudos psicanalíticos, podemos afirmar que a psicopatologia hoje está sob o primado da psiquiatria biológica e que, diferentemente do que acontece à psicanálise, busca uma unicidade no seu discurso, ainda regida pelos ideais de verdade geral e cientificidade. Assim, como veremos, ela apresenta uma definição bastante rígida do diagnóstico da depressão, baseada em uma disfunção orgânica de origem hereditária, com seus critérios diagnósticos todos listados nos seus manuais de classificação de doenças (CAPONI, 2009; MONTEIRO; LAGE, 2007; PERES, 2010; RODRIGUES, 2000).

Com sua origem na psiquiatria, a depressão é quase considerada um conceito exclusivamente médico. A psiquiatria biológica busca extinguir de seu contexto as disciplinas que derivam das ciências psicológicas, antropológicas, históricas e sociais (MONTEIRO; LAGE, 2007). A questão é que nem sempre a psicopatologia, mesmo sob o comando da psiquiatria, funcionou de maneira a relevar diferentes aspectos envolvidos em forma de sofrimento ou até mesmo de uma doença como, por exemplo, a história de vida ou os ideais de cultura a que uma pessoa pertence. O que percebemos é um tipo de inversão do fazer diagnóstico, em que, com o desenvolvimento e ampliação dos mercados de antidepressivos, o diagnóstico etiológico foi perdendo espaço para os diagnósticos com base nos sintomas (PERES, 2010).

A elaboração de diagnósticos desempenhada por essa psiquiatria em seus manuais, não se orienta mais pelos quesitos descritivos, mas antes, e principalmente, pelos seus aspectos biológicos, centrados no corpo orgânico, mais especificamente no cérebro como, por exemplo,

a ausência de serotonina como causa da depressão. Tal aspecto leva-nos a apreender certas “debilidades epistemológicas” presentes nessa forma de diagnóstico.

As explicações etiológicas de “doenças” como a depressão emprestam modelos de outras “doenças” como as infecciosas que estão claramente em outro estatuto epistemológico. Ainda no caso da depressão, o “marcador biológico” encontra-se ausente e a estratégia então utilizada se inverte, parte-se da terapêutica que, nesse caso, é quimioterápica para encontrar as causas biológicas, ou seja, parte-se dos efeitos dos antidepressivos para encontrar as fontes cerebrais do adoecimento (CAPONI, 2009).

Essa explicação circular permitiu “transladar os sofrimentos humanos ao mundo controlado do laboratório” (CAPONI, 2009, p. 3). Os efeitos dos psicotrópicos é que cumprem essa função de “marcador biológico” nesses tipos de sofrer que não funcionam como simples infecções, e assim, puderam entrar nas explicações com base nos estudos orgânicos. “Criou-se assim uma frutífera e milionária linha de pesquisa e financiamento com características próprias” (CAPONI, 2009, p. 3).

Caponi (2009) adverte que o aumento dessas pesquisas cumpre ainda outra função além de aperfeiçoar os fármacos já existentes, principalmente em relação aos efeitos colaterais, a de estender a criação de outros diagnósticos com base nos mesmos efeitos dos medicamentos. O que parecia antes ser um limite a essa construção diagnóstica com base em “marcadores biológicos” tornou-se uma saída produtiva e lucrativa. A questão mais complicada que se coloca é que por aí se dilui ainda mais a frágil barreira que separa os sofrimentos normais dos patológicos, já que esse mecanismo maquínico de produção de saber diagnóstico extingue de vez essa preocupação. Alarga-se o universo de comportamentos e emoções passíveis de serem medicalizadas.

Emprestamos da autora uma comparação que, de certo modo, revela-nos a lógica insensata (mas rentosa) que rege esse mecanismo de construção diagnóstica:

A explicação etiológica “a posteriori” da depressão se assemelha à tentativa de identificação dos mecanismos neurológicos afetados por certas drogas que alteram comportamentos. Sabemos que em determinados eventos sociais, o consumo de bebida alcoólica pode-nos transformar em sujeitos mais sociáveis e com menos inibições, podemos supor que essa mudança de comportamento se deve à ação do álcool no sistema nervoso central. Entretanto, essa certeza não nos autoriza nem a patologizar a inibição, nem a considerar o consumo de bebidas alcoólicas como terapêutico, nem a considerar que a inibição é o resultado do déficit de álcool no sistema nervoso. Pelo contrário, uma reação favorável a um ISRS, permite afirmar que um sentimento de tristeza é

patológico, que a terapêutica apropriada é o ISRS⁵ e, em consequência, que a depressão é o resultado do déficit de serotonina no Sistema nervoso (CAPONI, 2009, p. 6).

“É o psiquiatra quem detecta o problema, detém seu saber e sua solução”(RODRIGUES, 2000, p. 3). A depressão é assim divulgada sob o olhar hegemônico da psiquiatria que a entende sob o signo de uma doença, em grande parte hereditária. Esse diagnóstico parte da leitura de sintomas previstos nos manuais psiquiátricos mundialmente reconhecidos (CID, DSM). A questão que se coloca é que a avaliação da doença, o diagnóstico e a medicação pertence ao domínio do médico e, por mais minuciosa que seja a caracterização desses sintomas, quando falamos de *doenças afetivas* o parâmetro nosográfico em seu caráter “a-teórico” revela sua natureza ideológica (RODRIGUES, 2000).

Nota-se o perfeito casamento entre o diagnóstico de Transtornos do Humor, tal como propõem os manuais, e uma etiologia orgânica, pois se nada no universo psíquico pode causar o dito transtorno o que mais poderia ser a causa desse transtorno? [...] Apesar de ainda não ter sido possível comprovar que a causa da depressão seja biológica, mais do que uma aposta, essa é uma suposição que norteia o modo de apreensão da clínica [...] elimina-se a importância dos eventos na vida de uma pessoa e de uma possível causa passam a ser entendidos como um sinal do adoecer. Ou seja, com esse raciocínio tautológico a hereditariedade pode tudo justificar, embora ela mesma não se justifique (RODRIGUES, 2000, p.6).

Esse mecanismo diagnóstico mostra seus limites epistemológicos não alcança os efeitos que deveria pretender, já que o aumento do uso de antidepressivos nas últimas décadas não apresenta resultados de diminuição de casos de depressão. Entramos, assim, num território com outros limites, ainda mais graves.

Essa pretensão de cientificidade dessas disciplinas que concebem hoje tal psicopatologia hegemônica, seja a psiquiatria biológica ou mesmo algumas psicologias, esbarra em um problema que, antes mesmo de ser epistemológico, é político. O domínio ético em torno dessa situação é que esse mecanismo experimental apaga a “dimensão humana, em suas condições psicológicas, históricas e sociais” (MONTEIRO; LAGE, 2007, p. 110).

5. ISRS ou Inibidores Seletivos de Recaptação de Serotonina é o nome da classe de anti-depressivos mais usadas em todo o mundo: a fluoxetina, como a mais conhecida. Age, como o nome indica, inibindo a recaptação de serotonina permitindo um aumento dessa substância no cérebro. É considerada um entre os medicamentos mais importantes pela OMS. Sua primeira versão foi desenvolvida na década de 70 sob o nome de Prozac.

A ânsia classificatória antecipa um lugar para o sujeito, ou seja, além de desprezar os inúmeros vetores em constante transformação de sua existência, a categorização sempre irá enterrá-lo em uma definição estreita e opressora.

Sendo assim, a classificação contemporânea inscreve-se, por mais que queira passar despercebida, cada vez mais dentro da conjuntura social em que atua, implicando a incorporação de novas descrições a sua taxonomia. Urge que, além dos psicóticos e dos depressivos, classifiquem-se também os pobres, os marginais e os fracassados. Existe até a classificação que inclui a não classificação, ou seja, uma categoria para quem não tem distúrbio mental: classifica-se com a terminologia sem transtorno mental, quando, depois do exame psiquiátrico, não se acha nenhum dos transtornos disponíveis no DSM-IV (MONTEIRO; LAGE, 2009, p. 110).

Essa classificação parece se apresentar como um muro final. Depois dela nada mais pode advir. Ela lida com um instante objetivo que não procede com a dimensão do sujeito. Daí deriva também sua tendência avassaladora. Uma prática clínica que realmente esteja comprometida com a dimensão do sujeito e com implicações éticas não se encerra em uma classificação diagnóstica estática, esse é um processo incessante. É como se a partir de então o sujeito se tornasse dispensável e o trabalho pudesse ser continuado indiferente a ele, como se a classificação prescindisse ao sujeito. Aí está o grande equívoco dessa fórmula.

Podemos suspeitar de como um diagnóstico, uma classificação, uma tipificação age no sujeito, capturando-o, submetendo-o a uma alegoria de comportamento, a uma forma típica de expressão de sentimento, dominando, por vezes, grande parte do que ele é no encontro com o outro social, apossando-se da invenção de si mesmo. Quando falamos do diagnóstico de depressão podemos pensar que essa condição se complica ao se destacar nos discursos sociais atuais. Hoje em dia, a depressão se coloca muito mais como um estado de ser ou uma produção identitária, do que como um estar deprimido enquanto estado passageiro. Dessa forma, E então entramos em nossa próxima questão.

5.3 – É Transtorno de Humor ou tristeza?

Somos feitos de modo a só podermos derivar prazer intenso de um contraste (FREUD, [1930] 1996, p. 84).

A felicidade não é um estado iminentemente estável e constante, ela é sempre contraste! Trata-se basicamente de não estar sofrendo e de autênticos momentos de bem-estar. Podemos

assim interpretar a explicação de Freud em *Mal-estar na civilização*. Isso porque estamos sujeitos a, principalmente, três fontes maiores de sofrimento. A primeira advinda do nosso corpo, enquanto seres frágeis, passíveis de dores e doenças, no tato com nossa existência breve sempre a caminhar rumo a uma direção: a morte. A segunda fonte de sofrimento tem origem no que sentimos diante da magnitude da natureza, nossa vulnerabilidade diante de sua potência imprevisível. A terceira, mais desastrosa de todas, que faz-nos entender o título de sua obra, é a relação com outros seres humanos, ilusões, ingratidão, insatisfação, frustrações, subalternidade, ideais inalcançáveis... permeiam insistentemente nossas relações com o laço social.

O drama pessoal pelo qual passa a personagem central do filme *Geração Prozac*, baseado no best-seller americano *Prozac Nation*, não é, digamos, tão pessoal assim. Uma garota de classe-média e uma história de vida sem grandes tragédias. Em determinada fase de sua vida, passa a viver algumas rupturas tanto nas relações com seus pais, como em relação aos ideais que ela pretendia alcançar, principalmente no desempenho profissional. A partir daí, a meninade desenvolve uma tristeza profunda e uma crise criativa que é diagnosticada como depressão, passando assim a usar o tão famoso medicamento Prozac, conhecido como a *pílula da felicidade*.

O Prozac foi e ainda é o mais famoso medicamento antidepressivo do mundo, da classe dos Inibidores Seletivos de Recaptação de Serotonina (ISRS), vindo substituir outros que tinham um alcance menor e com maiores efeitos colaterais. Foi desenvolvido na década de 1970 pelo laboratório Eli Lilly e, em poucos anos, já representava cerca de vinte e cinco por cento do seu faturamento. Estima-se que em cinco anos de existência já era consumido por mais da metade da população norte-americana (PERES, 2010).

O fato é que a hegemonia conquistada pela psicopatologia psiquiátrica não se baseia somente nos avanços de seus estudos, mas se legitima a partir de uma participação publicitária de grandes laboratórios da indústria farmacêutica que, inclusive, patrocinam grande parte de pesquisas nas áreas. Bem como, da grande mídia que em sua maioria propagam a definição de depressão somente por esse viés (PERES, 2010; RODRIGUES, 2000).

Em um artigo produzido recentemente, Soares e Caponi (2011) discutem o discurso midiático em torno do tema da depressão e da medicalização. Algumas de suas conclusões confirmam o modelo biológico como o dominante, tanto na explicação, quanto na terapêutica da depressão. Nesse modelo, a hereditariedade é tida como um fator dominante, ao lado de associações com “situações de riscos” atribuídas à idade, gênero, ou outras patologias, sendo os medicamentos a solução. Depois de analisarem um grande rol de matérias veiculadas pela

mídia sobre a depressão e constatarem a predominância das abordagens biológicas, as autoras afirmam que se chega à dúbia conclusão de que a “a qualquer momento da vida, de todo ser vivo” o indivíduo pode tornar-se portador da depressão (SOARES; CAPONI, 2011, p. 444).

Não nos faltam também matérias em sites e revistas incitando o autodiagnóstico e afirmando que, detectada precocemente, a depressão tem cura e perde grande parte de seu poder de levar o indivíduo à morte. A questão é que os critérios de diagnóstico presente nessas matérias não se distinguem tanto dos critérios presentes nos manuais. Logicamente que não estamos a perder de vista que esses diagnósticos são feitos por profissionais que detêm um conhecimento outro desses critérios. Mas, de qualquer modo, diante do aumento do uso de psicotrópicos nos últimos anos, não podemos deixar de nos perguntar o que está sendo medicado. A *dor de existir* pode ter se transformado em déficit por não combinar mais com os ideais da nossa cultura de desempenho e de bem-estar. Os limites entre o que seja uma tristeza decorrente dos descaminhos que são próprios da vida e uma depressão passível de ser medicamentada são muito frágeis.

É notável que o fato de que não se conheça a causa da depressão não impede que se faça o diagnóstico e que se aplique uma terapêutica. A droga funciona, mostra seus efeitos sobre a sintomatologia, é o que finalmente importa. E qualquer que seja a causa, a conduta diante de uma determinada manifestação sintomática é sempre a mesma: quimioterapia. Não seria a clínica dos medicamentos que viria, em última instância, "justificar" o conceito diagnóstico de Distúrbios do Humor, que reúne quadros que em outras épocas se diferenciavam ou que sequer eram incluídos na classificação das doenças mentais? (RODRIGUES, 2000, p. 8).

Em 1970, nos EUA, foi lançado o Manual de Diagnóstico e Estatístico das Perturbações Mentais. O DSM III ainda mantinha uma tendência em considerar alguns aspectos psíquicos e sociais, mas de todo modo, a vida singular do sujeito e sua história permaneciam em segundo plano. O diagnóstico é feito com base a atingir um número x de sintomas que foram descritos. Em 1994, este passa por uma revisão: o DSM IV, “considerado como tendo impresso uma nova visão a psiquiatria mundial” (PERES, 2010, p. 49).

No DSM-V, de 2013, os Transtornos Depressivos foram separados dos Transtornos Bipolares. As principais características são humor triste ou irritável e alterações somáticas e/ou cognitivas, a depender da intensidade e duração. Para ser diagnosticado com Transtorno Depressivo Maior é preciso atingir ao menos cinco dos critérios, sendo que, pelo menos um, deva ser humor deprimido, ou perda de interesse ou prazer por ao menos duas semanas. Entre os critérios diagnósticos estão: perda ou aumento de peso, perda ou aumento de apetite, insônia

ou hipersonia, fadiga ou perda de energia, sentimentos de inutilidade ou culpa excessiva, capacidade diminuída para se concentrar ou pensar, ou tomar decisões, entre outros (DSM-V, 2014)

Situamo-nos assim em um território sem limites epistemológicos definidos, sem marcadores, nem testemunhas confiáveis, mas é justamente essa ambiguidade a que permite a crescente multiplicação de diagnósticos e, conseqüentemente, o crescimento ilimitado dessa misteriosa e temida epidemia de depressão (CAPONI, 2009, p. 6).

Pretendemos, mais adiante, tratar dessas questões relacionadas à medicalização na atualidade, sobretudo no peculiar combinado: medicalização e depressão. No entanto, já podemos instigar o leitor com uma interrogação ainda em suspenso: no caso da depressão, a medicalização é (sempre) consequência, ou (pode ser) causa?

5.4 – Revisitando *Luto e Melancolia*

Em 1915, Freud publica um curto, nem por isso menos importante, texto de onde vai derivar a grande maioria dos escritos posteriores sobre melancolia e, conseqüentemente, sobre depressão, principalmente no terreno da psicanálise. A importância do *Luto e melancolia* provém do fato de que, nesse texto, Freud trabalha com conceitos em estados limites. Entre neurose e psicose, entre afeto e somático, entre o *ser* e o *ter*, aspectos que o coloca como uma referência essencial nos estudos sobre a constituição do psiquismo. Não é o primeiro momento que o autor faz referência a esses termos – melancolia, depressão, nem a primeira vez que ele investiga essas manifestações as quais já estavam presentes em algumas correspondências com Fliess e em alguns rascunhos (PERES, 2010; TEIXEIRA, 2012).

Em meio a todas essas investigações que fazem avançar o estudo psicanalítico, Freud desenvolve, no tema central do texto, uma diferenciação do que seria considerado um luto normal do que ele vem a chamar de melancolia. De maneira bastante cautelosa, Freud, já no início do texto, nos salvaguarda de que a melancolia se apresenta em tantas variadas formas clínicas que o que ele pretende desenvolver ali é tão somente avançar um pouco na pesquisa, não ambicionando qualquer sentido de conclusão ou de verdade geral. O que, como já pudemos perceber, permanece até os dias de hoje no debate psicanalítico em torno do assunto ([1915] 1996).

As aproximações entre esses dois estados – luto e melancolia – estão nas suas formas de manifestação: desânimo profundo, desinteresse pelo mundo externo, inibição, auto-recriminação, diminuição da autoestima, sendo somente a última ausente no luto normal. No luto, a libido, que até então estava ligada ao objeto e que foi então perdido, é reivindicada a desligar-se desse de maneira repentina e brutal, o que faz com que essa exigência seja penosa e requeira um tempo recuperar-se. A existência desse objeto permanece psiquicamente prolongada e, é neste espaço temporal que se dá a duração de um relativo desligamento da realidade e de qualquer interesse que não seja o objeto recentemente perdido. Concluído esse processo, o ego, anteriormente totalmente absorvido em tal trabalho, liberta-se novamente (FREUD [1915], 1996).

A melancolia é como um luto prolongado não realizado, não concluído. A libido, que se ligava ao objeto, sofre uma regressão para o ego, o que define certa identificação do ego com o objeto perdido. Assim, as recriminações que seriam destinadas a esse objeto passam a ser destinadas ao próprio ego. O conflito então se dá entre o ego e o superego. A perda, na melancolia, diferentemente do que acontece no luto, é de natureza ideal, é uma perda inconsciente. O sujeito “sabe *quem* ele perdeu, mas não *o que* perdeu”. Essa perda não tem relação com o objeto mas com o próprio ego, por esse motivo que, enquanto no luto é todo o exterior que se torna pobre, na melancolia, é o próprio sujeito. Sendo assim, o luto termina justamente porque, em resposta às lembranças e expectativas em relação ao objeto perdido, existe uma realidade que confirma sua ausência, enquanto que, na melancolia, esse teste de realidade não existe, já que a perda é de ordem inconsciente (FREUD [1915], 1996, p. 251).

Freud faz uma interpretação bastante interessante do melancólico. Para ele, o melancólico é alguém que se recrimina não diante de uma ilusão de si mesmo, mas diante da aproximação maior de uma verdade sobre si mesmo, por isso diz ser contraproducente encher-lhe de elogios. Cita uma fala de Hamlet “Dê a cada homem o que merece, e quem escapará do açoite?”. Não se trata de uma forma comum de auto-recriminação, tão menos de vergonha, muito pelo contrário, trata-se de alguém “que encontra satisfação nos desmascaramento de si mesmo” ([1915], 1996, p.253). É assim que é já que assim lhe parece.

5.5– Depressão na atualidade

Pelos motivos expostos, partirmos do entendimento de que a depressão em si é um tema inesgotável e, passar por ela em uma dissertação, ou fazer dela parte do escopo desse trabalho,

exige incontáveis recortes. Essa imprecisão e a falta de consenso em torno desse grande tema permite-nos afirmar que a depressão em si não existe como um conceito único. No entanto, isso não impede que possamos compreendê-la enquanto um fenômeno extremamente complexo e que anuncia particularidades das subjetivações na atualidade.

Em meio a esse emaranhado de discursos, Maria Rita Kehl é uma, entre poucos representantes de uma tendência atual, a atribuir maior importância na investigação da especificidade da depressão (PEREIRA, 2010). Em sua definição sobre depressão, ela faz a distinção dessa com a melancolia e os vários estados depressivos e lhe confere um estatuto especial enquanto estrutura neurótica, junto à neurose obsessiva e a histeria, díspar dos outros estudos psicanalíticos sobre o tema.

Ainda que sua pesquisa tenha origem das demandas surgidas na clínica que, como ela mesma afirma, recebe a cada dia um maior número de *depressivos crônicos* e, como sabemos, nesse âmbito trata da singularidade de cada sujeito, sua investigação, a exemplo de Freud (e seguida por Lacan), extrapola os muros da clínica, como diria Lacan, e busca ouvir o que esses sujeitos dizem sobre o mal-estar contemporâneo. Ela está entre os autores atuais que entendem a depressão como um dos grandes sintomas sociais contemporâneos.

Vale ressaltar que nossa intenção aqui não é desenvolver a teoria e prática clínica, não nos pautaremos tão profundamente nas etiologias, nos sintomas clínicos e nos manejos terapêuticos. Buscaremos tão somente, entender como podem se manifestar as depressões, ou estados depressivos, ou afetos depressivos, no intuito de tecer esse diálogo com o contemporâneo. Realizaremos isso com base em alguns autores que confiamos serem substanciais no estudo sobre a depressão Primeiro, porque dedicam grande parte de seus estudos à depressão, à suas especificidades e particularidades. Segundo, por se tratarem de autores contemporâneos que não perdem de vista as relações entre os fenômenos da depressão na atualidade. Dessa forma, permitimo-nos uma tentativa de traçar diálogos possíveis entre eles e, longe de expor uma abordagem única do que seja a depressão, lançaremos hipóteses das expressões e mecanismos presentes nesse tipo de viver e/ou sofrer.

5.5.1 – A hipótese da depressão enquanto estrutura

O diagnóstico estrutural na psicanálise gera algumas discussões. Sidi Askofaré e Sonia Alberti no artigo *Estrutura e Discurso: problema e questões do diagnóstico* (2011), derivam reflexões acerca do diagnóstico estrutural, principalmente relacionado à depressão. Os autores partem de considerações que dizem respeito a essa classificação estrutural, modo como

o sujeito se assujeita à estrutura de linguagem. Para eles, essa forma de classificação deriva do *Freud da primeira tópica* e do que é conhecido entre os psicanalistas de *primeiro Lacan*, quando ainda tecia aproximações em suas teses estruturalistas e antes de desenvolver sua teoria do campo da linguagem para o campo do gozo. Tudo isso sem abandonar os avanços anteriores. A partir daí, Askofaré e Alberti passaram a questionar se esse tipo de emprego da psicanálise funcionaria inclinando-se mais para a doutrina ou para um campo de conhecimento em aberto.

Pois bem, atentando-se para o que Kehl (2009, p. 213) chama de “armadilhas dos desejos identitários dos neuróticos comuns”, ou seja, tomando o cuidado para não confiar nas autodenominações daqueles que, na ânsia de ocupar um lugar nomeado e de poder de falar de si através do discurso do outro, apresentam-se como depressivos. Isso porque, a cada dia, aumenta a procura por clínicas daqueles que Kehl nomeia como *depressivos crônicos*, os quais dizem “não conhecer outro modo de estar no mundo além da depressão” (KEHL, 2009, p. 213). Sua incidência crescente e a desconfiança de que se a psicanálise não dispensar um trabalho maior em torno das especificidades da depressão, legitimará a terapêutica medicamentosa como a única saída de fato, fazem com que ela se dedique a compreender as exclusividades do fenômeno depressivo. Por isso que, contrariando quase toda a produção em psicanálise sobre o tema, ela atribuirá à depressão uma estrutura e, assim, irá diferenciá-la da melancolia, dos estados depressivos ocasionais, ou até mesmo dos lutos intermináveis.

As semelhanças entre luto e depressão consistem, antes de tudo, nos modos de sofrimento que ambas condições produzem. A tristeza, que no luto decorre da perda de um ser de amor e, mais do que isso, do lugar que se ocupava junto a esse, um lugar junto ao desejo do Outro. O abatimento corporal do enlutado também pode se assemelhar muito ao do depressivo, mas as causas se diferenciam. No enlutado há uma desorganização corporal por conta de uma deserotização, já que as pulsões libidinais não encontram mais seu objeto que as orientava. Há a possibilidade também, do enlutado sucumbir em autoacusações, parecidas a dos melancólicos, principalmente se junto ao luto somar-se um sentimento de culpa típica das ambivalências amorosas. A todas essas correspondências, acrescenta-se ainda a noção de que o luto também não é um processo linear, tampouco, breve, ele tem seus altos e baixos, dependendo das inclinações de apego ou não do enlutado à memória do objeto perdido, dificultando ainda mais as diferenciações (KEHL, 2009).

Em relação às diferenças entre depressão e estados depressivos no interior das neuroses, tem-se que, nessa última, além da depressão caracterizada como resultado de um luto não concluído, existem também propensões específicas à depressão já esperadas devido às suas particularidades e seus mecanismos de defesa próprios. Na neurose obsessiva, há inibições e

falta de coragem em relação aos desafios que, de uma maneira ou de outra, o sujeito sempre se predispõe, como a reedição de rivalidades paternas ao mesmo tempo em que não ousa empreender uma vitória. Isso porque a vitória lhe colocaria preso aos excessos maternos e à concretização da fantasia incestuosa. Esses mecanismos da neurose obsessiva ocasionam possíveis estados depressivos em seu interior, aparentes no mar de insegurança e desânimo que, por vezes, mergulham os neuróticos. Já na histeria, a tendência depressiva conta com a possível rejeição do outro, a que ela(e) se colocou como todo objeto de amor, passando de *ser tudo* a *nada ser* para o outro (KEHL, 2009).

Muito diferente do que se costuma ler em diversos trabalhos psicanalíticos que associam a depressão ao narcisismo, o que ocorre na origem da vida do depressivo não é um Outro materno ausente, mas sim o contrário. No entanto, esse Outro excessivamente presente é também bastante nocivo porque acaba impossibilitando que o bebê crie, a partir de seus próprios recursos, meios de lidar com o vazio. Esse Outro materno ansioso, numa atitude exageradamente prestativa, acaba por subestimar o filho não permitindo que ele tenha seu tempo de espera pela satisfação, momento inaugural de sua atividade psíquica. Essa configuração desencadeará em algumas particularidades dos deprimidos, como seu sentimento de impotência, sua saída da vida pública, sua tendência a não enfrentar desafios mais cotidianos, sua dificuldade em criar representações, aspectos que abordaremos mais adiante (KEHL, 2009).

Somente uma mãe ansiosa e excessivamente cuidadosa em sua origem não é suficiente para a formação da estrutura depressiva. De acordo com Kehl (2009), o instante decisivo se dá no segundo momento do Édipo, aquele da *escolha da neurose* segundo os termos de Freud, onde se delinea a estrutura neurótica. No primeiro momento, a criança ainda está identificada como o objeto simbólico que falta à mãe e, por isso, sujeita às suas demandas. Já no segundo momento, o pai entra em cena como mediador do desejo da mãe, pois é ele quem possui o objeto capaz de satisfazê-la. A criança, então, passa a ver o pai também como um rival, já que o desejo da mãe, obedecendo a sua lei, a priva “de *ser* (o falo) junto à mãe” (KEHL, 2009, p. 247). É nesse momento que se inaugura o fantasma para a teoria lacaniana, que pode ser entendido como a fantasia inconsciente em que o sujeito passa toda a vida à procura de reocupar esse lugar perdido de ser o objeto do gozo do Outro. Lugar perdido de objeto de gozo que Freud, colocando de outro modo, entende como tentativa eterna de nos tornarmos novamente nosso próprio ideal uma vez que perde-se tal identificação com o *eu ideal*. “Tornar a ser seu próprio ideal, como na infância, [...] isso é o que as pessoas se esforçam por atingir como sendo sua felicidade” (FREUD [1914], 1996, p. 107).

A particularidade da depressão em relação às outras neuroses, é que a *escolha* do depressivo é de recuo frente à rivalidade com esse pai, posto que ele não entra na dimensão conflitiva que marca toda a vida do neurótico. Porém, ao tentar resolver um problema, o depressivo se coloca em outro muito maior. Segundo Kehl (2009), Lacan afirma que essa dimensão conflitiva da angústia frente à castração é que inaugura a condição desejante, é o que lhe retira da posição opressiva de ser objeto do gozo do Outro.

O depressivo constitui o fantasma oferecendo-se ao outro como castrado. A depressão é o preço que ele paga por essa escolha. A saída pela depressão seria uma solução fantasmática por meio da qual o sujeito tenta conservar sua posição junto ao desejo da mãe, sem ter que se haver com a instância paterna. O deprimido não é um psicótico. Ele passou pela castração, mas não a simbolizou, assim como os neuróticos sua dor moral é de outro tipo, como veremos adiante (KEHL, 2009).

A outra consequência importante dessa escolha subjetiva é que para o depressivo o pai será sempre representado como insuficiente para barrar a onipotência da mãe e, ao mesmo tempo, como pouco interessado no filho(a). O pai imaginário do depressivo é um pai inconsistente – o que mantém o sujeito perigosamente à mercê do gozo materno (KEHL, 2009).

A questão do depressivo, justamente por isso, se coloca como mais “periclitante”. Esse outro não é o pai imaginário, como nos outros neuróticos, mas a mãe; essa posição do fantasma se dá no ápice do complexo paterno (segundo tempo), nesse momento em que a criança se coloca a mercê daquele que é a lei do desejo da mãe, é com o pai que ela rivaliza e se espelha. Mas o depressivo recuou antes disso – mesmo assim não o considera *boderline* porque esse não se situa entre a neurose, a psicose e a perversão. A histérica e o obsessivo rivalizam, o depressivo recua. Assim, ele também se mantém aquém dos ideais, não investe neles e nos benefícios do narcisismo secundário. Ele se oferece como castrado a demanda do Outro materno, não se seduz pelo falo, ou melhor, não disputa por ele, por isso também que tudo lhe parece tão desencantado (KEHL, 2009).

5.5.2 – A hipótese da depressão enquanto metáfora do psiquismo

A depressão seria, então, um estado durando o tempo necessário para que o vazio inanimado do vivo se constitua como organização narcísica e retorna toda vez que o psiquismo solicita uma restauração de seu narcisismo. Como este está constantemente ameaçado, tanto por forças externas como internas, a depressão está invariavelmente presente (BERLINCK; FÉDIDA, 2000, p.15).

Fédida dedicou-se ao estudo da depressão por mais de trinta anos, sempre a acrescentar novas questões, principalmente à própria psicanálise (DELOUYA, 1999). Entre elas está a convocação que a depressão faz à fenomenologia, em especial em torno da correspondência entre a temporalidade da depressão e o tempo que é próprio ao psiquismo. “A depressão solicita a fenomenologia em seus atos de compreensão do fundamento temporal da subjetividade” (FÉDIDA, 1999, p. 29).

A tarefa de definir com exatidão significados e aspectos que Fédida poderia nos trazer sobre a depressão em si, além de complicada, resultaria em prejuízos. Isso porque ademais de não se preocupar em estabelecer barreiras muito bem marcadas entre fenômenos próximos como luto, depressão e melancolia, sua escrita quase poética não se coloca refém de psicologismos. No seu estilo, teoria, manifestações clínicas, imagens vivas se misturam na criação de um potente e vivo saber, da ordem do incapturável. Além disso, Fédida está a lidar com o psíquico e, para ele, o aparelho psíquico da elaboração freudiana é “metapsicológico, ou seja, obra de ficção”, se fosse “psicologizado”, descrito e dissecado, ele perderia esse seu “poder de ficção, de se oferecer como conceito de funções” (FÉDIDA, 1999, p. 105). Portanto, ensaiaremos trabalhar inspirados por ele, buscando não aprisionar seus conceitos em definições puras de modo que sigam operando como funções.

Impressos em seu estilo, esses traços impõem um certo esforço por parte do leitor porque este gênero de pensamento jamais cede à coerência articulada de um raciocínio, mas se abre constantemente para as imagens e para as figuras do vivido das palavras que utiliza. Eis o modo da poesia e da fenomenologia entremear o tecido metapsicológico temperando o rigor com que o autor se fia às buscas e aos questionamentos da feitiçaria freudiana (DELOUYA, 1999, p.10).

Diferentemente de Kehl, Fédida parece se deter mais nas suas manifestações clínicas do que no trabalho de encontrar as origens da depressão na história do sujeito, ou em uma possível estrutura. Muitas vezes parece-nos nebuloso, ou mesmo impreciso, as diferenciações entre *depressividade* e *estados depressivos*. A depressão “não é uma estrutura psíquica porque é o estado próprio à estruturação do aparelho psíquico, permitindo dizer que não há estado humano a-depressivo” (BERLINCK, FÉDIDA, 2000, p. 15).

O ponto de partida é que essa imobilidade da vivência depressiva, seja no corpo ou nas funções psíquicas do desejar, projetar, representar, fantasiar, sonhar, brincar, etc., nos sugere a

hipótese de se tratar de um estado anterior ao próprio psiquismo. “Uma situação primitiva revivida”, ou melhor dizendo, há aí uma compatibilidade dessa vivência com a natureza primitiva do próprio psiquismo (DELOUYA, 1999, p. 9). “[...] a depressão talvez seja o sintoma – preferimos dizer, o fenômeno – paradigmático da psique em sua totalidade” (DELOUYA, 1999, p. 9). O que daí ressalta é a temporalidade, é em torno dela que essa hipótese é lançada. Esse tempo da psique, Fédida entende como a dimensão fenomenológica da ideia de tópica para a psicanálise (DELOUYA, 1999).

Por *tópica* se entende a metáfora do *lugar* no aparelho psíquico. “Representação figurada espacialmente”, como se cada um desses lugares tivessem funções diferentes e localizações diferentes no psiquismo (LAPLANCHE; PONTALIS, 2004, p. 505). Comumente, os leitores da psicanálise freudiana a dividem em duas tópicas, a primeira do consciente, pré-consciente e inconsciente; a segunda do ego, id e superego.

Ainda sob influência dos avanços científicos nos estudos neurológicos da segunda metade do século XIX que definiam “suportes neurológicos rigorosamente localizados”, Freud tendia, no início de sua teoria, a essas localizações materiais, mas já fazia críticas, afirmando que além dessas localizações anatômicas era preciso completa-las com explicações funcionais (LAPLANCHE; PONTALIS, 2004, p. 505).

A primeira concepção tópica foi em *Interpretação dos sonhos* (1900) e ainda mantinha uma influência neurológica, onde Freud vai então definir os espaços da primeira tópica, cada um com processo, função e energia de investimento diferente. Entre cada um destes, uma forma específica de censura que funciona como fronteiras e controlam passagens de um para outro, acentuando esse aspecto espacial na definição do aparelho psíquico por Freud. No entanto, se Freud diz “evitaremos cuidadosamente a tentação de determinar anatomicamente de qualquer maneira a localização do aparelho psíquico”, ele vai usar essa espacialidade se não por correspondências exatas, pelo menos como metáforas (apud LAPLANCHE; PONTALIS, 2004, p. 507). Em seguida, vai evidenciar que essas localizações são mais virtuais que anatômicas, são espacialidades do aparelho psíquico e não cerebrais, como forma também de entender processos que se dão numa sucessão temporal. Existem, de certa forma, duas tendências nas explicações tópicas de Freud: o genetismo (inconsciente com biológico) e o inconsciente por meio do recalque. A nova tópica de 1920 (id, ego e superego) traz ainda consequências para a ideia de localização psíquica. “O modelo aqui já não é mais emprestado às ciências físicas” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2004, p. 508):

O campo intra-subjetivo tende a ser concebido segundo o modelo de relações intersubjetivas, os sistemas são representados como pessoas relativamente autônomas na pessoa. Nesta medida, a teoria científica do aparelho psíquico tende a aproximar-se da forma fantástica como o sujeito se concebe e até, talvez, se constrói (LAPLANCHE; PONTALIS, 2004, p.508).

Buscamos colher algumas diferenciações e aproximações que Fédida (1999) faz ao longo de seu livro no que se refere à depressão, ao luto e à melancolia. A depressão está na ordem de um vazio, como uma existência em suspenso a espera de um sentido, um estado de preservação de si frente a um perigo. Um vazio anterior a qualquer sentido, assim como o psiquismo referido pelo autor como *metáfora primitiva da depressão*.

O luto, diferentemente, é preenchimento, “faz crescer o espaço de dentro”, é projeto, tem tempo, fornece um limite para a espera (FÉDIDA, 1999, p. 73). Fédida nos traz como exemplo a fala de uma paciente que se encontra nesse estado depressivo, a qual dizia sentir-se “interiormente privada de imagens e afetos [...] tampouco sofre [...] estava seca” (FÉDIDA, 1999, p.73). Esse vazio – diferentemente do vazio latente, ou melhor, daquele espaço de espera pela satisfação que inaugura o psiquismo e que nos move a criar – existe em um sem tempo. Atrás ainda das projeções, é uma espera de nada, mas que se mantém protegido pela manutenção dessa espera de nada. Tanto o desmoronamento melancólico quanto o luto despontam no horizonte do depressivo como possibilidades da saída, como se pudessem lhe retirar dessa suspensão e trazer novamente o espaço de significação:

Depressão sem culpabilidade nem objeto, também poder-se-ia dizer, para indicar o vazio da tonalidade psíquica – somática – de uma morte psíquica aparente. [...] O vazio não alimenta qualquer queixa, não se autodeprecia: ele é simplesmente nada. [...] Pelo vazio, estar protegido da efração traumática. Pelo trauma, sair do vazio. São estas as primeiras violências do paradoxo (FÉDIDA, 1999, p.74).

Dessa maneira também o vazio depressivo se diferencia da melancolia: “a diferença do que se passa na melancolia e na doença somática, esse desinvestimento, aparentemente não é acompanhado de um investimento do corpo ou de objetos interiores de pensamento. Vazia é a vida, vazio é o pensamento” (FÉDIDA, 1999, p. 96).

Assim, a depressão é da ordem de um luto por uma morte impossível. Acontece que essa imobilidade depressiva – psíquica, somática – fruto da “presença invasora e envolvente da ausência” (ou seria melhor dizer, do ausente) pressupõe um agir (FÉDIDA, 1999, p. 22). Entramos, então, no campo da mania-depressão, *posição isomórfica depressão-mania*, estados

cíclicos e/ou intermitentes, aparentemente contrários mas, como poderemos ver, apresentam o mesmo fundo. De modo simplificado, a mania seria a repetição do ausente para não sentir a perda. O autor traz o caso de uma paciente jovem e sedutora que se dispõe a agir na impulsividade e na impaciência que “confirmam fenomenologicamente sua incapacidade de dar lugar em si própria a um vazio que seja tempo e silêncio” (FÉDIDA, 1999, p. 80). Na sua interpretação, essa hiperatividade é o vazio sustentando “a pulsionalidade ativa da projeção” (FÉDIDA, 1999, p. 80). Essa atividade funciona como que a partir de uma clivagem que possibilita agir sem entrar em conflito, por meio de projeções e introjeções na criação de um duplo narcísico.

Esse agir é como que despregado de si. Em um outro caso, Fédida (1999) nos diz que “o paciente irá se lembrar de ter vivido a impressão senão de um desdobramento interno pelo menos alguém, nele mesmo, silencioso, olhando-o agir freneticamente” (FÉDIDA, 1999, p.21). Quem age aí é o ausente, que está demasiadamente presente. A atividade depressiva comporta uma espécie de interioridade atenta, de terror subjetivo, como se ela própria “ocupasse o lugar silencioso do ausente” (FÉDIDA, 1999, p. 21). Fala ainda desse paciente: “...ele agia e se agitava numa forma – corpo da ausência – que o 'carregava', enquanto uma vigilante imobilidade interior o 'aterrorizava’” (FÉDIDA, 1999, p. 17).

Não há ausência, há uma presença excessiva do ausente. O agir maníaco é um agir desse duplo, um agir alucinatório desse ausente, por isso alienado do sujeito, por isso é repetição.

Depois dessa fase atinada, o paciente, por um golpe do destino, passa a sentir essa forma esvaziada e vai perdendo ainda mais o interesse por tudo. Não sente angústia, mas também não tem pensamentos, só vontade de dormir, “impressão cotidiana sobre o tédio, onde 'aquilo que ele vê não lhe diz nada' [...] ‘Espero, mas não sei o que’” (FÉDIDA, 1999, p. 19).

A impossibilidade de fazer o menor gesto, de agir o menor ato, o peso com que o cotidiano é aqui sentido, a pesada lentidão de uma representação corporal desenhando o limite de um recinto em sentinela [...] a sentinela imediatamente impressionável de tudo o que se passa (FÉDIDA, 1999, p. 24).

A partir daí, a elaboração está relacionada com a capacidade de ficar só e com a simbolização da ausência que se mantém impossível diante da insistência do ausente. Fédida (1999) nos indica como pequenos gestos que esse paciente passa a empreender, gestos simples no cotidiano, são importantes por representarem um passo de elaboração. São gestos seus que fogem à repetição. Um projeto, em que o agir toma sentido:

[...] atos que marcam, a cada vez, a evolução de uma liberação – o que se encontra em projeto numa elaboração consciente do agir no desejo de se libertar dessa ausência que tornou-se corpo invasor – imóvel – do outro excessivamente presente por ter partido. Como se o ato – por mais banal que seja, como 'lavar as meias', 'preencher um formulário', deslocar um objeto sobre a mesa, etc. – só se tornasse possível no momento em que o homem reencontra a temporalidade de um projeto, desde que nele silencie o interminável solilóquio com o ausente (FÉDIDA, 1999, p. 20).

Esses limites do que seja depressão e depressividade não se apresentam tão definidos. O que nos parece, ao fim da leitura, é que a depressão é como um retorno a esse estado primeiro, de vazio, anterior às representações por conta de uma medida defensiva de uma necessidade que se apresenta na relação com as demandas internas e externas. Uma organização narcísica. Como uma retomada em si, um “fechar para balanço. Em estado de pouso diante da velocidade que irrompe no sujeito. Um transbordamento que o faz recolher-se. Esse vazio não é ausência, pelo contrário, a ausência já é simbolizada, ela já é a retirada desse lugar de *nada* a caminho de *ser*. Aí falta essa ausência, ela é pretendida, ela é a saída desse estado, simbolizar a ausência é o que falta ao deprimido (BERLINCK; FÉDIDA, 2000; FÉDIDA, 1999). “A depressão pressupõe, então, uma depressividade fundamental da psique. [...] depressividade enquanto metáfora primitiva da psique que seria o vazio criativo do intervalo, do tempo da linguagem e do brincar” (DELOUYA, 1999, p. 13).

5.5.3 – Ausência, inibição e dor moral: diálogos possíveis

A experiência comum do estado deprimido poderia caber numa única sensação: aquela, quase física, de aniquilamento. Essa sensação quase nem chega a ser um afeto que se experimenta e parece muito distante da percepção de um sofrimento vivido pelo sujeito. Ela se aparenta mais a uma imobilização, a um impedimento de se sentir os menores movimentos da vida interna e externa, à abolição de qualquer devaneio ou desejo. O pensamento, a ação e a linguagem parecem ter sido totalmente dominados por uma violência do vazio. Além disso, a queixa do deprimido é pobre e repetitiva: ainda é fala, mas como que afastada da fala. A vida está vazia: não existe gosto ou interesse por nada, e predomina a incapacidade de se fazer o que quer que seja. Essa queixa é triste, mas de uma tristeza quase desapegada, sem afeto. Não é um lamento que manifeste ou anime uma

interioridade: é uma voz que constata um processo de desaparecimento (FÉDIDA, 2002, p.9).

As leituras de Kehl (2009) e Fédida (1999) conversam em pontos bastante elucidativos acerca da depressão, os quais são oportunos para nossa discussão. Neste tópico trataremos desse diálogo.

Uma das principais questões norteadoras da depressão está relacionada com a ausência. Ambos os autores citados concordarão que no cerne da depressão existe uma dificuldade em simbolizar a ausência e, por isso, o sujeito se encontra mergulhado no vazio, não o vazio vivo da espera da satisfação que faz nascer o funcionamento psíquico, mas o vazio anterior a isso, o vazio onde o tempo não passa, o vazio do nada, anterior a qualquer representação. Esse tempo que não passa seria a própria natureza do psíquico, por isso, Fédida considera a depressão uma metáfora deste.

Os autores discutirão, a partir de suas práticas clínicas, essa relação da simbolização da ausência e a necessidade de uma duração temporal para que ocorra. Fédida (1999) lembra da ânsia de atividade que nos desperta diante da imobilidade do deprimido, como se ele mobilizasse uma angústia no outro, seja na prática clínica, na tentação de interpretação ativa, ou na ideia geral que se tem de tentar animar a pessoa no cotidiano comum. Para Fédida (1999), isso deriva da dificuldade primordial que o analista (e não só ele) tem de lidar com o vazio. “O vazio seria o protótipo da psique – órgão psíquico plenamente investido sem representação” (FÉDIDA, 1999, p.86). “Caracteriza-se por um estado de conservação sem espera, de equilíbrio inerte anulador das tensões, de suspensão psíquica” (FÉDIDA, 1999, p.96). Portanto, mais uma vez, o vazio não é ausência, mas a falta dela, a análise acontece “não para substituir o ausente, nem para preencher o vazio de seu lugar, mas para fundar a relação que ele desconhece: a da ausência” (FÉDIDA, 1999, p.107). Daí deriva a dificuldade do analista, ele não poderá representar um continente, nem atropelar (mais uma vez) o sujeito com sua atividade interpretativa, o que importa aí é seu silêncio, “silêncio de fundo” (FÉDIDA, 1999, p.86). Esse silêncio que possibilitará o tempo necessário para criação de um tempo de projeto. “O vazio é reconhecido pelo analista em seu próprio silêncio: ele é solicitado, a partir desse silêncio, a ser para o analisando o silêncio de sua fala. E assim ela pode ser ouvida” (FÉDIDA, 1999, p.77).

Kehl (2009), a seu modo, também nos conta do desafio da prática clínica diante da lentidão do deprimido e do seu silêncio, da sua necessidade de reencontrar “modos de dizer”. Para ela, o saber do Outro que fala por ele, além de emudecê-lo mais ainda, “atropela seu tempo

psíquico”, justamente onde isso não deveria ocorrer (p.222). “Para os depressivos, trata-se de buscar a duração de um tempo necessário para que o sofrimento se converta em experiência [...] (que) confere valor ao vivido” (p.224).

A depressão trata de uma “desarticulação subjetiva do tempo” (DELOUYA, 1999, p. 12). Isso está presente nas ideias de ambos autores. Na interpretação de Delouya (1999, p. 12) sobre as origens dos estados depressivos na teoria de Fédida:

O fracasso do ambiente de origem em fornecer o suporte e o meio de perlaboração da violência psíquica primordial, oriunda da pulsão e das fontes sensoriais, permite compreender por que a depressão acarreta deficiências na função principal da vida psíquica, que é a da simbolização da ausência. Como se a depressão acenasse e apelasse, através de sua imóvel e fixada absorção, para uma falta neste fundo de origem, necessário à continência da violência para transformá-la em tempo, em intervalos e pausas silenciosas da linguagem.

Para Kehl (2009), a questão que se soma a essa é que, a dificuldade de simbolizar a ausência, própria do deprimido, se encontra na origem da depressão, ou podemos dizer, na origem da vida do deprimido. Como já vimos, diferentemente do que mais comumente se lê nas teorias psicanalíticas, a violência ocorrida na vida do deprimido não foi abandono ou falta, o que ocorreu foi a precipitação do Outro antes mesmo que ele lhe demandasse. O que há aqui é um “atropelamento do sujeito pelo Outro”, ou pelo tempo do Outro (KEHL, 2009, p.229).

Assim, em um caminho inverso, na mesma medida que o sujeito não pode viver seu tempo próprio para lhe ativar um funcionamento psíquico suficiente, ele não consegue mais usar desse funcionamento para atribuir sentido ao seu tempo. Esse passa a ser vivido como uma eternidade insuportavelmente vazia em um tempo que não passa.

Um outro traço peculiar do deprimido e está totalmente relacionado à não simbolização da ausência é a inibição. Kehl (1999) nos revela que o deprimido, diferentemente dos outros neuróticos, se defende mais pela inibição do que pela produção de sintomas. Grande parte de seu sofrimento vem daí. A dificuldade em representar, em narrar seu sofrimento ou mesmo suas histórias é bem aparente perto da novela toda com que se defendem os outros neuróticos. “Nos depressivos a rede imaginária, invenção subjetiva que visa proteger o psiquismo do vazio instaurado pela falta do objeto, é pouco consistente” (KEHL, 1999, p. 228). A antecipação do Outro antes mesmo que ele tivesse o tempo de espera para testar sua potência e criatividade em lidar com o vazio o faz desacreditar de si.

O sofrimento da depressão associado a não representação, a dificuldade de tramar sentidos, de sonhar, de fantasiar, de brincar, como correlato desse tempo vazio ao qual ele está absorvido. Esse é o ponto principal em comum no entendimento dos dois autores.

O outro germe da inibição é o recuo frente ao conflito, entramos assim no nosso terceiro ponto, também trazido por Kehl e Fédida: depressão como dor moral. O deprimido não é aquele que se confina em um quarto fugindo da vida partilhada lá fora, mas aquele que se deprimiu ao fazer essa escolha. A partir daí, clausura e depressão vão se permutar na manutenção dessa condição. A dor moral do depressivo é de ordem narcísica. Ele passou pela castração mas recuou da rivalidade com o pai antes mesmo de tentar, essa é sua dor moral, ele foge dessa rivalidade e de todos seus substitutos durante a vida. Sua dor é de impotência e, por isso, dificilmente se arrisca, vive em uma espécie de inércia protetora que o mantém em sua condição (KEHL, 2009). O deprimido, para Kehl (2009), faz o movimento que Lacan chama de *ceder em seu desejo*. Assim como os outros neuróticos, ele também constrói seu fantasma, ou seja, ele também procura tornar a ser novamente o objeto do gozo do Outro. A diferença está que o Outro, aqui, não é o pai e sim a mãe. Esse recuo frente à rivalidade com o pai faz com que ele tenha uma relação diferente com o Ideal de eu. Apesar desse se constituir, desperta uma reação de desistência e não de embate, como se ele já se 'acesse' castrado porque sabe que a mãe o quer assim. “Ele se faz indiferente ao falo para não perder a proteção materna” (KEHL, 2009, p.255).

Fédida (1999), em certo ponto do seu livro, refere-se ao vazio como “aquilo de que a metáfora é travessia” (p. 93). Sua ideia de metáfora é bastante complexa mas, podemos dizer que ela funciona como uma forma existencial que pode se revelar na fala, para além da vida psíquica, mas carregando mesmo algo de uma verdade maior. Por isso, ele diz que o vazio convoca uma estranha lucidez, como uma verdade radical.

A proximidade do deprimido com o vazio e sua correspondência com a temporalidade do psíquico em si, é algo que ambos autores vão tratar em algum momento. Se o deprimido se defende mal e produz pouco psiquicamente, por outro lado, ele está mais próximo de entrar na depressividade porque conhece e suporta o vazio melhor do que ninguém. Isso o aproxima do conhecimento de sua castração pois sua angústia, como foi dito, é de outra ordem.

6. CONCLUINDO... Cidade e desaceleração subjetiva: uma experiência do vazio.

*Eu quero uma licença de dormir,
perdão pra descansar horas a fio,
sem ao menos sonhar
a leve palha de um pequeno sonho.
Quero o que antes da vida
foi o sono profundo das espécies,
a graça de um estado.
Semente.
Muito mais que raízes.
(EXAUSTO, de Adélia Prado)*

Esse último capítulo destina-se à conclusão. A conclusão tem algo de certo, de junção, de tentativa de correlacionar ideias e argumentos que ficaram soltos em uma espécie de *todo* coeso, sem com isso fechar em um entendimento único e totalizante mas talvez, possível e provisório. Concluir é quase um descansar de todas as agitações afloradas no decorrer do texto. Decantar. Em especial nesse trabalho, em que entre os vários desafios, talvez esse seja um dos mais trabalhosos. Isso porque, no decorrer da leitura fica evidente certa distância entre os dois principais capítulos que traçam os dois eixos temáticos: cidade e depressão. Essa distância se vê não somente no conteúdo de cada um deles mas também, no ritmo que eles transcorreram. Como dois rios que manam em espaços e tempos diferentes. Um mais corrente, espontâneo, fácil. O outro aos trancos e barrancos, corpulento e carregado. Aqui se espera a confluência, o encontro, um entrelaçamento de sentidos, mas que não cessa o movimento, porque continua a correr.

Cidade e depressão. Quando pronunciamos essas duas palavras afloram na nossa produção imaginária várias conexões, parece quase óbvia essa relação, mas não clara. Escrever sobre essa relação num trabalho teórico interdisciplinar é muito complicado. Por isso, preferimos falar de uma relação e não da relação. Como já foi dito em outros momentos do texto, o que se procura aqui é levantar um trajeto entre os possíveis. Principalmente porque são, podemos assim dizer, categorias bastante distantes, não há um caminho aparente para dialogar depressão e cidade. Por isso também, entendemos que a interdisciplinaridade deveria ser inevitavelmente convocada. Mantendo sempre a vista o tema central, que seja depressão e cidade, buscamos na infinidade de autores e obras que tratam de um ou outro, de aspectos de um ou outro, alguns autores e obras de diferentes campos de conhecimento na tentativa de percorrer um caminho em que esses autores conversassem, fazendo emergir essa ligação. A escolha de um ou outro autor obedeceu a diferentes critérios desde a relevância deste ao tema

tratado, de associações onde uma leitura acaba levando à outra, até afinidade teórica ou simples preferência por tal autor.

A preocupação com essa dificuldade de aproximação de temas distintos resulta também na comunicação a que todo texto pretende fazer. Escrevemos aqui para que um outro leia e compreenda e tire daí um entendimento que seja ao mesmo tempo singular e compartilhado. Nesse sentido, entendemos que a interdisciplinaridade tem aí uma virtude de fazer manter uma qualidade textual que seja mais perspicaz e interessante sem perder de vista consistência e profundidade de pensamento. Por outro lado, a tarefa do leitor nesse trabalho em específico pode se tornar mais delicada, porque ao escritor a coesão parece mais evidente, um todo é reconhecível, já que foi ele quem compôs o trabalho, já para o leitor a apreensão desse todo coerente pode se perder. Como já dissemos a conclusão tem esse objetivo, costurar algumas linhas soltas, não todas evidentemente, mas o que for cabível, pertinente e agradável.

Já se torna preciso então dizer dos desafios da interdisciplinaridade. Tem-se por ela uma noção quase de senso comum, num tom quase óbvio. Mas o que é operar a interdisciplinaridade? Produzir segundo a interdisciplinaridade ou mesmo sustentá-la na escrita é um tanto quanto problemático. Isso porque ela é um terreno ainda vago e confuso. Nas suas várias definições, como foi colocado lá no início do trabalho, ela apresenta diferentes significados, funcionamentos e funções. O mais interessante do uso da interdisciplinaridade nessa pesquisa é que ela nos possibilita a leitura de diferentes pontos de vista sem perder o tema de foco. O problema principal é que sendo um trabalho teórico, ele já carrega, a princípio, a dificuldade de não ter interlocutores da realidade presente, ou seja, demandas vivas surgidas numa pesquisa de campo e que ajudam no traçado de rotas de leituras e escritas de uma dissertação. Esse problema se intensifica por tratar-se de uma pesquisa teórica que se pretende interdisciplinar, o que exigiria talvez, uma maturidade e profundidade intelectual, muitas vezes, não compatível com a produção de uma dissertação de mestrado. Nesse caso, precisamos derivar leituras de outras leituras, num campo quase infinito.

Por isso mesmo, peço licença ao leitor para escrever essa última parte do trabalho num tom mais livre e pessoal, como um ensaio. Um professor disse-me que o método dessa pesquisa parece ser o *transitar nas fronteiras*. Fronteira é uma palavra de muitas definições, mas o mais curioso é que suas definições são, por vezes, contrárias e, entre essas, procuro encontrar onde mais se situa esse trabalho. Ou melhor, até onde ele pode ir. Nos limites assustados que separam um extremo do outro? No espaço ou no estado do contato entre esses limites? Ou ainda na guarda armada a escoltar esses limites? Acredito que do terceiro lugar aqui nomeado é de onde procuramos escapar, na medida em que nos servimos das brechas que as rupturas e revoluções

das ciências nos parecem autorizar. Agora, transitar nos limites e nos espaços entre um limite e outro é um tanto incerto e complicado, no entanto é isso que tentamos fazer nesse trabalho. Ao passo que, ao mesmo tempo, como o próprio professor nos atentou, ao assumir essa empreitada nos dispomos de uma liberdade maior, até mesmo em cruzar fronteiras não muito recomendadas. Por esse motivo que ele considerou que esse trabalho também versa sobre as fronteiras da ciência, mesmo que de maneira bem comedida, na medida em que o próprio tema reivindicou essa condição.

Esse então, é o momento de tentar operar também o que colocamos como intertextualidade. Costurar um texto novo a partir dos argumentos e ideias levantadas durante esse trajeto. Trouxemos sim uma amplitude nos dois capítulos temáticos que não necessariamente retomaremos agora. Mesmo porque, no início de uma aventura não se sabe ao certo aonde se quer chegar. Mas acreditamos na importância desse trajeto. Nas retomadas históricas e/ou bibliográficas.

Bem, primeiramente é preciso mais uma vez fazer a ressalva que nesse diálogo depressão e cidade não procuramos definir depressão num tom uníssono. Mesmo porque, como pudemos perceber durante as retomadas históricas e dos paradigmas que tratam desse termo, de fato não existe um discurso ou uma definição total para o que seja depressão. Como já dissemos, estamos bem longe de buscar entendê-la a partir de uma categoria nosográfica. Pensamos que as definições clínicas em torno dela, sejam médicas ou psicológicas, a partir de conjunto de sintomas limitam nosso horizonte de percepção, isso se levamos em conta o que pretendemos nesse diálogo. No entanto, entramos aqui numa dimensão um tanto quanto problemática. Isso porque quando afirmamos que não existe uma definição única sobre a ideia de depressão isso não quer dizer que não hajam várias tentativas. No decorrer do trabalho, ora negamos uma definição de depressão, ora usamos definições de autores por nós escolhidos e ora, ainda, a tratamos com uma espécie de invenção, um nome para diferentes fenômenos que sempre existiram em outros termos. Pensamos que uma questão não necessariamente anule a outra.

Caso fôssemos traçar um eixo para essa pesquisa, esse seria: cidade-depressão-tempo-subjetivação. Sendo assim, nesse eixo, julgamos que o pensamento de Fédida acerca da depressão é o mais oportuno. Apesar de já termos colocado que tal pensamento é quase inapreensível, no sentido mesmo que não há meios de delinear uma definição exata, a questão central da depressão para Fédida está em compreendê-la como um fenômeno. Por sua vez, esse fenômeno é tratado a partir de sua temporalidade própria e na relação dessa temporalidade com a do próprio psiquismo. Acreditamos que essa maneira de olhar a depressão pode ser uma conexão com o que vínhamos trazendo à respeito da discussão da subjetivação na cidade. Mais

uma vez, é importante dizer que o cuidado aqui é parte do receio de cairmos nas armadilhas de um raciocínio causal impróprio. Mas já foi observado também que estamos a relacionar dois temas de localidades científicas um tanto distantes por meio de uma metodologia que já se ressalva de alguns critérios mais fixos. Além disso, Fédida nos abre uma brecha quando informa a seus leitores que trabalha com conceitos em aberto, ou seja, não com definições puras mas com conceitos que operam como funções. Por essa mobilidade presente na sua noção de depressão, apesar de nascer da sua prática clínica, acreditamos sermos autorizados a compor um diálogo mais proveitosos com os autores que trouxemos para pensar a cidade.

Mas, voltando ao pressuposto da depressão enquanto uma *invenção*, alguns teóricos de campos de conhecimento diferente podem nos sinalizar um horizonte. Numa pergunta feita à Colette Soler (2009) a respeito da associação da depressão como um sintoma social contemporâneo, ela responde da seguinte maneira:

De fato, a noção de depressão, tão em voga hoje, é mal constituída: muito vaga, um saco de gatos no qual são colocadas coisas bem heterogêneas; e considerada, além disso, como uma doença. Para um sujeito afligido ou desencorajado por um fracasso, abatido por um luto ou que se sente à margem da competição mercantil, da corrida pelo sucesso – aquele na qual a solidão tinge-se de tristeza, que se deixa abalar pelo golpe do tempo que passa, etc –, anuncia-se desde então que ele está... doente! Vejam a imagem do humano que se perfila por trás desse diagnóstico, montado, além disso, pelos laboratórios farmacêuticos: é o homem-robô que os avatares da vida deixariam impávido. Melhor dizer: indiferente a tudo, todo ocupado com sua ascensão promocional e com sua marcha adiante. Você tem razão, são sintomas, isto é, respostas dos sujeitos aos males que se multiplicam no novo século. Tratá-los como doenças é subtrair-lhes todo o valor de verdade e operar uma segregação implícita entre aquilo que seria são e o que não seria (p.190).

Tem-se, hoje em dia, a sensação de vivermos sob os mandamentos da alegria e da euforia. Por todos os lados somos alvejados pelos signos do bem-estar e do desempenho individual. As normas sociais impelem ao bom humor, à jovialidade, ao divertimento, à distração, à despreocupação, à atividade. Mas mesmo assim, nossa sociedade é inundada pelo cansaço, abatimento, tédio e depressão. Esses podem ser respostas a esses imperativos. Um sentimento de exaustão frente a busca por ideais inatingíveis.

Sociedade da autonomia do sociólogo Alain Eherenberg, sociedade humorística do filósofo Gilles Lipovetsky e sociedade depressiva da historiadora e psicanalista Elisabeth Roudinesco. O que esses autores, de diferentes campos do conhecimento, apontam em comum em suas análises do social e que pode somar no nosso entendimento sobre o fenômeno da

depressão? Os três, cada um a seu modo e cada um direcionando nos aspectos que mais consideram, vão desenhar um horizonte apagado, esmorecido, dessubstancializado. Mas sobretudo ambivalente. Isso porque, em suas leituras também percebemos uma sociedade de excessos. Excessos que esgota, que exauri. Uma hiperatividade esvaziada. Por exemplo, como a sociedade da evitação do sofrimento pode ser a mesma sociedade depressiva? (ROUDINESCO, 2000).

A resposta pode ser justamente essa. Passamos da era do confronto e do conflito para o da evitação. O interessante na análise de Roudinesco (2000) é que ela não se baseia no aumento do número de diagnósticos ou de prescrições de antidepressivos. A sua ideia de sociedade depressiva carrega uma mudança de paradigma social. Uma sociedade da normalização, que não consegue falar de seu sofrimento, tão pouco assumi-lo. Esse novo paradigma apoia-se na produção de um modo de vida apático e infeliz, daquele que vai seguindo a vida sem parar, sem conflito mas sem emoções. “A violência da calma, às vezes, é mais terrível do que a travessia das tempestades” (ROUDINESCO, 2000, p.17). O sujeito contemporâneo vive uma espécie de esgotamento pela evitação das suas paixões.

Nisso reside também, colocando a grosso modo, o que convencionamos a chamar medicalização da vida. Interessante que num dado momento de seu texto, Roudinesco (2000) traz um depoimento de um dos inventores dos psicotrópicos e ele diz algo em torno disso: a realidade é insuportável principalmente nas grandes cidades, sentimos angústias, não conseguimos dormir, por isso precisamos dos remédios, talvez, sem eles, alguma mudança maior poderia ter acontecido ou talvez, nem teríamos chegado até aqui! De fato, numa vida, muitas vezes, a medicalização é a saída que se tem. É um mecanismo que comporta nosso tempo, ou a falta dele. Mesmo porque, como disse Pelbart (2013) à respeito dos animais de Kafka, a liberdade é encontrar uma saída. Ela não parece ser uma conquista efetiva, parece durar um instante de passagem, assim que encontramos uma saída já estamos a procurar outra.

Ehrenberg (2004) também buscará compreender o que ele chama de sucesso social da depressão. No seu entendimento, a depressão disseminada como “mal do século” serve à nomear muitos dos impasses e problemas que a pessoa pode passar ao longo de sua vida. Esses obstáculos e sofrimentos resultam dos fracassos em seguir essa nova norma social que ele chama de autonomia. Isso não quer dizer que passamos para uma sociedade de sujeitos mais autônomos, mas que tudo se baseia em ações pessoais individualizadas. A autonomia é a nova disciplina. Do conflito para insuficiência, nisso reside para ele a depressão como um sintoma social.

Lipovetsky (2005), a seu modo, fala de uma generalização do código humorístico. Esse código aparente nas mídias, publicidade, informação se estende às nossas significações diárias, da cultura ao político. Mas esse humor está longe de ser crítico ou mordaz, longe de ser uma ferramenta pessoal ou coletiva em lidar com a “delicadeza do desespero” (p.131). Esse humor contemporâneo é dessubstancializado assim como são o mundo subjetivo e intersubjetivo. Tem como única função “criar uma atmosfera eufórica do bom-humor” (p.131). O que ele chama de *banalização relax* (p.147). É um humor que fecha o sujeito em si mesmo, desmotivado, insosso, “tem no seu termo o indivíduo zombiesco, ora cool e apático, ora esvaziado do sentimento de existir” (p.136). Nosso niilismo pós-moderno é sobretudo humorístico. Essa sociedade humorística parece dissolver alteridades, as oposições, a potência da liberdade satírica e nivelar tudo num “estilo descontraído e inofensivo” (p. 130).

O que se percebe é que em todas essas hipóteses desses autores, sobre nossa sociedade atual, a depressão é circunscrita como um déficit. Uma derrota frente aos mandamentos exigentes do bem-estar, da felicidade, do desempenho que, em sua lógica apressada e eficiente, descarta as dimensões de sofrimento e do trágico das experiências de nossas existências.

Trabalhamos, ao longo do capítulo sobre a vida urbana, diferentes aspectos. Mas o aspecto central que elencamos para pensar essa relação subjetivação e cidade é a temporalidade. A temporalidade da vida urbana é uma de suas dimensões mais presente nos discursos sobre ela. Partirmos da noção que a vida na cidade inaugura a velocidade como sua qualidade temporal. Quando falamos dessa relação tempo e espaço, como dissemos anteriormente, estamos nos referindo ao tempo social, ao tempo significado pelas práticas humanas. Por isso também, que optamos, como dissemos anteriormente, por levar em conta a noção de espaço de Milton Santos, por ela trazer essa concepção que une essas categorias de espaço e tempo, de forma que, espaço se diferencie de lugar físico, espaço é algo produzido permanentemente. O espaço é vivo, assim como é a cidade, na relação da paisagem com a vida que ali acontece. Essa noção de espaço é interessante justamente por não partir de um estado fixo, fechado e limitado, não parte de uma concepção pré-existente ou de um tempo estagnado.

A vida numa cidade, numa grande cidade principalmente, parece envolver um misto de sensações. Essas sensações inebriantes: de multidão, de estar a volta de infinitas diferenças, de tempos que convivem, de transformação incessante, foram debatidas por alguns autores modernos que trouxemos no capítulo sobre a cidade. Como Benjamin e Simmel. A cidade mundializada e cidade pertencimento, cidade espetáculo e cidade experiência, da ordem e do caos, parecem signos que, apesar de parecerem opostos, convivem na vida citadina. Tornando-a múltipla e incapturável. Mas um ponto que estabelecemos como oportuno e significativo para

nossa discussão cidade-depressão foi a velocidade a qual estamos sujeitos na vida citadina, que produz uma sensação de descontinuidade e dificulta o espaço da experiência. Essa dificuldade que, como bem disse Olgária Matos (2009), nos deixa num “tempo plasmado no presente”, numa espécie de sensação de viscosidade e tédio. Produz um presente esvaziado. Sem prospecção e sem projeção. Um eterno presente, como a filósofa diria.

Pouco tempo depois de *Experiência e Pobreza*, Benjamin amplia aspectos relacionados à sua ideia de experiência. Em um de seus textos então, ele usa a obra de Baudelaire e seus leitores como um modo de análise da modernidade. A partir também da leitura de outros autores, como Freud, ele desenvolve assim, sua ideia de *choque*.

“Baudelaire fala do homem que mergulha na multidão como num reservatório de energia elétrica” (BENJAMIN, 2000, p. 52). Podemos compreender a experiência de *choque* como um tranco de estímulo do qual, naquele momento, o sujeito não consegue assimilar. Benjamin, a princípio, elabora sua noção de *choque* a partir de sua análise das obras artísticas modernas e ao tipo de recepção que ela sugere ao expectador, que agora estaria mais sujeito ao choque do que a contemplação meditativa. O cinema seria o paradigma dessa nova sensibilidade. “Chegou o dia em que o filme correspondeu a uma nova e urgente necessidade de estímulos. No filme a percepção por choques confirma-se como princípio formal” (BENJAMIN, 2000, p.52).

A partir daí, ele estende sua ideia de choque para uma sensibilidade e uma experiência sensorial própria aos habitantes das grandes cidade, como uma nova forma de perceber o mundo. Benjamin considera a poesia de Baudelaire, do qual foi também tradutor para o alemão, como sendo a mais talentosa em captar a vida sujeita a intensidades e caos nas grandes cidades (BENJAMIN, 2000)

O cinema é a forma de arte correspondente à vida cada vez mais perigosa que levam os contemporâneos. A necessidade de se submeter a efeitos de choque é uma adaptação das pessoas aos perigos que as ameaçam. O filme corresponde a alterações profundas do aparelho de percepção, alterações como as com que se confronta, na sua existência privada, qualquer transeunte no trânsito de uma grande cidade, ou como as que, numa perspectiva histórica, atualmente, qualquer cidadão experimenta (BENJAMIN, 1987a, p.18) Obra de arte na era da reprodutibilidade técnica.

Em sua obra ele vê a íntima relação da experiência do choque com as massas citadinas, a multidão desconcertante. “Baudelaire colocou a experiência do choque no coração de seu

trabalho artístico” (BENJAMIN, 2000, p.40). Por esse motivo que Benjamin entende que sua obra tornou-se um clássico apesar de romper totalmente com a forma da poesia lírica anteriormente vigente e valorizada. Porque Baudelaire captava essa vida citadina a que todos estavam sujeitos e falar dessa experiência de choque poderia significar certo alívio aos seus leitores. Transformava acontecimentos em experiência poética.

Quem de nós não sonhou, em dias de ambição, com o milagre de uma prosa poética, musical, sem ritmo nem rima, suficientemente flexível e nervosa para saber adaptar-se aos movimentos líricos da alma, às ondulações do sonho, aos sobressaltos da consciência?... Da fermentação das grandes cidades, do crescimento de suas inúmeras relações nasce sobretudo este ideal obsecante (BENJAMIN, 2000, p. 42).

Neste ponto é válido aproximarmos essa noção de *choque* de Benjamin com a ideia do sujeito blasé de Simmel (1973). Este, em 1902, como vimos anteriormente, já traz a ideia da necessidade de diferenciação e singularização do sujeito citadino. Viver na cidade é uma experiência esmagadora para individualidade ao mesmo tempo em que ela abre infinitas possibilidades. A vida citadina parece ser um jogo incessante entre pertencer e diferenciar-se, entre estar de acordo aos ideias e ser especial. A racionalidade torna-se uma estratégia do sujeito em defender-se frente às emoções e confusões despertadas pelo viver na cidade. Espelhar-se nas máquinas, ser mais calculista e objetivo e menos emocional. Impassível diante da comoção, da perplexidade e da desorientação irrompidos no caos urbano. É nesse cenário que Simmel (1973) vai situar o sujeito blasé.

Blasé é descrito como um fenômeno psíquico resultante da intensificação dos estímulos a que se está sujeito no turbilhão citadino. Nisso ele se assemelha ao choque como uma nova forma de sensibilidade moderna. Isso porque a atitude blasé também se define nesses termos. Ela é uma sensibilidade embotada, retraída por conta dessa agitação nervosa não possibilitar o tempo de duração necessário de elaboração entre um acontecimento e outro (SIMMEL, 1973).

Transportando-nos ao campo da psicanálise parece-nos possível visualizar uma noção correspondente à essas vivências típicas da vida citadina do *choque* ou *blasé*: o *trauma*. De modo geral, o trauma descrito por Freud é caracterizado justamente por uma intensidade de excitações excessiva da qual o sujeito não consegue tolerar nem mesmo elaborar psiquicamente. Um transbordamento. Derivada da ideia de traumatismo somático, como uma lesão accidental, ela foi metaforizada para o campo psíquico. Mantendo esse seu aspecto de um acontecimento

brusco que perturba o equilíbrio do sujeito. Podendo resultar assim, numa espécie de inibição ou enfraquecimento dos processos psíquicos (LAPLANCHE, PONTALIS, 2004).

É certo que a ideia de *choque* e de *blasé* parecem configurar uma situação mais permanente, mas ainda mantém seu sentido enquanto causa de uma exposição à uma tônica exterior impossível de ser assimilada. Impossível, por exemplo, de transforma-se em experiência. Não sendo, portando, passível de ser costurada numa narrativa. Esse parece ser o caminho que Birman (2003, 2005) constrói sua reflexão sobre como é delineado o mal-estar na atualidade. Sua hipótese é que de o sujeito contemporâneo não consegue mais transformar sua dor em sofrimento. Essa quantidade intensa de estímulos que irrompe ao sujeito, combinada à ausência de mediadores de simbolização, explode num caos atordoante. Permitindo somente o descarrego pelo corpo e pela ação, em detrimento da linguagem e pensamento. Essa perda de dimensão simbólica determina uma subjetividade que se fecha em si mesma. Na dor não há dimensão de alteridade, ao contrário do sofrer que narra uma experiência. A dor impõe uma passividade. A dor se medica.

Nesse sentido também que Dunker (2012) retoma a perspectiva da Catherine Malabou (apud DUNKER) sobre o que ela conceitua de subjetividade pós-traumática. Para dizer justamente dessa impossibilidade de assimilação ou expressão de sofrimento. A autora usa como metáfora a imagem do zumbi, em que o sujeito parece existir sob um ciclo de ação repetitiva e sem sentido. O autor sugere então um “déficit narrativo generalizado” a partir de sua prática clínica, a esses casos ele fornece o que chama de diagnóstico filosófico: “perda da experiência” (p.231).

Como já foi posto anteriormente, é por esse caminho que compreendemos ou que buscamos operar com a noção de *dessubjetivação*. Ou seja, entendemos aqui a dessubjetivação como um processo de esvaziamento do sujeito, de dessubstancialização.

A discussão em torno desse termo ou conceito não é unívoca. Autores diferentes atribuem-lhe significados diferentes. O que pudemos perceber é que nem sempre ele denota esse sentido desfavorável, vamos dizer assim. Processos de subjetivação e dessubjetivação parecem ocorrer concomitantemente. Por exemplo, Agamben (apud PELBART, 2013), partindo das noções de biopoder e *vida nua*, associa esses processos ao papel do estado moderno (instituições, família, mídia, etc.) em, ao mesmo tempo, diluir identidades clássicas e codificar novas identidades. Nesse caso, se assim podemos dizer, ambos processos parecem servir a um assujeitamento do sujeito. Deleuze (apud PELBART, 2013), por sua vez, partindo do que ele chama de *uma vida*, nos sugere uma possibilidade de potência nesses processos. Visto que, agora, o ponto de vista não é mais do biopoder e sim dessa resistência que ele chama de *uma vida*. Partindo da criação

possível do impessoal, defendendo a ideia de ser sujeito somente em situações estratégicas, o devir pode ser entendido como uma dessubjetivação. Nesse caso, dessubjetivação pode ser mais associado a ideia de dissolvência de identidades fixas.

Retomando mais uma vez, o sentido que adotamos, a princípio, nesse trabalho para dessubjetivação é o de subjetivação esvaziada. Essa vida do excesso produtor de vazio ou de subjetividades exaustas, como coloca Olgária Matos (2009). Essa dificuldade em atribuir sentido e construir histórias em torno da existência. Esse desbotamento da vida e do entorno dela.

Foi também por esse caminho que buscamos compreender a depressão como um fenômeno atual. A depressão como correlata dessa subjetivação esvaziada, para além de um adoecer individual. Como um paradigma de nosso tempo. Não somente um sofrer em si mas um traço das subjetivações contemporâneas.

“Vazio é a vida, vazia é o pensamento” (FÉDIDA, 1999, p.74). Assim começa a fala de uma paciente de Fédida. Fédida (2002) delineia a depressão como um processo de desaparecimento, “é a própria aparência humana que se apaga” (p.10). Na compreensão dos autores que trouxemos, o que falta ao deprimido é a ausência. Falta esse tempo de espera, um tempo de duração que o faça preencher de sentido. A questão do tempo é central à depressão. Os tempos psíquicos do lembrar, projetar, fantasiar encontram-se congelados. Delouya (1999) diz que a depressão é uma “desarticulação subjetiva do tempo” (p. 12). Há a necessidade de transformar a violência em “pausas silenciosas” (p.12).

Podemos levantar a ideia de que a depressão é um afeto cuja característica seria a alteração do tempo, a perda da comunicação intersubjetiva e, correlativamente, um extraordinário empobrecimento da subjetividade. É verdade que, em geral, a tristeza acompanha o estado deprimido, mas, num certo sentido, ela já representa uma volta ao movimento, uma reanimação da vida. [...] o estado deprimido poderia ser visto, assim como angústia (FÉDIDA, 2002, p.11).

Eu ajo para não sentir o tempo, diz um paciente de Fédida (2002, p.20). *Sinto-me doente da exaustão*, diz o outro (p.22). Nessas falas encontra-se num misto de imobilidade psíquica e hiperatividade. As ações são desconectadas, como se ao agir o sujeito estranhasse a si mesmo. Essa atividade tem o tom de passividade justamente por não ser da ordem de um projeto na duração de um tempo. Por esse lado que, Maria Rita Kehl (2009) diz que o deprimido não

necessariamente é aquele sujeito que não consegue sair da cama, mas há deprimidos fazendo esportes radicais, deprimidos trabalhando na bolsa de valores.

Pode-se dizer que o estado deprimido é da ordem de um vazio. Esse vazio é, portanto, anterior a essa ausência que já é caminho da elaboração. O vazio é da ordem de uma cristalização, de um estancamento. A depressão é entendida aqui como uma interrupção psíquica, uma espécie de adiamento. Um estado de defesa ou de preservação. Um “fechar para balanço”. Um repouso como uma forma de proteção a essa intensidade que a velocidade externa faz irromper no sujeito. Por isso dissemos que o deprimido pede tempo. Assim, talvez ele poderia empreender uma fala na dimensão de uma narrativa, uma ação na dimensão de um projeto. Precisa de tempo para criação. Dar sentido ao vivido.

Ao mesmo tempo, esse estado deprimido parece estar mais próximo da depressividade. “A cura do estado deprimido encontra-se na re aquisição de uma capacidade depressiva, ou seja, das potencialidades da vida psíquica (a subjetividade dos tempos, a interioridade, a regulação das excitações...)” (FÉDIDA, 2002, p.97). O deprimido parece encontrar-se à uma porta da saída para a depressividade. Esse afeto glacial, como coloca Fédida (2002), parece comportar um estado de hibernação prestes à retomada da vida.

Num dos trechos de seu livro, Fédida (2002) compara a depressão a uma morte despercebida, negligenciada. Isso quer dizer que no cerne da depressão se esconde uma dificuldade de perceber mudanças e não se permitir sofrer. “A banalização comum de um vivência de perda é aqui de primeiríssima importância. Não perceber a morte significa negligenciar a percepção das mudanças: é também deixar que os afetos dolorosos sejam encobertos antes que apareçam” (FÉDIDA, 2002, p.87).

Há alguns dias, assistindo ao noticiário, ouvi um psicanalista dizer que na clínica sempre se está a trabalhar o luto. Poderíamos estender isso da clínica para vida. E pensar que essa correria em que vivemos. Essa imposição para sempre estarmos bem, em dia, em forma, satisfeitos e quando não, devemos fazer piada disso, tudo tem que ser leve, *ligh*t. Isso tudo nos sugere que vivemos numa cultura com extremas dificuldades em lidar com a perda, com a frustração, com o tempo finito, com o envelhecimento, com a morte. Luto é preenchimento. É criar sentido, é transformação. Luto é riqueza interior, produção de ferramentas para vida. A não efetivação do luto é depressão e vazio. Talvez podemos pensar que essa forma de viver a negar o sofrer e o trágico não nos permita empreender os infinitos lutos a que estamos sujeitos numa vida. Nos colocando a mercê do sentimento deprimido. Da vida desbotada. Amortecida.

Freud (1996), num texto de 1915, *Reflexões para os tempos de guerra e morte*, fala que “no fundo ninguém crê em sua própria morte” (p.299). Como se tivéssemos de algum modo a

naturalizado ou a inflado de discursos religiosos e crenças para a eliminarmos da vida. Em um outro texto, do mesmo ano, ele divaga sobre a sensação de transitoriedade. Da nossa finitude e das coisas a nossa volta. Ele se espanta que um de seus colegas, passeando por um bosque, não consiga se encantar com nada a sua volta por saber que tudo ali é passageiro, que tudo está destinado a acabar. Isso porque, em sua compreensão, é no efêmero que está a beleza. A evanscência, a transitoriedade engrandece o valor.

No cuidado para não cair nas armadilhas de uma nostalgia. Talvez, essa intensa organização racional do tempo e essas exigências todas a que estamos sujeitos nos tenha distanciado de uma outra relação com o tempo. A pressa mata o tempo. Essa sensação de estar correndo de alguma coisa para chegar não sei aonde. Não precisamos negar a potencialidade da velocidade. Mas, como colocou tão bem Milton Santos (1994), o problema não está na velocidade em si, mas esse tempo veloz fabricado pelo homem não é de todos, não serve para todos. Ela se torna um problema quando se associa à violência de arrastar todos ao mesmo tempo para o mesmo lugar. Essa ideia de vertigem, de ser arrastado por uma velocidade que não nos permite tão pouco observar a paisagem que passa borrada diante de nós, é que o título do trabalho tenta expressar. Um pedido de pausa.

Essa ambivalência de sentidos também está presente na noção de *choque* em Benjamin que trabalhamos há pouco. O problema não é essa sensibilidade que se inaugura com a velocidade imposta na vida citadina. O problema é qual sentido ela está a operar. Assim como acontece também com a ideia de dessubjetivação. O *choque*, a princípio, na primeira aparição em sua obra, carrega um sentido nocivo, dado uma leitura mais pessimista à respeito da modernidade nesse momento de sua produção. *Choque* então, como vimos, se refere à uma impossibilidade do homem moderno em viver experiências que carregue memória, transformação, saber prático, ficando refém de simples vivências massificadas e espontâneas. Num segundo momento de sua obra (*Obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica*), Benjamin (1987a) denota um sentido favorável ao *choque*. Nesse, a espontaneidade existente a partir daí, o despregamento que se dá do sujeito em algum nível, o lança a um lugar ainda em aberto, podendo ser vivido como uma sensibilidade revolucionária. Dessubjetivação, como pudemos perceber, também carrega essa ambivalência, sem que um sentido anule o outro. Se, por um lado, ela pode ser compreendida e vivida como uma despotencialização do sujeito, ficando este entregue às demandas externas. Por outro, ela pode significar uma desconstrução a caminho de desestabilizar identidades impostas e uma apropriação de si, uma espécie de resistência portanto.

Na depressão parece também existir essa potência.

A definição da depressão pela caracterização de seus traços cognitivos e comportamentais deixa, como vimos, completamente de lado aquilo que ela marca de trágico e do que comporta também como poder criativo. Mas essa definição não entraria no espírito de uma ideologia que não se importa com o trágico e que sustenta, ao contrário, a única pertinência que lhe é conveniente – a da oposição entre o deprimido e o performance? (FÉDIDA, 2002, p.180).

Podemos até ousar comparar o deprimido aos homens lentos de Milton Santos (1994). Uma espécie de resistência. De retomada de um tempo que lhes foi roubado. Uma retomada de si. Enxergaríamos assim, a potência contida no estado deprimido. Essa relação da desconstrução, da retirada ou do vazio como um intervalo potente para algo no porvir também está presente nas considerações que tencionamos trazer sobre a depressão nessa discussão. A beleza dessa noção de depressão é que essa paralização parece reservar uma espécie de espera, de restituição de energias de si. Como uma espécie de ponto morto que precede uma marcha de arranque. Esse esvaziamento depressivo correlato da não assunção dos valores de produtividade e desempenho emergentes em nossa cultura pode ser também resistência. Um estado de latência. Restabelecimento de si e de potência criativa. Um estado semente, como disse a poeta.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Paulo Roberto. Novas relações entre as interpretações funcionais do desamparo aprendido e do modelo comportamental de depressão. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 24, n. 4, p. 188-197, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v24n4/a20v24n4.pdf>. Acesso em: ago. 2014.
- AGAMBEN, Giorgio. Infância e História: ensaio sobre a destruição da experiência. In: AGAMBEN. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- ALBERTI, Sonia. O sujeito entre a psicanálise e a ciência. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 47-63, 2008.
- _____. Sintoma e Política. *Revista Mal-estar e Subjetividade - Fortaleza*, v. XI, n. 1, p. 285 – 307, 2011.
- ALVES, Railda; BRASILEIRO, Maria do Carmo E.; BRITO, Suerde M. de O. Interdisciplinaridade: um conceito em construção. *Episteme*, Porto Alegre, n. 19, p. 139-148, 2004.
- ARAÚJO, Julio Cesar; LOBO-SOUZA, Ana Cristina; Considerações sobre a intertextualidade no hipertexto. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, SC, v. 9, n. 3, p. 565-583, 2009.
- AROS, Marcelo Salomão. *Produção científica sobre depressão: análise de resumos*. 2008. 81f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências da Vida, Pontífice Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2008.
- ASKOFARÉ, Sidi; ALBERTI, Sonia. Estrutura e Discurso: problema e questões do diagnóstico. *Revista Affectio Societatis*, Medellín, v. 8, n. 15, 2011.
- ASKOFARÉ, Sidi. O sintoma social. In: GOLDBERG, R. (Org.). *Goza! Capitalismo, globalização e psicanálise*. Salvador: Ágalma, 1997. p. 164-189.
- AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Trad. Maria Lúcia Pereira. 9.ed. Campinas SP: Papirus, 2012.
- AZEVEDO, Álvares de. O poeta moribundo. In: AZEVEDO, Álvares de. *Lira dos Vinte Anos*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BARBOSA, Sonia Regina C. O discurso da ciência e as percepções de profissionais de saúde acerca da depressão no contexto das transformações sócio-ambientais e culturais contemporâneas. *Teoria e Pesquisa Revista Ciências Sociais*, v.17, n.1, p. 97-119, 2008.
- BAUDELAIRE, Charles. [1857] *As flores do mal*. apresentação Marcelo Jacques; tradução Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,

2000.

_____. A obra de arte da era da reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN. *Obras escolhidas*: volume 1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987a, p. 165-197.

_____. Experiência e Pobreza. In: BENJAMIN. *Obras escolhidas*: volume 1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987a, p. 114-119.

_____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN. *Obras escolhidas*: volume 1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987b, p. 197-221.

_____. *Rua de mão única*: Obras escolhidas volume 2. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho; José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BERLINCK, Manoel Tosta; FÉDIDA, Pierre. A clínica da depressão: questões atuais. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. VIII, n. 2, p. 9-25, 2000.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da Modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1986.

BIRMAN, Joel. Dor e sofrimento num mundo sem mediação. *Estados Gerais da Psicanálise*. II Encontro Mundial. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: http://egp.dreamhosters.com/encontros/mundial_rj/download/5c_Birman_02230503_port.pdf. Acesso em jan. 2013.

_____. *Mal-estar na atualidade*: psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Novas subjetivações e o mal-estar na contemporaneidade. Palestra proferida no Programa *Invenção do Contemporâneo*. Campinas: Canal CPFL Cultura, publicado em set/2009. Disponível em: <http://www.cpfcultura.com.br/2009/12/01/integra-novas-subjetivacoes-e-o-mal-estar-na-ontemporaneidade-joel-birman/>.

_____. O sujeito desejante na contemporaneidade. *Seminário de estudos em análise do discurso*. Porto Alegre, v.2, p. 1-18, 2005.

CAPONI, Sonia. Uma análise epistemológica do diagnóstico de depressão. *Caderno Brasileiro de Saúde Mental*. v.1, n.1, p. 1-8, 2009.

CARLOS, Ana Fani A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 2001

_____. *O espaço urbano*: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Trad. Roneide Venancio Majer. 6.ed. São Paulo: Paz e terra, 1999.

CAVALCANTE, Sandra M. *O fenômeno da Intertextualidade em uma Perspectiva cognitiva*. 2009. 140 f. Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2009.

CERTAU, Michel de. *A invenção do cotidiano, artes de fazer*. 3.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CORRALES, Luciano. A intertextualidade e suas origens. In: X SEMANA DE LETRAS. 2010. Rio Grande do Sul: Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul. *Anais*. 2010.

DELOUYA, Daniel. Introdução: depressão, metáfora primitiva da psique. In: FÉDIDA, Pierre. *Depressão*. São Paulo: Editora Escuta, 1999.

DEL PORTO, José Alberto. Conceito e diagnóstico. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 21, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44461999000500003&script=sci_abstract. Acesso em ago. 2014.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS, Fernando Paulo Rosa. "A" dromologia" de Paul Virilio e a arquitectura contemporânea: reflexões sobre a crise da "Polis" e da "Domus". *Arte teoria Lisboa*, Lisboa, n. 7, p. 234-248, 2005.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Novos tipos clínicos na psicanálise dos anos 2010. In: Terezinha de Camargo Viana... et. all. (Org.). *Psicologia clínica e cultura contemporânea*. Brasília: Liber Livros, 2012. p. 227-241.

ELIA, Luciano. *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

_____. Psicanálise: Clínica e pesquisa. In: ALBERTI, S.; ELIA, L. (Org.). *Clínica e pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000. P. 19-36.

EHREMBERG, Alain. Depressão, doença da autonomia? Entrevista de Alain Ehrenberg a Michel Botbol. Trad. Regina Herzog. *Ágora*. Rio de Janeiro, v. VII, n. 1, p. 143-153, 2004.

FAZENDA, Ivani C. A. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia*. 5.ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1979.

FÉDIDA, Pierre. *Depressão*. Trad. Martha Gambini. São Paulo: Editora Escuta, 1999.

_____. *Dos benefícios da depressão: elogio da psicoterapia*. Trad. Marta Gambini. São Paulo: Escuta, 2002.

FERREIRA, Darlene. C.; TOURINHO, Emmanuel. Z. Desamparo Aprendido e Incontrolabilidade: Relevância para uma abordagem analítico-comportamental da depressão. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 211-219, 2013.

FLEK, Marcelo. P. et al. Revisão das diretrizes da Associação Médica Brasileira para o tratamento da depressão. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 31, p. 7-17, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v31s1/a03v31s1.pdf>. Acesso em ago. 2014.

FREUD, Sigmund [1915]. *Luto e Melancolia*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. [1930]. *Mal-estar na civilização*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. [1921]. *Psicologia de grupo e análise do ego*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. [1915] *Reflexões para os tempos de guerra e morte*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. [1915] *Sobre a transitoriedade*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. [1914]. *Sobre o Narcisismo: uma introdução*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996

GENETTE, Gerard. *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Trad. Luciene Guimarães e Maria Antônia Ramos Coutinho. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2006.

GODARD, Jean-Luc; MICHELIN, André. *Alphaville, une étrange aventure de Lemmy Caution*. Produção de André Michelin, direção de Jean-Luc Godard. França: Athos Films; Chaumiane; Filmstudio, 1965.

GOMES, Renato. A cidade como arena da multiculturalidade. *Revista E-compós*. 1.ed. 2004. Disponível em: <http://www.compos.org.br/e-compos>.

GONÇALES, Cintia. A.V.; Machado, Ana Lucia. Depressão, o mal do século: de que século? *Revista de Enfermagem da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 298-304, 2007.

GUIZZO, Iazana. *Micropolíticas Urbanas: uma aposta na cidade expressiva*. 2008. 159 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 12.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. *A produção capitalista do espaço*. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2006.

JAPIASSU, Hilton. *A questão da interdisciplinaridade*. Texto base da palestra proferida no Seminário Internacional sobre Reestruturação Curricular, promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, em julho de 1994. Disponível em: <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/interdisciplinaridade-japiassu.pdf>. Acesso em: abril/2016.

_____. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JARDIM, Sílvia. Depressão e trabalho: ruptura do laço social. *Revista brasileira de Saúde Ocupacional*. São Paulo, n. 36, p.84-92, 2011.

KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semanálise*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

LAPLANCHE; PONTALIS. *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LIPOVETSKI, Gilles. *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. São Paulo: Manole, 2005.

MADEIRA, Nuno; SANTOS, Tiago; SANTOS, Zulmira; MARQUES, Antonio. R. Isotretinoína, depressão e suicídio. *Revista de Psicanálise Clínica*, v. 39, n. 2, p. 76-77, 2012.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS - DSM-5. *American Psychiatric Association*. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al. Revisão Técnica Aristides Volpato Cordioli... et al. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MATOS, Ana Cristina S.; OLIVEIRA, Irismar R de. Terapia cognitivo-comportamental da depressão: relato de caso. *Rev. Ciênc. Méd. Biol.*, Salvador, v.12, especial, p.512-519, 2013. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/9203/6765>. Acesso em ago. 2014.

MATOS, Olgária. Amor e cidade, amor na cidade: Walter Benjamin. In: MAGALHÃES, Maria C. R. (org.). *Na sombra da cidade*. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

_____. *Benjaminianas: cultura capitalista e fetichismo contemporâneo*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. *Contemporaneidades*. São Paulo: Lazuli Editora: Companhia editora nacional, 2009.

MELMAN, Charles. *Alcoolismo, delinquência, toxicomania: Uma outra forma de gozar*. In: CALLIGARIS, C. (Org.). São Paulo: Escuta, 1992.

MINAYO, Maria C. de S. Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 10, n.2, p. 435-442, 2010. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao> Acesso em: abri/2016.

MIRANDA, Antonio; SIMEÃO, Elmira; MUELLER, Suzana. *Autoria Coletiva, Autoria Ontológica e Intertextualidade na Ciência: Aspectos Interdisciplinares e tecnológicos*. In: IX Congresso Internacional de Humanidades. Santiago de Chile, Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación. 18 a 20 de outubro de 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/12785>. Acesso em: Abril/2016.

MONTEIRO, Ana Cristina Cavalcante; LAGE, Ana Maria Vieira. Depressão – uma “psicopatologia” classificada nos manuais de psiquiatria. *Psicologia Ciência e Profissão*. PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO. V.27 (1). 2007. P.106-119.

NERUDA, Pablo. *El mar y las campanas*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1973

NETO, João Ferreira. Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*. Rio de Janeiro, v. 16, n.1, p. 111-120, 2004.

ONUBR – Nações Unidas do Brasil. Depressão e ansiedade custam US\$1 tri por ano à economia global, diz OMS. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/depressao-e-ansiedade-custam-us1-tri-por-ano-a-economia-global-diz-oms/>. Acesso em: Agosto/2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Depression: a global crisis, World Mental Health Day, October 10 2012; disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs369/en/> . Acesso em jan. 2013.

PELBART, Peter Pál. Foucault versus Agamben? *Ecopolítica*. São Paulo, v. 5, jan./abr., p. 50-64, 2013.

PERES, Urania Tourinho. *Depressão e Melancolia*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

PRADO, Adélia. Bagagem. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

QUINET, Antônio. A psiquiatria e sua ciência nos discursos da contemporaneidade. In: QUINET, A.(Org.). *Psicanálise e psiquiatria: controvérsias e convergências*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001. P. 13-20.

_____. *A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma*. 3.ed.. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

RODRIGUES, Maria J. S. Fuentes. O diagnóstico de depressão. *Psicologia USP*. São Paulo, v. 11, n.1, p. 155-187, 2000.

ROSA, Miriam D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e subjetividade/Fortaleza*. Fortaleza, p.329-348, 2004.

ROUDINESCO, Elisabeth. *Por que a psicanálise?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SAFATLE, Vladimir. *Pós-modernidade: utopia do capitalismo*. Texto adaptado da palestra proferida pelo autor no encontro "Trópico na Pinacoteca" de 28 de agosto de 2004 sobre o tema "Pós-modernidade ou hipermodernidade?"

"<http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/2446,1.shl> _Acesso em mar. 2010.

SANTOS, Boaventura de S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *Um discurso sobre as ciências*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *O país distorcido: O Brasil, a Globalização e a Cidadania*. São Paulo: Publifoha, 2002.

_____. *Técnica espaço tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SARAIVA, Marina Rebeca. Territórios dos sentidos: da emergência dos processos de subjetivação na metrópole contemporânea. *Revista espaço acadêmico*. Maringá, v. 132, ano. XI, 2012.

SILVA, Obdália. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? *Revista Brasileira de Educação*. v. 13, n. 38, p. 357-414, 2008.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SKJOLDBJAERG, Erik; MILLER, R. Paul. *Geração Prozac*. Direção de Erik Skjoldbjaerg, produção de R. Paul Miller. EUA: Miramax Filmes, 2011.

SOARES, Giovana B.; CAPONI, Sonia. Depressão em pauta: um estudo sobre o discurso da mídia no processo de medicalização da vida. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*. São Paulo, v. 15, n. 37, p. 437-446, 2011.

SOLER, Colette. O sujeito, o inconsciente e o tempo. Entrevista com Colette Soler realizada por Dominique Fingermann e Maria Rita Kehl. *A peste*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 185-194, jan./jun. 2009.

TEIXEIRA, Marco Antônio Rotta. *Das neuroses de transferência às neuroses narcísicas: contribuições aos fundamentos da teoria freudiana da melancolia*. 2012. 395 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis), Assis, 2012.

TIBURI, Marcia. Como conversar com um fascista. *Revista Cult*. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2015/05/como-conversar-com-um-fascista/>. Acesso em: dez/2015.

TRINDADE, Laís dos Santos Pinto; Interdisciplinaridade: necessidade, origem e destino; *Sinergia*. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 38-43, 2003.

UNRIC – CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS.

Relatório da ONU mostra população mundial cada vez mais urbanizada, mais de metade vive em zonas urbanizadas ao que se podem juntar 2,5 mil milhões em 2050. Disponível em:

<http://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-ue-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050>. Acesso em: Maio/2016.

VIOLA, Paulinho da. *Sinal Fechado*. Álbum Foi um rio que passou em minha vida. Rio de Janeiro: EMI Music Brasil, 1970. LP.

VIRILIO, Paul. *El ciber mundo, la política de lo peor*. Entrevista com Philippe Petit. Trad. Mônica Poole. Madrid: Teorema, 1997.

_____. *Velocidade e Política*. Trad. Celso Mauro Parcionik. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

XAVIER, Karla R. O sintoma social ou sintoma com Marx: um conceito psicanalítico. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ZIZEK, Slavoj. O supereu pós-moderno. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Mais, p. 7-8, dez., 1999.